

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Relatório Ambiental

CÂMARA MUNICIPAL DE
FERREIRA DO ZÊZERE

Dezembro de 2022



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

Relatório Ambiental

Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere | dezembro de 2022

Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.



ÍNDICE

EQUIPA TÉCNICA	11
1. Introdução	12
2. Metodologia.....	15
3. Objeto de Avaliação	23
3.1. Breve caracterização e diagnóstico da área de intervenção da proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	25
3.2. Objetivos e Questões Estratégicas da Revisão do Pdm de Ferreira do Zêzere	27
3.3. Enquadramento para a Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere	31
4. Consulta Pública	32
5. Definição dos Fatores Críticos Para a Decisão	34
5.1. Quadro de Referência Estratégico.....	35
5.2. Questões Estratégicas	37
5.3. Fatores Ambientais.....	38
5.4. Identificação dos Fatores Críticos para a Decisão	41
6. Análise e Avaliação Estratégica por Fator Crítico para a Decisão	45
6.1. FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza	46
6.1.1. Descrição do FCD e os seus objetivos	46
6.1.2. Situação Existente e Análise tendencial	47
6.1.3. Análise SWOT	56
6.1.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e tendências de evolução sem Plano	57
6.1.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos	57
6.1.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano	60
6.2. FCD – Ordenamento e Qualificação do Território	61
6.2.1. Descrição do FCD e os seus objetivos	61

6.2.2. Situação Existente e Análise tendencial	62
6.2.3. Análise SWOT	82
6.2.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e tendências de evolução sem Plano	82
6.2.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos	83
6.2.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano	85
6.3. FCD - Desenvolvimento Económico e Social	88
6.3.1. Descrição do FCD e os seus objetivos	88
6.3.2. Situação Existente e Análise tendencial	89
6.3.3. Análise SWOT	102
6.3.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e tendências de evolução sem Plano	102
6.3.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos	103
6.3.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano	105
6.4. FCD - Património e Paisagem	107
6.4.1. Descrição do FCD e os seus objetivos	107
6.4.2. Situação Existente e Análise tendencial	108
6.4.3. Análise SWOT	115
6.4.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e Tendências de evolução sem Plano	116
6.4.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos	116
6.4.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano	118
6.5. FCD – Qualidade Ambiental	120
6.5.1. Descrição do FCD e os seus objetivos	120
6.5.2. Situação Existente e Análise tendencial	121
6.5.3. Análise SWOT	134
6.5.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e tendências de evolução sem Plano	135
6.5.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos	135

6.5.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano	139
6.6. FCD – Energia e Alterações Climáticas.....	142
6.6.1. Descrição do FCD e os seus objetivos	142
6.6.2. Situação Existente e Análise tendencial	142
6.6.3. Análise SWOT.....	146
6.6.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e Tendências de evolução sem Plano	146
6.6.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos	147
6.6.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano	148
6.7. Riscos Naturais e Tecnológicos	150
6.7.1. Descrição do FCD e os seus objetivos	150
6.7.2. Situação Existente e Análise tendencial	151
6.7.3. Análise SWOT.....	157
6.7.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e tendências de evolução sem Plano	158
6.7.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos	158
6.7.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano	161
7. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.....	163
8. Programa de gestão e Monitorização Ambiental	165
8.1. Definição de Indicadores de Monitorização.....	167
8.2. Quadro de Governança para a Ação	171
9. Considerações Finais	174
10. Anexos	180

Índice de Figuras

Figura 1. Fase da Avaliação Ambiental Estratégica (adaptado de RFCD do QREN, 2006).	17
Figura 2. Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD (adaptado de Partidário, 2007).....	18
Figura 3. ZEC Sicó/Alvaiázere - Rede Natura 2000, no concelho de Ferreira do Zêzere.....	47
Figura 4. Rede primária e Rede secundária da ERPVA.	51
Figura 5. Povoamentos florestais.....	55
Figura 6. Identificação dos Espaços Centrais no concelho de Ferreira do Zêzere.	65
Figura 7. Identificação dos Espaços de Atividades Económicas no concelho de Ferreira do Zêzere.	66
Figura 8. Identificação dos Espaços Urbanos de Baixa Densidade no concelho de Ferreira do Zêzere.	67
Figura 9. Identificação dos Espaços Verdes no concelho de Ferreira do Zêzere.	68
Figura 10. Identificação dos Espaços de Atividades Económicas no concelho de Ferreira do Zêzere.	70
Figura 11. Identificação dos Espaços de Uso Especial no concelho de Ferreira do Zêzere.	71
Figura 12. Localização dos diversos equipamentos no concelho de Ferreira do Zêzere.....	72
Figura 13. Património Arqueológico inventariado.	110
Figura 14. Unidades de Paisagem do concelho de Ferreira do Zêzere.	112
Figura 15. Classes de Capacidade de Uso de Solo.	124
Figura 16. Classes de qualidade da água.....	125
Figura 17. Gráfico com as classificações das análises à água subterrânea.	127
Figura 18. Perfil da entidade gestora – CM Ferreira do Zêzere e do sistema de saneamento de águas residuais em baixa, 2019.....	128
Figura 19. Ultrapassagens aos limites de qualidade do ar.	133
Figura 20. Emissões de CO ₂ por concelho (2015).	144
Figura 21. Emissões de CH ₄ por concelho (2015).	145
Figura 22. Emissões de N ₂ O por concelho (2015).	145
Figura 23. Perigo de cheia e de inundação na região do Oeste e Vale do Tejo.	151
Figura 24. Risco de Incêndio Florestal.....	154
Figura 25. Mapa de Declives.....	155
Figura 26. Precipitação (Quantidade total), valores médios anuais (mm), 1931-1960.....	156
Figura 27. Diagrama de Seguimento.	165

Índice de Quadros

Quadro 1. Análise SWOT do município de Ferreira do Zêzere.	26
Quadro 2. Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.....	35
Quadro 3. Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para a revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.....	40
Quadro 4. Relação entre os FA e os FCD definidos.....	42
Quadro 5. Relação entre os FCD e os instrumentos de referência ambiental definidos.....	43
Quadro 6. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Biodiversidade e Conservação da Natureza.....	46
Quadro 7. Zonas de caça.....	52
Quadro 8. N.º Colmeias e cortiços povoados Explorações agrícolas com colmeias e cortiços povoados.....	53
Quadro 9. Distribuição da área florestal por freguesia do concelho de Ferreira do Zêzere.....	55
Quadro 10. Análise SWOT do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza.	56
Quadro 11. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza.....	58
Quadro 12. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Ordenamento e Qualificação do Território.....	61
Quadro 13. Densidade populacional e variação da densidade populacional entre 1991 e 2011.....	62
Quadro 14. Lugares censitários e variação entre 2001 e 2011.....	63
Quadro 15. Área (ha) das diferentes categorias de ocupação do solo.....	63
Quadro 16. Indicadores de telecomunicações.....	75
Quadro 17. Edifícios por estado de conservação (2011).....	76
Quadro 18. Evolução do número de licenças atribuídas para construção e reconstrução.....	76
Quadro 19. Reconstruções concluídas por 100 novas construções.....	77
Quadro 20. Vias qualificadas, entre 2010 e 2017, com uma extensão superior a 1000 metros lineares.....	79
Quadro 21. Tempo médio de percurso por dia nas deslocações entre emprego e casa.....	79
Quadro 22. Análise SWOT do FCD Ordenamento e Qualificação do Território.....	82
Quadro 23. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível do Ordenamento e Qualificação do Território.....	83
Quadro 24. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Desenvolvimento Económico e Social.....	88
Quadro 25. População residente segundo o nível de instrução, em percentagem, no município de Ferreira do Zêzere, em 2011.....	89
Quadro 26. População ativa e taxa de atividade, por sexos, 2011.....	91
Quadro 27. Evolução da taxa de desemprego.....	92
Quadro 28. População Empregada por Setor de Atividade.....	93

Quadro 29. Indicadores do tecido empresarial concelhio	94
Quadro 30. Empresas do concelho da Ferreira do Zêzere, segundo a classificação das atividades económicas.	94
Quadro 31. Receita gerada pelas empresas do concelho da Ferreira do Zêzere, segundo a classificação das atividades económicas.....	96
Quadro 32. Índice de Poder de Compra.	97
Quadro 33. Ganho médio mensal (os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa).....	97
Quadro 34. Número de explorações agrícolas por classe de área de exploração.	98
Quadro 35. Número de explorações e número de animais caprinos, suínos e bovinos.	98
Quadro 36. Número de sociedades constituídas por número de sociedades dissolvidas: total e por sector de atividade económica principal.	99
Quadro 37. Número de alojamentos turísticos no concelho de Ferreira do Zêzere, por categoria.	99
Quadro 38. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes (N.º) por Localização geográfica.	100
Quadro 39. Análise SWOT para o FCD Desenvolvimento Económico e Social	102
Quadro 40. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível do Desenvolvimento Económico e Social.	103
Quadro 41. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Património e Paisagem.....	107
Quadro 42. Património arquitetónico e arqueológico classificado e em vias de classificação.	108
Quadro 43. Explorações, segundo a utilização da SAL.....	114
Quadro 44. N.º Explorações e SAU média por exploração.	115
Quadro 45. Análise SWOT do FCD Património e Paisagem.....	115
Quadro 46. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível do Património e Paisagem.	117
Quadro 47. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Qualidade Ambiental.....	120
Quadro 48. Resíduos urbanos gerados por habitante (kg/habitante).....	122
Quadro 49. Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%).	122
Quadro 50. Taxa de valorização de resíduos.	123
Quadro 51. Proporção de resíduos depositados em aterro (%).	123
Quadro 52. Classificação da qualidade da água e poluente responsável.	126
Quadro 53. Estado das massas de água superficiais do concelho de Ferreira do Zêzere.	126
Quadro 54. Estado das massas de água subterrâneas do concelho de Ferreira do Zêzere. ..	128
Quadro 55. Variação do consumo de água (m³/hab).....	129
Quadro 56. Qualidade (N.º de análises) da água para consumo humano	129
Quadro 57. Classificação da qualidade do ar.	132

Quadro 58. Índice de qualidade do ar da zona na zona do Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal	132
Quadro 59. Emissões de poluentes (2017).....	134
Quadro 60. Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.)	134
Quadro 61. Análise SWOT do FCD Qualidade Ambiental.....	134
Quadro 62. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível da Qualidade Ambiental	136
Quadro 63. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Energia e Alterações Climáticas.....	142
Quadro 64. Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.)	142
Quadro 65. Consumo de energia elétrica (kWh) por tipo de consumo.....	143
Quadro 66. Quota da produção bruta de energia elétrica (%) por tipo de produção de eletricidade.	144
Quadro 67. Análise SWOT do FCD Energia e Alterações Climáticas	146
Quadro 68. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível das Alterações Climáticas e Energia	147
Quadro 69. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Riscos Naturais e Tecnológicos.	150
Quadro 70. Variação da área ardida (ha) em Ferreira do Zêzere.	153
Quadro 71. Classes de declives.....	157
Quadro 72. Análise SWOT ao FCD Riscos Naturais e Tecnológicos.....	157
Quadro 73. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível dos Riscos Naturais e Tecnológicos.....	159
Quadro 74. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica	163
Quadro 75 – Quadro de Governança para a Ação.	171

Lista de Acrónimos

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

AFN – Autoridade Florestal Nacional

AIA – Avaliação de Impactes Ambientais

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

CCRLVT – Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo

COVNM – Compostos Orgânicos Voláteis Não Metânicos

ERAe – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas

ERPVA – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

FA – Fatores Ambientais

FCD – Fatores Críticos de Decisão

GEE – Gases de Efeito de Estufa

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

INE – Instituto Nacional de Estatística

PANCD - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação

PDM – Plano Diretor Municipal

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território

POACB – Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode

QE – Questões Estratégicas

QRE – Quadro de Referência Estratégico

RA – Relatório Ambiental

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RFCD – Relatório de Fatores Críticos de Decisão

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território

SIDS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

SIC – Sítios de Importância Comunitária

EQUIPA TÉCNICA

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere encontra-se a cargo da empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda., sob a coordenação da Dra. Joana Valente.

Dado o âmbito multidisciplinar do exercício de avaliação, a AAE envolveu uma equipa de técnicos especializados de modo a assegurar a elaboração dos vários domínios específicos envolvidos:

Joana Valente | Coordenação

Formação:

- Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Poluição Atmosférica;
- Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente.

Lin Xumiao | Técnica

Formação:

- Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Engenharia do Ambiente.

Carla Santos | Técnica

Formação:

- Licenciada em Planeamento Regional e Urbano

1. INTRODUÇÃO

O presente documento pretende constituir-se como o Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ferreira do Zêzere, dando cumprimento ao previsto no regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas tal como disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, de acordo com o especificado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

A AAE constitui um procedimento de avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

O procedimento de AAE, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, consiste na *“identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final”*.

A AAE visa estabelecer um **nível elevado de proteção do ambiente** e promover a integração das questões ambientais de sustentabilidade nas suas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

Constitui um processo de avaliação de impactes ambientais ao nível estratégico de Políticas, Programas ou Planos tendo em vista, considerando ainda as orientações contantes do “Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”, que, numa abordagem de pensamento estratégico, aponta a concretização dos seguintes objetivos muito concretos para a AAE:

1. Encorajar a integração ambiental e de sustentabilidade (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;
2. Acrescentar valor ao processo de decisão, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;

3. Alterar mentalidades e criar uma cultura estratégica no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos.

Assim, esta AAE contribuirá para:

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Auxiliar na identificação e justificação das opções ganhadoras (win-win) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Contribuir para uma decisão mais sustentável nos níveis ambiental, social e económico;
- Detetar problemas e oportunidades estratégicas nas opções em análise e facilitar a consideração de impactes cumulativos;
- Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento;
- Sugerir programas de seguimento, através de gestão e monitorização estratégica.

Este procedimento enquadra-se ainda no estipulado no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente no disposto na alínea b) do n.º 2 do art.º 97.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, referente ao conteúdo documental, o qual dispõe que o plano diretor municipal é acompanhado por um *“relatório ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos”*.

O relatório atual consubstancia a segunda fase da avaliação ambiental, procedendo a descrição da situação existente e da tendência de evolução e definindo um conjunto de medidas/recomendações a atender na proposta, seguimento e gestão do Plano. Este deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano ou do programa e a sua posição no processo de tomada de decisão.

Numa fase prévia foi elaborado o relatório de fatores críticos para a decisão (RFCD) que visou determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar, para efeitos da revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, bem como determinar o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental.

O procedimento da AAE é desenvolvido em simultâneo com os estudos inerentes a elaboração da proposta de revisão do PDM, permitindo a integração de contributos para a salvaguarda dos valores ambientais e sustentabilidade das propostas.

Em termos metodológicos são consideradas não só as indicações presentes no Decreto-lei n.º 232/2007 de 15 de junho, como as linhas de orientação presentes no “Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2012), e no “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008).

No presente documento procedeu-se a análise da situação existente e tendência de evolução do território na ausência do plano. Elencaram-se igualmente um conjunto de recomendações para a proposta e fase de seguimento e gestão com o intuito de integrar desde já aspetos ambientais considerados relevantes e promover uma maior sustentabilidade das propostas do Plano.

De referir ainda que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, o RFCD foi sujeito a consulta das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE), incluindo-se no presente documento, os contributos ponderados emanados pelas referidas ERAE.

2. METODOLOGIA

A proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere está abrangida pelo regime de AAE de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, conjugado com o disposto no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, resulta da transposição da Diretiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de julho de 2001, e corporiza num contexto jurídico-administrativo a avaliação ambiental de determinados planos e programas no ambiente. O grande objetivo destes instrumentos é assim estabelecer um **nível elevado de proteção do ambiente** e contribuir para a integração das considerações ambientais nas diversas fases de preparação de determinados planos e programas.

Assim de acordo com o n.º 1 do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, estão sujeitos a AAE:

- a) Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

A metodologia desenvolvida teve por base não só as indicações presentes no Decreto-lei 232/2007 de 15 de junho, como as linhas de orientação presentes no “Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2012), e no “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008).

Tal como é sugerido no “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”, esta metodologia assenta sobre três componentes: componente técnica, componente de processo e a componente de comunicação.

No que diz respeito à **componente técnica**, esta “destina-se a assegurar a focagem técnica da AAE e determinar o seu alcance, a realizar a discussão de opções estratégicas, a avaliar as oportunidades e os riscos e a enunciar diretrizes que constituem recomendações da AAE e são objeto de verificação no seguimento da AAE” (Partidário, 2007).

Relativamente à **componente de processo**, esta “destina-se a assegurar a articulação entre o processo de AAE e o processo de planeamento ou programação” (Partidário, 2007).

Por último, com a **componente de comunicação**, pretende-se “assegurar que a AAE é acessível a todos os tipos de público interessado” (Partidário, 2007).

Em coerência com a abordagem metodológica, a componente técnica da AAE integra as seguintes fases:

- Fase 1 – Definição do Âmbito e Alcance da AAE;
- Fase 2 – Elaboração do Relatório Ambiental;
- Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental Final com os resultados das consultas e da Declaração Ambiental;
- Fase 4 – Seguimento;

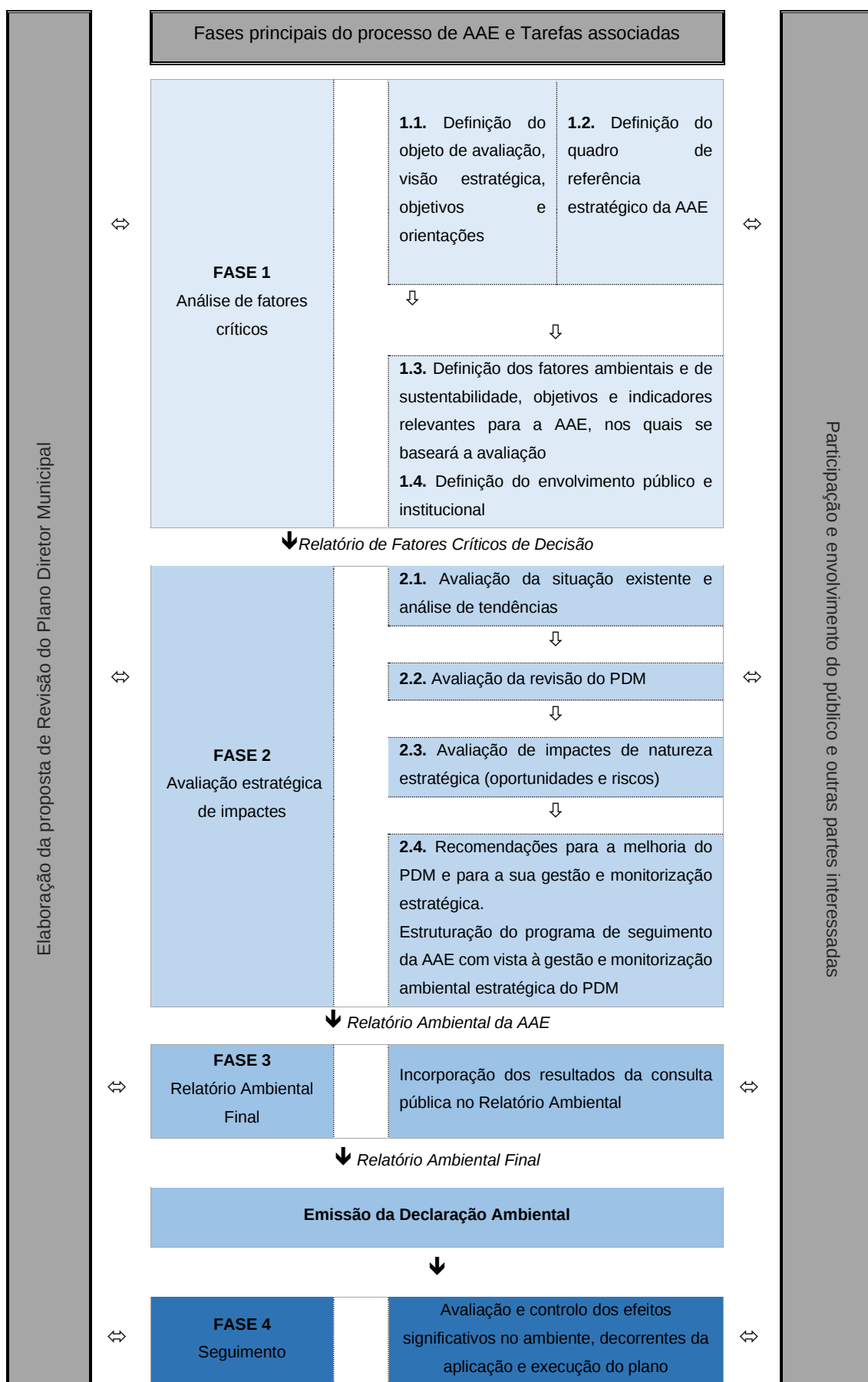


Figura 1. Fase da Avaliação Ambiental Estratégica (adaptado de RFCD do QREN, 2006).

Fase 1 – Definição do Âmbito e Alcance da AAE

A fase 1 da avaliação ambiental visa:

- Definir o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenor da informação a incluir no relatório ambiental
- Solicitar pareceres às ERAE sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre a informação a incluir no relatório ambiental.

A fase 1 foi materializada no Relatório de Fatores Críticos de Decisão (RFCD) e identificou os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), assegurando desta forma a objetividade e focagem da AAE.

A identificação dos RFC resulta da análise e cruzamento dos seguintes elementos:

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, contexto macropolítico nacional em matéria de ambiente e sustentabilidade com o qual o Plano se deve compatibilizar;
- **Questões Estratégicas (QE)**, identificadas na proposta de plano com potenciais implicações ambientais, as quais definem os objetivos e linhas de força associadas ao objeto de avaliação, expressando as intenções do Plano;
- **Fatores Ambientais (FA)**, definidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, arquitetónico e arqueológico e paisagem) e outros que sejam pertinentes e relevantes, de modo a refletir o âmbito da AAE.

Da análise das relações existentes entre as três componentes referidas, resultam os **FCD**, que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que servirão de base para a tomada de decisão (Figura 2).

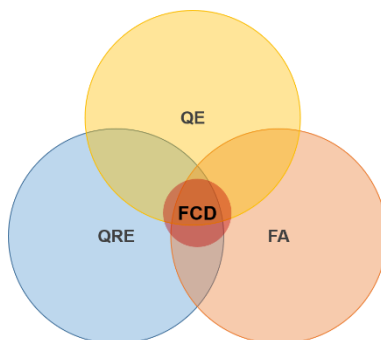


Figura 2. Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD (adaptado de Partidário, 2007).

Fase 2 – Elaboração do Relatório Ambiental

A fase 2 da AAE, em curso, consiste na elaboração do relatório ambiental que deve responder aos elementos solicitados pelo n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, designadamente:

- Uma descrição do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e a sua relação com outros planos e programas pertinentes;
- Os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e da sua provável evolução se não for aplicado o plano ou o programa;
- Os problemas ambientais existentes e relevantes para o plano e as características ambientais das zonas suscetíveis de serem afetadas;
- Os objetivos de proteção ambiental e de sustentabilidade, estabelecidos a nível nacional e regional, pertinentes para o plano e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;
- Os eventuais efeitos significativos no ambiente, incluindo questões como a população, a flora, o solo, a água, os fatores climáticos, o património cultural, incluindo o património arquitetónico, arqueológico e a paisagem, bem como a inter-relação entre os fatores supracitados;
- As medidas com vista a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar efeitos significativos adversos no ambiente resultante da aplicação do plano;
- Um resumo não técnico das informações fornecidas ao abrigo das alíneas anteriores.

O presente relatório concentra um conjunto de atividades que materializam a avaliação ambiental estratégica da proposta de PDM de Ferreira do Zêzere, através da integração dos elementos seguintes:

- Análise da avaliação da situação atual e das tendências de evolução na ausência do plano por FCD;
- Avaliação das intervenções estratégicas preconizadas no plano em termos de oportunidades e riscos para a sustentabilidade territorial;
- Proposta de diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação.
- Estabelecimento de um Quadro de governança para a ação;
- Estabelecimento de orientações para a implementação de um programa de seguimento, para acompanhamento do processo.

Na análise da situação existente e das principais tendências, associada a cada um dos FCD, recorre-se a uma análise do tipo SWOT, pretendendo-se efetuar um diagnóstico geral das características ambientais, patrimoniais e de ordenamento do território existentes no concelho, identificando, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos que ocasionam um conjunto de oportunidades e ameaças.

A avaliação estratégica dos principais riscos e oportunidades é desenvolvida com o intuito de perceber de que forma a proposta de Revisão do PDM poderá ter impactes significativos no ambiente ao nível de cada um dos FCD definidos.

Para tal, cruzaram-se as questões estratégicas da Revisão do PDM com os critérios identificados para cada FCD, permitindo assim assinalar as oportunidades e riscos decorrentes da implementação do plano.

Salienta-se que risco não significa consequência negativa, mas que o prosseguir uma dada estratégia pode originar riscos que necessitam ser evitados ou acautelados. Significa que uma determinada estratégia pode ser excelente do ponto de vista de um critério, mas apresentar apenas riscos, ou riscos e oportunidades, num segundo critério de avaliação. Assim, a estratégia em causa poderá continuar a constituir a melhor opção, se a avaliação global se apresentar como uma oportunidade e os riscos corresponderem a situações resolúveis ou passíveis de gestão adequada.

Solicitar novamente pareceres às ERAE sobre o relatório ambiental.

Fase 3 – Elaboração do Relatório Ambiental com os resultados das consultas e Declaração Ambiental

Após a receção dos pareceres resultante das consultas efetuadas às ERAE relativamente ao relatório ambiental inicia-se a fase 3 deste processo.

Depois de analisados, os pareceres emitidos serão incorporados no Relatório Ambiental final e será elaborado o Resumo Não Técnico de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

O relatório ambiental final e o respetivo resumo não técnico acompanham a proposta de plano para discussão pública, por período não inferior a 30 dias.

A Declaração é emitida pela Câmara Municipal em momento anterior à aprovação do plano e acompanha a proposta de plano a submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

A Declaração Ambiental que deverá conter:

- Uma síntese relativa às considerações ambientais que se encontram integradas no plano;
- As observações apresentadas pelas entidades consultadas na discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
- As razões que fundamentaram a aprovação do PDM à luz de outras alternativas razoáveis abordadas aquando da respetiva elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A declaração Ambiental deve ser enviada pela entidade responsável pela sua elaboração à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e às restantes entidades consultadas no procedimento de AAE, de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Para além disso, a Declaração Ambiental deve ser disponibilizada ao público para a consulta através da página da internet do município.

Fase 4 – Seguimento

Esta fase tem como objetivo dar sequência a um programa de seguimento que deverá acompanhar o ciclo de planeamento durante o prazo de vigência do Plano e concretizar a sua aplicação.

Este programa de seguimento é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão.

Desta fase deverá resultar um Programa de Ação para a gestão ambiental e de sustentabilidade da estratégia, que inclui indicadores operacionais, medidas de gestão ambiental e de sustentabilidade destinadas a prevenir, reduzir e eliminar os efeitos negativos no ambiente que venham a ser identificados na avaliação ambiental (alínea f) do art.º 6.º do Decreto-Lei 232/2007), e um quadro institucional articulado com o da governança da implementação do Plano.

Os resultados do controlo devem ser divulgados pela Câmara Municipal através de meios eletrónicos, atualizados com uma periodicidade mínima anual, e remetidos anualmente à APA e às ERAE (artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

Relativamente à **componente de comunicação**, esta inclui desde a “consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de

interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação” (Decreto-Lei 232/2007, de 15 de junho), até à consulta pública do Relatório Ambiental.

3. OBJETO DE AVALIAÇÃO

Os instrumentos de gestão territorial regem-se pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e pelo respetivo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) definido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

O PDM de Ferreira de Zêzere, encontra-se em vigor desde a data da sua publicação em Diário da República, ocorrida a 20 de dezembro de 1995 (RCM n.º 175/95). No entanto ao longo destes anos o mesmo sofreu várias alterações, a 1.ª Alteração foi ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2003, de 24 de novembro. A 2.ª alteração ocorreu em 2009, esta por adaptação, por intermédio do Aviso 13414/2009, de 29 de julho. A 3ª alteração foi publicada pelo Aviso n.º 12450/2010, no Diário da República, 2ª Série, n.º 119, de 22 de junho de 2010, teve como objetivo adequar este instrumento de planeamento territorial ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT). A 4ª alteração ocorreu por deliberação de 29 de junho de 2012 e foi publicada pelo Aviso n.º 2810/2013, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 40, de 26 de fevereiro. A 5ª alteração ocorreu no primeiro semestre e início do segundo de 2016, publicada pelo Aviso n.º 11298/2016, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 14 de setembro.

Em reunião realizada em 1 de junho de 1999, e após quase dois anos e meio da entrada em vigor do PDM, a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, considerou inadequadas as disposições consagradas no mesmo, e deliberou, solicitar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) que se iniciasse o processo de revisão do PDM.

Na sequência dessa deliberação a Câmara Municipal, a coberto do ofício n.º 3959 de 02/09/99, solicitou a CCRLVT que iniciasse o processo de revisão do PDM e que fosse definida a constituição da comissão técnica de acompanhamento.

As circunstâncias que levaram a Câmara a solicitar a revisão do PDM de 1995 foram as seguintes:

- Limites de áreas de povoamento disperso e de perímetros urbanos desfasados da situação real;
- Zonas de povoamento disperso e de aglomerados não considerados como tal, tendo ficado inseridos noutras classes de espaço;
- Em algumas classes de espaço, alguns dos parâmetros urbanísticos têm-se revelado desajustados face ao tipo de ocupação prevista no PDM;

- Áreas de povoamento disperso e de aglomerados não excluídos da REN;
- Áreas condicionadas pela REN e que não são zonas ribeirinhas, de águas interiores, áreas de infiltração máxima ou zonas declivosas, ou seja, que não se inserem nas características enunciadas na legislação de enquadramento da REN;
- Discrepâncias entre as plantas de ordenamento e de condicionantes, e erros de grafismo em algumas plantas.

Na apresentação dos motivos que fundamentam a Revisão do PDM, frisam “que para cada um dos tipos de questões mencionados não temos casos pontuais, mas sim situações em quantidade e disseminadas por todo o concelho, havendo naturalmente freguesias mais afetadas que outras.”

Assim, e decorridos três anos desde a entrada em vigor do PDM de Ferreira do Zêzere, a decisão de elaboração da sua revisão teve publicitação em Diário da República, através do Aviso n.º 5347/2002 (D.R. n.º 137, Série II, de 17 de junho de 2002).

Ao caso específico do concelho de Ferreira do Zêzere, e ao seu PDM, a necessidade de revisão deste instrumento de gestão territorial decorre não só da transição de uma situação de gestão casuística, para outra em que se definiram regras de ocupação do território, como de diversos erros ou imprecisões do atual PDM.

3.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE FERREIRA DO ZÊZERE

O concelho localiza-se na região de Lisboa e Vale do Tejo (no Médio-Tejo), é atravessado pelo rio Zêzere no seu limite Nascente e a poucos quilómetros a sudoeste do Concelho encontram-se as Serras d'Aire e Candeeiros, pertencendo em termos turísticos à Região de Turismo dos Templários, (Floresta Central e Albufeiras). O PDM de Ferreira do Zêzere abrange uma área total de 184,9 Km², correspondente a um território administrativamente dividido em 7 freguesias: Águas Belas, União de freguesias de Areias e Pias, Beco, Chãos, Nossa Senhora do Pranto (Dornes e Paio Mendes), Ferreira do Zêzere, Igreja Nova do Sobral.

O concelho apresenta um carácter marcadamente rural e disperso, pois a totalidade da sua população (8619 habitantes em 2011) reside em locais até 2000 habitantes apresentando assim um nível de ruralidade de 100%.

A estrutura da atividade económica do concelho está essencialmente orientada para o aproveitamento dos recursos locais, de entre os quais se destacam os recursos do solo. Assim, as principais atividades da sua população ativa são as atividades agropecuárias e florestais e algumas iniciativas de transformação industrial dos produtos da terra.

O município é atravessado pelo principal afluente do Tejo, o rio Zêzere, integrando a Albufeira de Castelo do Bode, e de salientar que grande parte do território é ocupada por vastas áreas de pinhais e eucaliptais.

O relatório da proposta apresenta uma reflexão efetuada aos Estudos de Caracterização e Diagnóstico.

A análise da caracterização e diagnóstico do concelho, teve como base o Relatório de avaliação do PDM em vigor, os estudos setoriais de caracterização da revisão do PDM e os dados disponibilizados pelo INE, através da qual se pretendeu identificar as problemáticas/debilidades e oportunidades/forças associadas ao desenvolvimento do concelho e à revisão do PDM ao território.

A caracterização estratégica e diagnóstico da área de intervenção da proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere será suportada no desenvolvimento da análise SWOT¹, através da

¹ O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês e um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

qual se pretende identificar as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças associadas ao território, sem considerar a implementação da proposta de revisão do PDM (Quadro 1).

Configurando uma leitura da situação existente e o diagnóstico da área de intervenção, efetuada com base na identificação de oportunidades e ameaças, a análise permitirá conjeturar intervenções estratégicas e prioritárias para o concelho.

Quadro 1. Análise SWOT do município de Ferreira do Zêzere.

PONTOS FORTES	▪ Localização estratégica no espaço de transição entre o litoral e o interior; ▪ Acessibilidades externas dadas pelo IC3; ▪ Variedade de paisagens: montanha, floresta, cursos de água, praias fluviais e albufeira; ▪ Património Natural classificado (ZEC Sicó / Alvaiázere) – Rede Natura 2000; ▪ Diversidade e regularidade de atividades culturais, associativas e desportivas; ▪ Aldeias ribeirinhas enquanto fator de atração; ▪ Recursos associados ao Turismo de Natureza; ▪ Extenso e diversificado património cultural; ▪ Intervenções ao nível da requalificação urbana; ▪ Ferreira do Zêzere “Capital do OVO”; ▪ Polos de ensino superior na proximidade (Instituto Politécnico de Tomar e extensão de Abrantes e a Escola Superior de Educação de Torres Novas).	▪ Território em processo de desertificação; ▪ Estrutura etária envelhecida ▪ Baixos níveis de escolaridade; ▪ Desemprego e estagnação; ▪ Base económica produtiva em crise: setor agrícola com perda de importância; ▪ Tecido empresarial pouco diversificado; ▪ Escasso dinamismo e espírito empreendedor; ▪ Matriz de povoamento rural disperso; ▪ Insuficiência de transportes públicos.	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	▪ Conclusão da Revisão do PDM ▪ Início de um novo quadro comunitário - PORTUGAL 2020 / PDR2020; ▪ Valorização dos produtos endógenos; ▪ Reabilitação Urbana (ARU e ORU); ▪ Inserção em redes e parcerias regionais; ▪ Criação de ambiente favorável ao investimento e ao empreendedorismo; ▪ Potencial turístico e atividades correlacionadas: paisagem florestal, cursos de água, albufeira de Castelo de Bode, praias fluviais, pesca desportiva, desportos náuticos, etc.; ▪ Valorização e preservação do património cultural; ▪ Crescimento de nichos de mercado do setor agroalimentar, à base de produtos biológicos que, por um lado promovem a marca, o concelho e a região e por outro, possibilitam a penetração no mercado externo.	▪ Conjuntura económica nacional; ▪ Posição geográfica de transição contrariada pela evolução socioeconómica com características de interioridade; ▪ Abandono das zonas mais periféricas e isoladas e das atividades tradicionais; ▪ Diminuição da população ativa; ▪ Peso da população idosa; ▪ Ausência de capacidade de atração de migrantes; ▪ Reduzida capacidade de atração de investimentos; ▪ Ausência de um plano concertado de promoção turística do concelho.	AMEAÇAS

3.2. OBJETIVOS E QUESTÕES ESTRATÉGICAS DA REVISÃO DO PDM DE FERREIRA DO ZÊZERE

As questões estratégicas do PDM de Ferreira do Zêzere surgem enquadradas por dois tipos de objetivos:

- a) os objetivos que decorrem da aplicação do regime legal inscrito no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 07 de agosto para os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), nomeadamente PDM;
- b) o conjunto de objetivos estabelecidos para a concretização do PDM de Ferreira do Zêzere.

Assim, os PMOT estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia de qualidade.

Os PDM ao estarem incluídos no grupo dos PMOT, dão suporte à estratégia territorial, à política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e às demais políticas urbanas contribuindo para estabelecer um modelo de organização espacial do território de um concelho. O PDM é neste contexto o instrumento de excelência para estabelecer programas de ação territorial e dar eco ao desenvolvimento de ações territoriais.

Num contexto geral os objetivos estratégicos do PDM de Ferreira do Zêzere devem dar resposta aos objetivos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 07 de agosto, para os PMOT designadamente:

- a) A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional;
- b) A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;
- c) A articulação das políticas sectoriais com incidência local;
- d) A base de uma gestão programada do território municipal;
- e) A definição da estrutura ecológica municipal;
- f) Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;
- g) Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções;

- h) Os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- i) Os parâmetros de uso do solo;
- j) Os parâmetros de uso e fruição do espaço público;
- l) Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

Para efeitos de definição do Quadro Estratégico do PDM em estudo, foi dado particular relevo à componente estratégica específica do PDM, num contexto em que este instrumento, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto, expressa territorialmente a estratégia de desenvolvimento local para o concelho de Ferreira do Zêzere.

De uma forma geral, os objetivos sobre os quais assentava a estratégia definida no PDM'95, mantêm a sua validade nomeadamente, no que se refere à aposta nas atividades florestais e à valorização da fileira turística.

Assim, na prossecução das linhas estratégicas definidas no PDM'95, apresentam-se de seguida, as principais orientações para o concelho de Ferreira do Zêzere, sobre as quais deverão assentar as medidas a implementar.

OBJETIVO GERAL

Valorizar o papel do concelho de Ferreira do Zêzere no quadro das dinâmicas económicas e territoriais que se revelam dominantes na área do interior centro Português designadamente, da sustentação de um perfil de qualificação urbana e ambiental mais elevado com particular enfoque nos recursos florestais e na fileira turística, do reforço das infraestruturas essenciais ao desenvolvimento socioeconómico do concelho, da consolidação de uma estrutura económica apoiada no desenvolvimento de competências a nível humano e institucional, e de uma valorização dos recursos culturais e dos princípios de cidadania como garantia de um reforço da coesão social.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatação e a contenção dos perímetros urbanos, realizando uma clara delimitação e agregação do espaço urbano existente;
- Promoção da reabilitação e da regeneração de áreas caracterizadas pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva;

- Reforço e articulação das redes de infraestruturas básicas, de equipamentos coletivos, bem como da rede viária concelhia;
- Otimização da rede de transportes públicos e melhoria do desempenho ambiental dos mesmos, bem como articulação entre os modos suaves de mobilidade;
- Promoção da melhoria do acesso a bens, serviços e competências favoráveis ao desenvolvimento educativo, social e cultural da população, contribuindo para a integração e a prevenção de fenómenos de exclusão social, económica e cultural, assim como para o desenvolvimento de capacidades de expressão criativa e de integração numa sociedade cada vez mais ditada pelas novas tecnologias da informação e comunicação.
- Fomento da inclusão social, da mobilidade e da acessibilidade para todos como condição natural ao exercício do ordenamento do território;
- Reforço dos eixos de cooperação e de acordo institucional e desenvolvimento de formas de participação da sociedade civil, através da sensibilização da comunidade para um modelo de desenvolvimento sustentável, bem como para a promoção efetiva das potencialidades e recursos do concelho;
- Renovação do modelo de crescimento económico, assentando na valorização dos recursos endógenos com o desenvolvimento competências e de abordagens inovadoras para o seu aproveitamento;
- Aposta na oferta quantitativa e qualitativa de espaços para atividades económicas, gerando emprego e reforçando, simultaneamente, a competitividade no contexto municipal e supraconcelhio.
- Proteção e salvaguarda do património natural-geológico e biológico, arquitetónico e arqueológico, no âmbito do planeamento do território e da gestão urbanística.
- Promoção turística e lúdica do património natural, paisagístico e cultural, por representarem importantes ativos económicos e serem elementos identitários e diferenciadores do concelho;
- Valorização do património natural, enquanto produtor dos serviços de ecossistemas, sobretudo ao nível da captura de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas;
- Aproveitamento turístico do rio Zêzere e das suas margens, respeitando a sensibilidade ecológica da área, em particular da água, por constituir uma das maiores reservas de abastecimento público do país;
- Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, fomentando a articulação com os valores naturais e culturais;

- Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, promovendo novos eixos de sustentabilidade com os espaços urbanos através do equilíbrio entre a exploração dos recursos agropecuários e florestais e o potencial turístico e lúdico dos valores naturais e culturais;
- Efetivo ordenamento e estabelecimento de um modelo organizativo e de gestão, delimitando e salvaguardando as áreas de risco, nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio florestal, de forma a garantir a segurança de pessoas e bens;
- Fomento de um sistema eficiente de tratamento dos efluentes e resíduos urbanos, rurais e industriais, numa lógica de aproveitamento dos mesmos.

As Questões Estratégicas identificadas para a Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere integram as dimensões **Ambiental**, **Económica** e **Social**, consideradas as dimensões base do **Desenvolvimento Sustentável**.

3.3. ENQUADRAMENTO PARA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

A proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere constitui um instrumento de gestão do território de âmbito municipal, integrado nos planos municipais, para os quais o quadro legislativo nacional prevê a aplicação de AAE.

Assim, a revisão do PDM de Ferreira de Zêzere encontra-se abrangida pelo regime de AAE de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio).

De acordo com a alínea b), do n.º 2 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (que constitui o atual RJIGT), o Relatório Ambiental, produto da AAE, deve integrar o conteúdo documental que acompanha o PDM.

Tomando em consideração os aspetos mencionados, a Câmara Municipal submete a proposta de revisão do PDM ao processo de AAE.

4. CONSULTA PÚBLICA

O **Envolvimento Público e Institucional** encontra-se definido de acordo com o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, bem como do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, após a elaboração do Relatório Ambiental, e previamente à sua aprovação, a proposta de plano, o Relatório Ambiental e o respetivo Resumo Não Técnico, serão objeto de Discussão Pública.

A consulta pública durante o processo de desenvolvimento de uma AAE é faseada, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere desenvolver os processos de consulta pública estabelecidos na legislação, nomeadamente:

- A Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere deverá promover a consulta pública sobre o âmbito da AAE (RFCD) às **ERAE** (no mínimo), às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano (de acordo com o n.º 3, artigo 5º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho);
 - As entidades a consultar deverão ser a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Instituto da Água, as Administrações de Região Hidrográfica, as Comissões de Desenvolvimento Regional, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, as Autoridades Regionais de Saúde, municípios limítrofes, entre outros (DGOTDU, 2008).
- Antes da aprovação do Plano e do respetivo Relatório Ambiental, a Câmara Municipal promove novamente a consulta às ERAE, para emissão de parecer (de acordo com o n.º 3 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho);
- Concluído o período de acompanhamento a Câmara Municipal procede à abertura de um período de **discussão pública**, através de Aviso a publicar no *Diário da República*, tendo como objetivo recolher sugestões formuladas por **associações, organizações ou grupos não governamentais, ou outras pessoas interessadas**. A consulta pública e o prazo de duração são publicitados através de meios eletrónicos (página da internet da Câmara Municipal), e divulgados através da comunicação social. Durante o período de discussão pública, o projeto de Plano e respetivo Relatório Ambiental, assim como os pareceres da comissão de acompanhamento ou da CCDR, e os demais pareceres eventualmente emitidos, estão disponíveis ao público na Câmara Municipal, e noutros locais indicados pela autarquia (n.º 6, n.º 7 e n.º 8 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, articulado com o n.º 3 do artigo 77).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a AAE requer que, antes da aprovação do projeto de plano ou programa e do respetivo relatório ambiental, a entidade

responsável pela sua elaboração promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

O resumo dos pareceres emitidos pelas entidades que se pronunciaram no âmbito da consulta institucional sobre RFCD (novembro de 2010) e que apresentaram sugestões para serem incluídas no Relatório Ambiental, assim como os pareceres recebidos encontram-se no Anexo III.

5. DEFINIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Segundo o “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”, os FCD *“constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável”*.

Ainda segundo a referida publicação, os FCD resultam da integração do QRE, das QE e dos FA e como já explicitado no capítulo relativo à metodologia, estes FCD constituem-se como os temas-chave a considerar no âmbito da avaliação, conferindo-lhe a focagem e seletividade necessária para se constituir como um processo de natureza estratégica.

No âmbito da elaboração do RFCD, e nos pareceres emitidos em consulta pública, foram definidos sete FCD, com os respetivos critérios de sustentabilidade, tendo por base a metodologia acima enunciada.

5.1. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O QRE estabelece as orientações da política ambiental e de sustentabilidade, definidas a nível nacional, europeu e internacional, relevantes para a avaliação. Os instrumentos de referência identificados definem o QRE, para o plano em análise, e permitem identificar os objetivos de sustentabilidade que devem ser considerados no desenvolvimento das opções do plano. Os instrumentos identificados e analisados como precursores de orientações estratégicas para o PDM de Ferreira do Zêzere estão listados no Quadro seguinte.

Quadro 2. Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.

Instrumento de Enquadramento Estratégico Nacional	Acrónimo
Plano de Recuperação e Resiliência	PRR
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050	RNC
Estratégia Nacional para a Energia 2020	ENE 2020
Plano Nacional da Água	PNA
Programa Nacional Energia e Clima	PNEC 2030
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	ENAAC 2020
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas	P-3AC
Agenda 2030	Agenda 2030
Estratégia Nacional para o Ar	ENAR 2020
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
Estratégia Turismo 2027	ET2027
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2020	PENSAAR 2020
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos	PERSU 2020+
Estratégia Nacional para Efluentes Agropecuários e Agroindustriais	ENEAPAI

Instrumento de Enquadramento Estratégico Nacional	Acrónimo
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	PEPS
Plano Rodoviário Nacional	PRN – 2000
Estratégia Nacional para as Florestas	ENF
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	PANCD
Instrumento de Enquadramento Estratégico Regional	Acrónimo
Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste	PGRH5
Plano de Gestão de Riscos de Inundação – RH5	PGRIRH5
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
Plano de Ordenamento de Albufeira de Castelo de Bode	POACB
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo	PROT-OVT
Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo	PROF LVT
Instrumento de Enquadramento Estratégico Local	Acrónimo
Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios de Ferreira do Zêzere	PMDFCI – Ferreira do Zêzere
Plano Municipal de Emergência de Ferreira do Zêzere	PEM – Ferreira do Zêzere
Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	PTD-MTPI

5.2. QUESTÕES ESTRATÉGICAS

As opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere resultam da análise do diagnóstico correspondente à avaliação do PDM em vigor, conjugada com o referencial dos instrumentos de política sectorial de âmbito nacional e regional, integrando o conhecimento territorial que advém dos estudos de caracterização elaborados neste âmbito.

As QE identificadas para a Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere integram as dimensões **Ambiental**, **Económica** e **Social**, consideradas as dimensões base do **Desenvolvimento Sustentável** encontram-se definidas no capítulo 3.2.

5.3. FATORES AMBIENTAIS

Como refere CABRAL² os fatores ambientais:

- Definem o âmbito ambiental relevante, orientado pela definição de fatores ambientais legalmente estipulados;
- Contribuem para a identificação dos fatores críticos de decisão e devem ser ajustados caso a caso;
- São em função da focagem estratégica, da escala de avaliação, consequentemente, da sua relevância.

Os FA considerados na presente análise foram orientados por uma exigência legal e enquadram-se no definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na alínea e), n.º 1, artigo 6º, no que respeita à *“biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes fatores”*. Estes fatores FCD específicos para o território em questão.

Estes fatores definem o âmbito ambiental relevante e contribuem para a definição dos FCD específicos para o território em questão.

São apresentadas seguidamente as definições que se consideram adequadas e ajustadas à realidade em análise neste relatório, para cada um dos FA que, legalmente, devem ser tidos em conta na AAE:

Biodiversidade – do grego *bios*, vida, significa a diversidade dos seres vivos, espécies, ecossistemas e património genético. Define-se pela variedade e variabilidade dos seus componentes (definição segundo o Plano de Ação a Favor da Biodiversidade).

População – Conjunto de seres humanos, no caso particular cidadãos residentes, trabalhadores e/ou visitantes do concelho de Marvão e os seus hábitos.

Saúde humana – Todos os fatores que direta ou indiretamente se traduzem no bem-estar físico e emocional da população.

Fauna – Componente do ambiente natural relativo às espécies animais com estatuto de proteção definido que ocorrem ou possuem potencial de ocorrência no Município.

² CABRAL, A. D.; 2007. Avaliação Ambiental de Planos Directores Municipais. Documentos de apoio à apresentação realizada na CCDRN pela Divisão de Avaliação Ambiental da Direcção de Serviços de Ambiente da CCDRN em 22 de outubro de 2007.

Flora – Componente do ambiente natural relativo às espécies vegetais com estatuto de proteção definido que ocorrem ou possuem potencial de ocorrência no Município.

Solo – Não obstante as diferentes definições de solo, a referência neste trabalho a solo tem implícito que este se trata de um recurso finito, limitado e não renovável que recobre as rochas, sendo constituído por tipos variáveis de minerais e húmus. É suporte ao desenvolvimento da vida e das atividades humanas, enquanto componente de ordenamento e, em particular, da componente agrícola.

Água – Componente do ambiente natural que se pode subdividir, segundo a Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000, como: Águas de superfície: as águas interiores, com exceção das águas subterrâneas, das águas de transição e das águas costeiras, exceto no que se refere ao estado químico; este estado aplica-se também às águas territoriais; e, Águas subterrâneas: todas as águas que se encontram abaixo da superfície do solo na zona de saturação e em contacto direto com o solo ou com o subsolo.

Atmosfera – Camada de gases que envolve a superfície terrestre. No entanto, e para efeitos de análise, considera-se diretamente as camadas mais próximas da superfície terrestre, a troposfera (camada onde os seres vivos podem respirar normalmente) e a estratosfera (onde ocorrem os fenómenos meteorológicos).

Fatores climáticos – Compreendem os fatores abióticos do meio ambiente, nomeadamente os referentes à temperatura, à luz, humidade relativa (subsequentemente, a pluviosidade) e vento.

Bens materiais – Todos que têm uma existência física, como edificações, infraestruturas básicas, equipamentos vários de apoio ao cidadão, entre outros.

Património cultural – Inclui, segundo a definição do próprio Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, o património histórico e arqueológico.

Paisagem – É a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica.

Neste contexto e considerando o ajuste dos fatores ambientais do referencial legislativo à proposta de revisão do PDM em análise, tendo como referencial uma focagem estratégica, a escala de avaliação e a relevância de cada um dos fatores no contexto territorial e do instrumento de gestão territorial em estudo, resultou a seleção dos fatores ambientais identificados no quadro seguinte.

Quadro 3. Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para a revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.

Fatores Ambientais estabelecidos no DL n.º 232/2007	Fatores Ambientais considerados relevantes
Biodiversidade	√
Fauna	√
Flora	√
Património Cultural	√
Atmosfera	√
Água	√
Solo	√
Fatores Climáticos	√
Paisagem	√
Bens Materiais	√
População	√
Saúde Humana	√

Através da análise do quadro anterior, verifica-se que todos os FA foram considerados relevantes para a análise da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.

5.4. IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os FCD são o número limitado de domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que se adotou, para estudar as implicações do Plano. Deverão assegurar uma focagem estratégica e neste contexto deverão ser em número superior a três e inferior a oito (Partidário, 2007).

A determinação dos **FCD** resultou, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do **QRE** preconizado (Anexo II) e as **QE** definidas na proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere. Neste contexto, foram desenvolvidas tabelas de dupla entrada, onde se analisaram as relações de conflito e/ou complementaridade existentes (Anexo III). A análise das tabelas referidas permitiu determinar o grau de convergência das questões estratégicas do Plano com os instrumentos do quadro de referência estratégico definidos.

Da análise das relações existentes nas tabelas anteriormente referidas, e da integração dos **FA**, estabelecidos pela legislação (e considerados como os mais relevantes), resultaram então os **FCD** que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes, e que servirão de base para a tomada de decisão. Assim, os FCD para a proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, são:

➤ **Biodiversidade e Conservação da Natureza**

Pretende-se avaliar as ações propostas em termos dos seus efeitos na preservação e utilização sustentável da biodiversidade dos ecossistemas, bem como na conservação dos valores naturais do município.

➤ **Ordenamento e Qualificação do Território**

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade intra-concelhia.

➤ **Desenvolvimento económico e social**

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da competitividade e dinâmica empresarial, na dinâmica turística associada ao património e aos recursos naturais e no desenvolvimento humano nomeadamente ao nível da formação e qualificação dos recursos humanos e na promoção do emprego.

➤ **Património e Paisagem**

Visa avaliar em que medida o Plano contribui para a preservação dos valores paisagísticos e patrimoniais, incluindo os valores arquitetónicos e arqueológicos.

➤ **Qualidade Ambiental**

Permite avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo.

➤ **Energia e Alterações Climáticas**

Permite avaliar o contributo do Plano para a eficiência energética e combate as alterações climáticas.

➤ **Riscos Naturais e Tecnológicos**

Permite avaliar o contributo do Plano para a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos que ocorrem no território concelhio.

Neste âmbito, estabeleceu-se uma relação entre os FA considerados mais relevantes, estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho e os FCD definidos.

Quadro 4. Relação entre os FA e os FCD definidos.

FCD \ FA	Biodiversidade e Conservação da Natureza	Ordenamento e Qualificação do Território	Desenvolvimento Económico e Social	Património e Paisagem	Qualidade Ambiental	Energia e Alterações Climáticas e	Riscos Naturais e Tecnológicos
Biodiversidade	X	X				X	X
Fauna	X	X				X	X
Flora	X	X				X	X
Património Cultural		X	X	X			X
Atmosfera					X	X	X
Água	X				X	X	X
Solo	X	X			X	X	X
Fatores Climáticos	X				X	X	
Paisagem	X	X		X			X
Bens materiais		X	X	X		X	X
População			X		X	X	X
Saúde Humana		X	X		X	X	X

Importa ainda a respeito dos FCD definidos demonstrar que os mesmos possuem uma relação direta com o cumprimento dos objetivos genéricos dos vários instrumentos identificados no

quadro de referência, realçando-se a intensa relação dada pelos diferentes instrumentos para o FCD que se designou de Qualidade Ambiental.

Quadro 5. Relação entre os FCD e os instrumentos de referência ambiental definidos.

QRE \ FCD	Biodiversidade e Conservação da Natureza	Ordenamento e Qualificação do Território	Desenvolvimento Económico e Social	Património e Paisagem	Qualidade Ambiental	Energia e Alterações Climáticas e	Riscos Naturais e Tecnológicos
PRR		X	X		X	X	X
PNPOT	X	X	X	X	X	X	X
ENDS	X	X	X	X	X	X	X
RNC		X	X		X	X	X
ENCNB	X			X			
ENE		X	X		X	X	X
PNA					X		
PNEC2030		X	X		X	X	X
ENAAAC 2030					X	X	
P-3AC		X	X		X	X	X
Agenda 2030			X		X		
ENAR 2020						X	
PNAAS			X		X		
ET2027			X				
PNUEA					X		
PENSAAR		X			X		
PERSU 2020+		X			X		
ENEPAI					X		
PEPS		X			X	X	X
PRN – 2000		X	X				
ENF	X					X	X
PANCD			X				
PGRH5	X	X		X	X	X	X
PGRIRH5	X	X		X	X	X	X
PROFLVT	X	X	X			X	X
PSRN2000	X		X	X			
POACB	X				X	X	X
PROT-OVT		X	X		X		
PMDFCI	X	X				X	X

QRE	FCD	Biodiversidade e Conservação da Natureza	Ordenamento e Qualificação do Território	Desenvolvimento Económico e Social	Património e Paisagem	Qualidade Ambiental	Energia e Alterações Climáticas e	Riscos Naturais e Tecnológicos
	PTD-MTPIS		X	X	X			

6. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO

Cada um dos FCD definidos serão analisados tendo em consideração os domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e os indicadores. Os domínios de avaliação refletem as questões pertinentes para cada FCD e suportam uma estrutura que permite uma focagem temática. Os objetivos de sustentabilidade representam os propósitos associados a cada uma das áreas temáticas definidas e os indicadores permitem avaliar de forma mensurável as propostas apresentadas na proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.

Assim, da análise de cada um dos FCD, resultou a identificação dos domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores que contribuíram para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nas grandes opções da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, pretendendo facilitar a avaliação e contribuir para uma tomada de decisão consciente e adequada.

Nesse sentido, identificaram-se os seguintes domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar, para os FCD considerados.

6.1. FCD – BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

6.1.1. Descrição do FCD e os seus objetivos

No âmbito do presente FCD pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da conservação da natureza, assim como da Biodiversidade, determinando as oportunidades e riscos, que correspondem respetivamente aos impactes positivos e negativos de natureza estratégica, usando, sempre que a informação disponível o permitiu, os critérios de avaliação e indicadores apresentados no quadro seguinte.

Quadro 6. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Biodiversidade e Conservação da Natureza.

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas	- Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural, em áreas classificadas. - Proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas.	- Áreas protegidas e RN2000. (nº e descrição) - Superfície do Município com estatuto de Área Protegida. (ha) - Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados (número e extensão). (nº e descrição) - Número de planos de gestão para Áreas Classificadas. (nº)
	Conservação da Natureza	- Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade. - Evitar a fragmentação dos ecossistemas. - Compatibilizar o desenvolvimento territorial com a biodiversidade.	- Nº e periodicidade de ações de conservação e gestão de espécies e habitats. (nº e periodicidade) - Nº e periodicidade de ações de controlo de espécies não indígenas com risco conhecido. (nº e periodicidade) - Corredores Ecológicos e Estrutura Ecológica Municipal. (descrição) - Fragmentação do território (Km rede viária/área concelhia).
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Gestão e Conservação da Floresta	Estimular o uso variado da Floresta.	- Número de Zonas de Caça Municipal e Zonas de Pesca. (nº) - Número de unidades de turismo em espaço rural (TER). (nº) - Número de atividades associadas ao silvo pastorícia, produção de mel, cinegética entre outras. (nº)
		- Promoção da gestão sustentável e a conservação da natureza. - Promover a diversificação florestal.	- Categorias de uso de solo rústico. (descrição) - Zonas de Intervenção Florestal. (nº) - Área por tipologia de povoamento florestal. (ha)

6.1.2. Situação Existente e Análise tendencial

ÁREAS CLASSIFICADAS

▪ Áreas protegidas e RN2000.

O concelho de Ferreira do Zêzere integra a Zona Especial de Conservação (ZEC) de Sicó/Alvaiázere, que corresponde a uma área classificada no âmbito do Decreto Regulamentar nº1/2020, de 16 de março, que classifica como ZEC os sítios de interesse comunitário (SIC).

A ZEC Sicó/Alvaiázere totaliza uma área de 31 678 ha, distribuído pelos municípios de Ansião, Alvaiázere, Ourém, Penela, Pombal, Soure e Tomar, e 14% deste localiza-se em Ferreira do Zêzere, o que corresponde aproximadamente a 4333 ha, que representam 23% da área total do concelho.

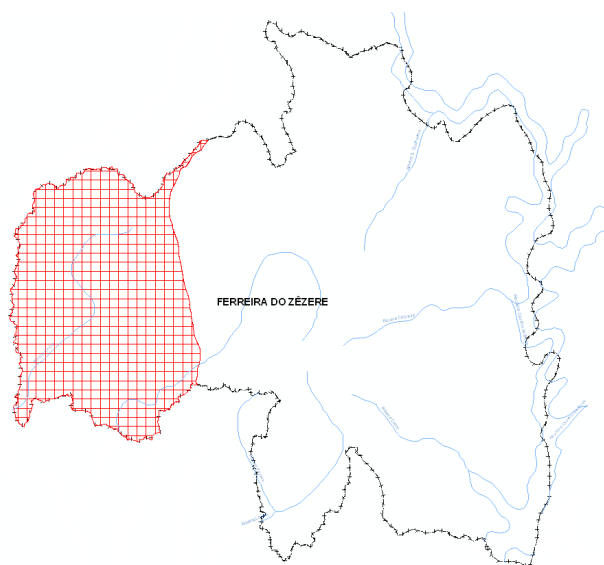


Figura 3. ZEC Sicó/Alvaiázere - Rede Natura 2000, no concelho de Ferreira do Zêzere.

Este concelho não apresenta outras áreas classificadas, quer a nível nacional quer a nível internacional.

▪ Superfície do Município com estatuto de Área Protegida

De acordo com o ICNF não existe nenhuma área do concelho que pertença à Rede Nacional de Áreas Protegidas.

- **Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados.**

No concelho de Ferreira do Zêzere existem trilhos de interpretação com a importante função de proteção e valorização do património cultural e paisagístico do território, dinamizando e promovendo aquilo que é a aproximação do homem à natureza, na medida em que o informa sobre a fauna e flora, entre outras características consideradas relevantes, que ocorrem ao longo do percurso pedestre.

Neste sentido foram identificados 6 percursos existentes, a saber:

- **GR33 – Grande Rota do Zêzere**

- ↳ Tem uma extensão total de 370 km acompanhando o rio desde a sua nascente, na Serra da Estrela, até à sua foz no rio Tejo, em Constância, percorrendo neste trajeto o território de 14 concelhos diferentes. O GR33 refere-se à parte do trajeto situada apenas em Ferreira do Zêzere.

- **PR1 – Dornes – Vigia do Zêzere**

- ↳ Com uma extensão total de 19 km, o PR1 percorre o centro da vila continuado pelo troço coincidente com o percurso da Grande Rota do Zêzere, na direção de Vale Serrão; contorna a Serra Aguilhões seguindo para a aldeia de rio Cimeiro; volta pelo caminho florestal até Peralfaia, onde se pode observar uma curiosa formação rochosa – os penedos amarelos –, sempre por caminho florestal essencialmente com presença de eucalipto e pinheiro mas também, com alguns carvalhos e medronheiros.

- **PR2 – Trilho Lagar Velho**

- ↳ Com a duração de aproximadamente 1 hora, durante todo o percurso é possível avistar-se as localidades de Pombeira, Zaboeira, Alcamim e, naturalmente, a paisagem da albufeira de Castelo de Bode, destacando-se, no que respeita ao património arquitetónico religioso, as capelas São João Batista e Santo António.

- **PR3 – Trilho da Pombeira**

- ↳ Enquanto continuidade do PR2, tem uma duração de aproximadamente 3 horas, percorrendo igualmente as aldeias de Pombeira, Zaboeira e Alcamim, abrangendo, no entanto, um conjunto maior e mais variado de interesses paisagísticos e patrimoniais.

- **PR4 – Trilho do Lago Azul**

- Pensado para dar a conhecer a beleza natural existente junto à albufeira de Castelo de Bode, inclui como principais pontos de interesse, o Lago Azul, a Piscina flutuante, o Clube náutico, o barco de S. Cristóvão, entre outros.

- **PR5 – Trilho do Castro**

- Com uma dimensão de aproximadamente 14 km, pensado com o intuito de dar a conhecer a riqueza ribeirinha associada à fauna e flora existentes, tem partida e chegada ao lago azul, podendo avistar-se durante a sua trajetória vários elementos históricos com interesse destacando-se, a capela de São Pedro do Castro, a muralha defensiva do Castro e a Cruz Alta.

- **Planos de Gestão para Áreas Classificadas**

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) é um instrumento de gestão territorial, que visa a salvaguarda e valorização dos Sítios e das Zonas de Proteção Especiais do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade. Este plano contém orientações específicas para a gestão de ZEC Sicó/Alvaiázere.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- **Nº e periodicidade de ações de conservação e gestão de espécies e habitats.**

Não existe conhecimento de ações de conservação e gestão de espécies e habitats realizadas.

- **Nº e periodicidade de ações de controlo de espécies não indígenas com risco conhecido.**

Não existe conhecimento de ações de controlo de espécies não indígenas realizadas.

- **Corredores Ecológicos e Estrutura Ecológica Municipal.**

O sistema ambiental constitui uma das matérias fundamentais do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT). De acordo com este PROT, a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) constitui uma estrutura que tem por suporte um conjunto de áreas territoriais e corredores que representam e incluem as áreas com maior valor natural ou com maior sensibilidade ecológica. Esta estrutura deverá permitir a manutenção da biodiversidade característica da Região e dos processos ecológicos fundamentais para a integridade dos seus ecossistemas sensíveis.

A ERPVA é constituída por uma rede hierarquizada de sistemas e subsistemas concretizada num conjunto de áreas nucleares e complementares e de corredores ecológicos. Estas áreas e estes corredores estão organizados em três níveis – Redes Primária, Secundária e Complementar - correspondentes com a importância que possuem na estruturação ambiental do território regional. A hierarquização da ERPVA constitui-se, também, como um aspeto fundamental para o estudo e delimitação da Estrutura Ecológica Municipal nomeadamente, no que diz respeito à definição das áreas nucleares e dos corredores ecológicos.

A figura seguinte representa os elementos das Redes Primária e Secundária demarcando-se a vermelho a área abrangida pelo território de Ferreira do Zêzere. Verificamos assim, a existência no território concelhio de:

- Área Nuclear Estruturante (ANE)³, que corresponde a toda a parte ocidental do Concelho abrangida pela Rede Natura 2000, designadamente o ZEC Sicó/Alvaiázere;
- Corredor Ecológico Estruturante (CEE)⁴, que corresponde ao Corredor Serrano que se prolonga desde ZEC Sicó-Alvaiázere a Arruda dos Vinhos, atravessando as Serras de Montejunto, Aire e Candeeiros. Os valores naturais associados subjacentes a este corredor são as formações de vegetação natural e seminatural que, embora fragmentadas, ainda apresentam alguma continuidade e garantem a conectividade entre os ecossistemas serranos. Este corredor organiza-se na articulação entre as áreas classificadas da Serra de Montejunto (PTCON0048), Aire e Candeeiros (PT0015) e o ZEC Sicó-Alvaiázere;
- Corredor Ecológico Secundário (CES)⁵, correspondente à Albufeira de Castelo de Bode.

³ As ANE incluem as áreas com estatuto de proteção legalmente definido, designadamente as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas e as áreas classificadas no âmbito das Diretivas Aves e Habitats – Diretivas n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, e n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, respetivamente “Sítios de Importância Comunitária” e “Zonas de Proteção Especial”, incluídas na Rede Natura 2000.

⁴ Os CEE decorrem do princípio de interligação entre sistemas ecológicos, regionais constituindo assim, as áreas preferenciais de ligação do Oeste e Vale do Tejo com os territórios envolventes.

⁵ Os CES procuram estabelecer uma estrutura em rede que efetua a ligação transversal entre os diferentes sistemas ecológicos regionais. Estes corredores promovem a conservação da biodiversidade aquática e ribeirinha e estabelecem eixos de movimentação para espécies de fauna e flora terrestres que garantam a manutenção da biodiversidade em sistemas de elevada produtividade agrícola e florestal.

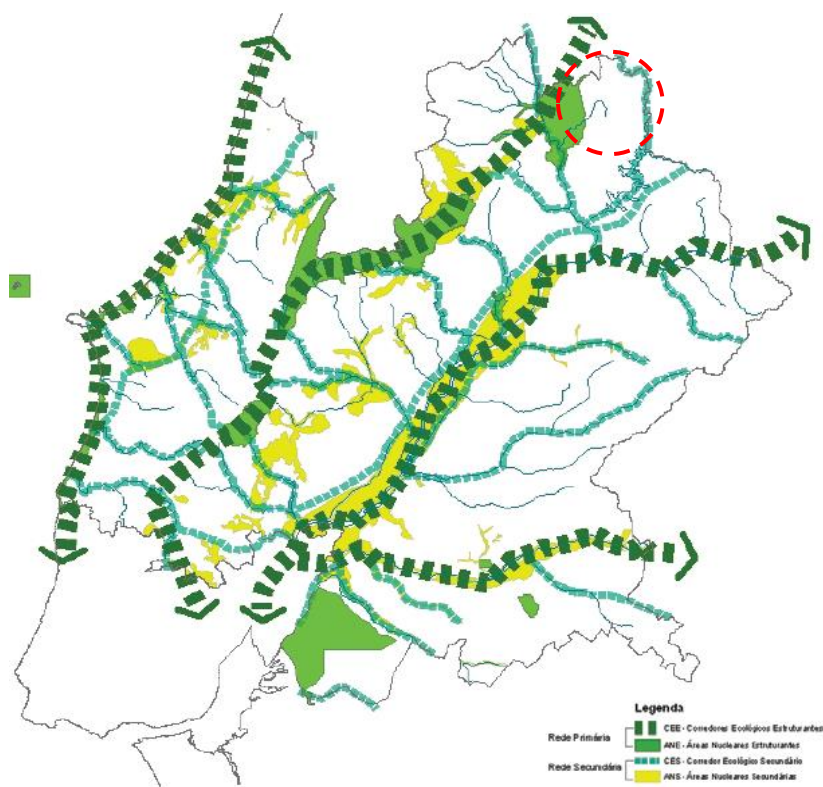


Figura 4. Rede primária e Rede secundária da ERPVA.

Fonte: PROT OVT, 2009

▪ Fragmentação do território

A fragmentação dos ecossistemas está diretamente relacionada com a construção de infraestruturas rodoviárias. A análise da rede viária no concelho permite concluir que a fragmentação do território em Ferreira do Zêzere é baixa.

GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

▪ Número de Zonas de Caça Municipal e Zonas de Pesca

Relativamente à atividade de caça, o município de Ferreira do Zêzere não apresenta índices muito relevantes, sendo que as taxas de ocupação cinegéticas se devem principalmente à constituição de zonas de caça municipal e associativa. Em Ferreira do Zêzere existem três zonas de caça associativas, cinco zonas de caça municipal, e uma zona de caça turística, abrangendo cerca de 65% da área concelhia.

Quadro 7. Zonas de caça.

Nº Zona de Caça	Designação ZC	Concelho / Total (ha)	Entidade	Departamento Conservação da Natureza e Florestas	Tipo de Zona
1293	ZCA Chãos	1744/1744	CL caçadores da freguesia de chãos	Lisboa e Vale do Tejo	Associativa
1318	ZCA Areias	1781/1781	AS caçadores castelos de D. Gaio	Lisboa e Vale do Tejo	Associativa
1567	ZCA Freixal	1264/1264	AS recreativa de caçadores do freixial	Lisboa e Vale do Tejo	Associativa
3137	ZCM freguesias de Alviobeira e igreja nova do sobral	932/1546	AS nacional da preservação da fauna, caça e pesca	Lisboa e Vale do Tejo	Municipal
4078	ZCM da associação recreativa de caçadores do freixial	3922/3922	AS recreativa de caçadores do freixial	Lisboa e Vale do Tejo	Municipal
4359	ZCM freguesia de areias	333/333	AS caçadores castelos de D. Gaio	Lisboa e Vale do Tejo	Municipal
4427	ZCM freguesia de areias – zona II	331/331	SOC agro-turística Quinta da Torre da Murta, LDA	Lisboa e Vale do Tejo	Turística
5286	ZCM do Beco	1180/1180	CL caça e pesca da zona dos templários	Lisboa e Vale do Tejo	Municipal
5288	ZCM de Pias	636/636	CL caça e pesca da zona dos templários	Lisboa e Vale do Tejo	Municipal

Fonte: ICNF, 2021

A pesca em águas interiores está fortemente enraizada na tradição das zonas ribeirinhas, sobretudo ao longo do curso do Tejo, contudo e apesar do decréscimo da atividade piscatória profissional, tem havido um aumento significativo da pesca desportiva. Na análise efetuada no PROF são identificados e descritos os cursos de água classificados, as principais espécies piscícolas existentes e alguma informação sobre a pesca desportiva e profissional na região

Pesca Desportiva e profissional:

De acordo com o Plano de Gestão da Região Hidrográfica, a pesca profissional, como já foi referido, tem diminuído de forma gradual na bacia do Tejo. Contudo, a pesca desportiva, pelo contrário, tem ganho uma importância crescente, tendo ocorrido a duplicação do número de pescadores licenciados. Neste âmbito a Albufeira de Castelo de Bode destaca-se por oferecer uma elevada potencialidade para a pesca desportiva, devido à boa qualidade da água, permitindo assim a manutenção de uma comunidade piscícola diversificada.

▪ Número de unidades de turismo em espaço rural

Segundo o INE, o concelho de Ferreira do Zêzere tinha em 2016 três unidades de Turismo em espaço rural.

▪ Número de atividades associadas à silvo-pastorícia, produção de mel, cinegética entre outras.

A prática de silvo-pastorícia tem vindo a decrescer no Concelho, sobretudo através da diminuição da existência de rebanhos com um número apreciável de ovinos e caprinos. Também e, ainda é bastante frequente, a existência por todo o Concelho de um número relevante de vários destes animais em pequeno número por casa / exploração. O sector pecuário do Concelho, no que diz respeito aos ovinos, caprinos e bovinos, de acordo com o Recenseamento Agrícola de 2009, é constituído por um efetivo de 3649 cabeças: ovinos 2211; caprinos 1179; bovinos 259.

No que diz respeito à produção de mel, e de acordo com o último recenseamento agrícola (2009) no Concelho de Ferreira do Zêzere existiam em 819 colmeias e cortiços povoados que representavam cerca de 17% dos existentes no Médio-Tejo, e 51 explorações agrícolas possuíam este recurso.

Quadro 8. N.º Colmeias e cortiços povoados | Explorações agrícolas com colmeias e cortiços povoados

Unidade geográfica	Colmeias e cortiços povoados (N.º)	Explorações agrícolas com colmeias e cortiços povoados (N.º)
Médio Tejo	4923	324
Ferreira do Zêzere	819	51

Fonte: INE: Recenseamento Agrícola 2009

▪ Categorias de uso do solo rústico

“A classificação do solo como rústico visa proteger o solo como recurso natural escasso e não renovável, salvaguardar as áreas com reconhecida aptidão para usos agrícolas, pecuários e florestais, afetas à exploração de recursos geológicos e energéticos ou à conservação da natureza e da biodiversidade e enquadrar adequadamente outras ocupações e usos incompatíveis com a integração em espaço urbano ou que não confirmem o estatuto de solo urbano”, processando-se através da integração em categorias e subcategorias delimitadas na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo e, regulamentadas no PDM com base nos critérios definidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

Assim, no que respeita ao solo rústico, o município de Ferreira do Zêzere contempla as seguintes categorias de espaço:

Espaços Agrícolas de Produção;
Espaços Florestais (Produção; Conservação);
Espaços Naturais e Paisagísticos (Albufeira; Áreas de Conservação e Valorização; Gruta de Avecasta);
Espaços de Ocupação Turística;
Espaços Destinados a Outras Ocupações (Zonas de Recreio Balnear; Zona de Proteção de Zona de Recreio; Infraestruturas);
Espaços de Atividades Industriais;
Aglomerados Rurais;
Áreas de Edificação Dispersa.

▪ Zonas de Intervenção Florestal

De acordo com o ICNF o concelho de Ferreira do Zêzere não é abrangido por nenhuma Zona de Intervenção Florestal.

▪ Área por tipologia de povoamento florestal

As áreas de povoamentos florestais correspondem a padrões de ocupação do solo onde a paisagem florestal é dominante e são constituídas por um conjunto de árvores homogêneas sem que distinga a espécies, estrutura ou composição.

As áreas de povoamento florestal são o tipo de ocupação do solo mais representativa no território concelhio, como podemos atestar pela figura seguinte. Os povoamentos florestais possuem uma maior expressão junto à Albufeira de Castelo de Bode, embora seja dominante em toda a parte centro-este do concelho. Trata-se sobretudo de povoamentos de eucaliptos e pinheiros.

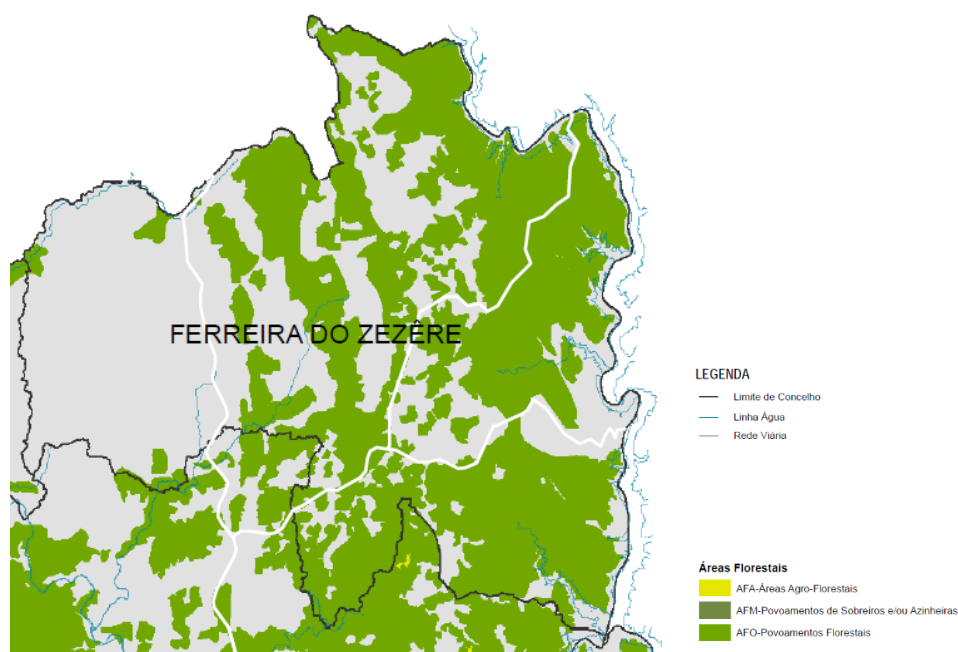


Figura 5. Povoamentos florestais

Fonte: Padrões de Ocupação do Solo OVT, Diagnóstico Estratégico-Visão do PROT OVT, 2008

No quadro seguinte apresentam-se as áreas florestais total e por povoamento, em cada uma das freguesias e no concelho de Ferreira do Zêzere.

Quadro 9. Distribuição da área florestal por freguesia do concelho de Ferreira do Zêzere.

Freguesias	Espécies invasoras	Eucalipto	Outras folhosas	Outras resinosas	Outros carvalhos	Pinheiro Bravo	Pinheiro manso	Sobreiros	Castanheiros
Águas Belas	7,92	952,21	62,99	1,02	23,89	277,51	0	0	0
Beco	1,31	731,21	55,63	0	18,99	160,69	1,66	0	0
Chãos	0	89,74	5,13	0	56,42	99,71	0	0	0
Ferreira do Zêzere	15,29	1655,65	63,18	0	0	1059,19	21,99	12,38	0
UFAP	0	915,35	64,88	0	1057,18	373,81	0	65,34	3,26
NSP	6,25	1415,2	76,33	0	1,4	446,01	6,77	13,51	0
IN. Sobral	0	790,21	12,4	0	13,18	171,41	0	0	0
Total (ha)	30,76	6549,58	340,54	1,02	1684,06	2588,33	30,42	91,23	3,26
Total (%)	0,27	57,86	3,01	0,01	14,88	22,87	0,27	0,81	0,03

Fonte: PMDFCI, 2020.

De acordo com a análise do quadro anterior verifica-se que no concelho mais de metade da área florestal é ocupada por eucalipto (57,86%), seguida de pinheiro bravo (22,87%), outros carvalhos (14,88%) e outras folhosas (3,01%).

6.1.3. Análise SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças, pretendendo-se efetuar um diagnóstico de referência, sem considerar a implementação da proposta de reviso do Plano.

Quadro 10. Análise SWOT do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza.

PONTOS FORTES	▪ Património natural classificado (ZEC Sicó/ Alvaiázere) Rede Natura 2000. ▪ Envolvente paisagística e ambiental (montanha, floresta, cursos de água) ▪ Proteção e valorização do património natural (existência de percursos sinalizados) ▪ Diversidade e Riqueza de Valores Naturais ▪ Potencial Florestal ▪ Território pouco fragmentado	▪ Deficiente oferta de alojamento hoteleiro em TER ▪ Ausência de Zonas de Intervenção Florestal	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	▪ Definição da Estrutura Ecológica Municipal, no âmbito do PDMFZ ▪ Considerável potencial para o recreio e valor paisagístico nos espaços florestais. ▪ Presença de espaços naturais valiosos com potencial para a prática de atividades lúdicas e didáticas ligadas à natureza. ▪ Preservação e valorização dos valores naturais. ▪ Otimizar a gestão e o ordenamento florestal. ▪ Gestão sustentável dos recursos florestais. ▪ Criação de rotas turísticas para valorização e divulgação dos valores naturais. ▪ Valorização dos recursos cinegéticos e piscícolas ▪ Manutenção do mosaico diversificado da paisagem. ▪ Identificação e consciencialização da Paisagem como recurso. ▪ Definir uma estrutura ecológica municipal. ▪ Potencial para o estabelecimento de Zonas de Intervenção Florestal. ▪ Existência de financiamento disponível no POSEUR para a elaboração de planos de gestão para as áreas classificadas Rede Natura 2000.	▪ Inexistência de ordenamento florestal e de definição de Estrutura Ecológica Municipal ▪ Incêndios florestais ▪ Conversão de solo rural em urbano. ▪ Consumo de espaço florestal e natural para construção de infraestruturas urbanas e edifícios ▪ Domínio do povoamento de eucalipto na área florestal	AMEAÇAS

6.1.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e tendências de evolução sem Plano

No que diz respeito ao FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza destaca-se na implementação do plano a criação de uma Estrutura Ecológica Municipal que garante as seguintes características e funções biológicas:

- Conetividade entre *habitats*
- Promoção da Biodiversidade
- Multifuncionalidade da paisagem
- Acessibilidade ao espaço natural
- Criação de espaços verdes

Sem a devida implementação do plano, poderá ocorrer o risco de não se conservar a integridade biofísica dos corredores ecológicos, tal como não se verificará uma tendência para aumentar o património natural do Concelho, bem como criar oportunidades para a sua valorização e recuperação.

6.1.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos

Opções Estratégicas:

- I.** Melhorar a qualidade do espaço urbano e ambiental no concelho por forma a potenciar uma relação mais equilibrada entre a paisagem humanizada e a paisagem natural;
- II.** Contenção da dispersão urbana através da clara delimitação e agregação do espaço urbano existente;
- III.** Reforço e colmatação da rede viária regional e intra-concelhia;
- IV.** Aposta numa oferta quantitativa e qualitativa de áreas industriais devidamente infraestruturadas bem como de serviços de apoio à atividade industrial;
- V.** Promover novos eixos de sustentabilidade dos espaços rurais e dos espaços urbanos garantindo um maior equilíbrio entre a exploração intensiva dos recursos agropecuários e florestais e uma valorização turística e lúdica dos recursos naturais e culturais presentes;
- VI.** Esforço no sentido de estabelecer um sistema eficiente de tratamento integrado dos efluentes e resíduos urbanos, rurais e industriais numa lógica de aproveitamento dos mesmos a nível concelhio e/ou a nível supralocal;
- VII.** Aproximação e integração da área abrangida pelo POACB como parte fundamental do modelo de desenvolvimento do concelho, através do aproveitamento turístico do rio Zêzere e das suas margens respeitando a sensibilidade ecológica da área e, em particular, a água que constitui uma das maiores reservas de abastecimento público de Portugal;
- VIII.** Efetivo ordenamento e estabelecimento de um modelo organizativo e de gestão apropriado aos recursos florestais, como uma parte das condições necessárias à diminuição da área ardida;
- IX.** Reforçar eixos de cooperação e de acordo institucional e desenvolver formas de participação da sociedade civil, através da sensibilização da comunidade para um modelo de desenvolvimento sustentável bem como, a promoção efetiva através de campanhas publicitárias das potencialidades e recursos do concelho;
- X.** Reforçar as condições materiais (infraestruturas/equipamentos) e imateriais (organização e competências) favoráveis ao desenvolvimento educativo, social e cultural no concelho, contribuindo para a integração e a prevenção de fenómenos de exclusão social, económica e cultural e para o desenvolvimento de capacidades de expressão criativa e de integração numa sociedade cada vez mais ditada pelas novas tecnologias da informação e comunicação.

Quadro 11. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza.

DOMÍNIO: Áreas Classificadas		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	A relação mais equilibrada entre a paisagem humanizada e a paisagem natural têm impactes positivos nas áreas classificadas (++)	
II	0	0
III		A execução das novas infraestrutura e de novas acessibilidades poderá constituir uma ameaça para as áreas classificadas (-)
IV	0	0
V	A valorização turística e lúdica dos recursos naturais e culturais são uma oportunidade de promoção e consequente conservação das áreas classificadas (++)	A pressão humana causada pela valorização turística e lúdica dos recursos naturais pode constituir uma ameaça à conservação das áreas classificadas (-)
VI	0	0
VII	0	0
VIII	A actuação no sentido da diminuição das áreas ardidadas tem impactes positivos na conservação das áreas classificadas (+)	
IX	A sensibilização da população para um modelo de desenvolvimento sustentável, tem impactes positivos na proteção e valorização das áreas classificadas (+++)	
X	0	0
DOMÍNIO: Áreas Conservação da Natureza		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	A opção contempla a intervenção específica neste critério pelo que só poderá constituir oportunidades. (++)	
II	A contenção da dispersão urbana têm efeitos positivos para a Conservação da Natureza (++)	
III		A execução de novas infraestruturas e de novas acessibilidades pode potenciar a fragmentação do território (-)
IV	A concentração das industriais em locais previamente definidos e infraestruturados pode ter efeitos positivo no ambiente e consequentemente na conservação da natureza (+)	O reforço da oferta e qualidade das áreas industriais pode ter consequências ao nível da atividade industrial no concelho, e consequentes impactes na conservação da natureza (- -)

V	A aposta no turismo de natureza constituindo espaços com vocação privilegiada para a estadia, o recreio e lazer apoiados nos recursos naturais contribuirá para a sua preservação. (+)	A pressão criada pelo turismo em espaço rural pode constituir um risco para a conservação da Natureza (--)
VI	Um sistema eficiente de tratamento de efluentes e resíduos diminuiu o impacto ambiental sobre a natureza (++)	
VII		O aproveitamento turístico da zona do POACB, pode ter efeitos potencialmente negativos na conservação da natureza caso os seus impactos ambientais não sejam minimizados (--)
VIII	O ordenamento florestal, e a promoção de ações que diminuam a área ardida tem efeitos positivos sobre a conservação da natureza (+++)	
IX	A sensibilização da população para um modelo de desenvolvimento sustentável, tem impactos positivos na promoção da conservação da natureza (+++)	
DOMÍNIO: Áreas Gestão e conservação da Floresta		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	A definição de estrutura ecológica municipal contribuirá para a proteção dos espaços florestais. (++)	
II	A contenção da dispersão urbana têm efeitos positivos para a proteção da floresta (++)	
III		A execução das novas infraestrutura e de novas acessibilidades poderá constituir uma ameaça para a conservação da Natureza (-)
IV	A concentração das indústrias em locais previamente definidos e infraestruturados pode ter efeitos positivo no ambiente e consequentemente na conservação da floresta (+)	O estímulo à atividade industrial pode ser um risco para a conservação da floresta, caso os impactos ambientais não sejam acautelados (-)
V	Reforçar da competitividade económica das atividades produtivas agroflorestais contribuirá para a preservação dos recursos florestais. (++)	
VI	0	0
VII	0	0
VIII	O ordenamento florestal é essencial para a gestão e conservação da floresta e da fauna cinegética (+++)	
IX	A sensibilização da população para um modelo de desenvolvimento sustentável, tem impactos positivos na actuação da população relativamente à gestão e conservação da floresta (++)	
X	0	0

6.1.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano

Considerando as oportunidades e riscos identificados na secção anterior, propõe-se o seguinte conjunto de diretrizes de seguimento associadas ao FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza. As diretrizes podem ser de planeamento, gestão e/ou monitorização.

ÁREAS CLASSIFICADAS

- Promover ações de conservação e valorização da área classificada do concelho

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- Promover a proteção e preservação dos componentes da estrutura ecológica municipal
- Desenvolvimento de um Guia de Boas Práticas para a implementação e gestão das áreas da estrutura ecológica municipal.

GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

- Promover a introdução de espécies autóctones.
- Elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Florestal que contribua para a melhoria do ambiente e minimização dos impactes sobre a floresta, procurando induzir boas práticas na sociedade em geral, numa visão de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável.
- Criação de zonas de intervenção florestal, uma vez que estas permitem um ordenamento florestal mais eficiente e sustentável.
- Promover ações de reflorestação das áreas ardidadas.

6.3. FCD – ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

6.3.1. Descrição do FCD e os seus objetivos

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade e acessibilidade.

No FCD – Ordenamento e Qualificação do Território irá atender-se aos efeitos da proposta de plano sobre o uso e ocupação do solo, a coesão territorial, a qualificação urbana e a mobilidade e acessibilidades.

Quadro 12. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Ordenamento e Qualificação do Território.

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo	- Promover uma política de estímulo ao ordenamento do território equilibrado com o objetivo de assegurar a sua proteção e valorização, através da organização espacial do território. - Assegurar a concentração do espaço urbano, de modo a evitar a dispersão do aglomerado urbano; - Evitar e minimizar a afetação de áreas sujeitas condicionantes ambientais, nomeadamente à REN e à RAN e áreas classificadas do ponto de vista de conservação da natureza e do património arquitetónico e arqueológico;	- Variação da densidade populacional por freguesia. (%) - Variação do número de lugares censitários por escalão de dimensão populacional. (nº) - Ocupação e uso do solo. (categorias e ha) - Distribuição relativa das classes de uso do solo urbano. (%)
	Coesão Territorial	- Dotar o território concelhio de equipamentos adequados às necessidades da população. - Garantir um nível de infraestruturação adequado às novas exigências ambientais.	- Número e tipologia de equipamentos por freguesia. (nº) - Investimentos previstos em novos equipamentos (descrição) - Variação da taxa de cobertura no concelho por infraestrutura (saneamento, abastecimento de água, eletricidade e telecomunicações). (%)
	Qualificação urbana	- Incentivar processos de requalificação urbana. - Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade.	- Estado de conservação dos edifícios. (nº) - N.º de licenças para construção e para reconstrução e reabilitação. (nº) - Variação das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas. (nº) - Capitação de espaços verdes urbanos (m²/habitante). - Medidas para requalificação do comércio tradicional. (descrição)
	Mobilidade	Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias.	- Vias requalificadas e projetadas (número e Km). - Tempo de percurso médio entre Emprego e Casa (min.dia-1). - Relação oferta/procura de TC (descrição)

6.3.2. Situação Existente e Análise tendencial

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

▪ Variação da densidade populacional por freguesia.

Em linha com a situação demográfica do país, o concelho de Ferreira do Zêzere registou uma diminuição significativa da população (13,4%) entre 1991 e 2011, passando de 9954 habitantes, para 8619 habitantes.

O Quadro seguinte apresenta a densidade populacional do concelho, e por freguesia para os anos de 1991, 2001 e 2011.

Quadro 13. Densidade populacional e variação da densidade populacional entre 1991 e 2011.

Freguesias	Variação da densidade populacional (1991-2011)				
	Densidade populacional (hab.km ⁻¹)			%	
	1991	2001	2011	91-01	01-11
Águas Belas	64,8	60,3	56,7	-0,07	-0,06
União de Freguesias Areias e Pias	52,0	45,8	38,6	-0,12	-0,16
Beco	74,8	68,6	55,9	-0,08	-0,18
Chãos	36,2	31,9	25,6	-0,12	-0,20
Nossa Sra do Panto	44,6	41,3	35,7	-0,07	-0,14
Ferreira do Zêzere	51,4	56,9	62,1	0,11	0,09
Igreja Nova do Sobral	57,4	53,7	50,5	-0,06	-0,06
Concelho	52,3	49,5	45,3	-0,05	-0,09

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Entre 1991 e 2011, o concelho de Ferreira do Zêzere passou de uma densidade populacional de 52,3 para 45,3 hab.km⁻¹. A diminuição de densidade populacional teve lugar em todas as freguesias com exceção da freguesia de Ferreira do Zêzere. Esta freguesia destaca-se em 2011, com a maior densidade populacional (62,1 hab.km⁻¹), sendo também a única freguesia que ganhou população desde 1991. No extremo oposto existe a freguesia de Chãos, com uma densidade populacional de 25,6 hab.km⁻¹ em 2011, sendo também a freguesia que, percentualmente, teve a maior descida na densidade populacional.

▪ Variação do número de lugares censitários por escalão de dimensão populacional.

No que diz respeito aos lugares censitários, Ferreira do Zêzere só tem lugares com menos de 2000 habitantes. Entre 2001 e 2011 o número destes lugares diminuiu de 169 para 166.

No quadro seguinte são apresentados os valores para os anos de 2001 e 2011.

Quadro 14. Lugares censitários e variação entre 2001 e 2011.

Freguesias	Lugares censitários		Variação
	2001	2011	01-11
Menos de 2000 habitantes	169	166	-3
2000 e mais habitantes	0	0	0
TOTAL	169	166	-3

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

▪ Ocupação e uso do solo

No quadro seguinte apresentam-se as áreas, em hectares, de cada uma das categorias de uso de solo (Agrícola e Agroflorestal; Florestal; Corpos de Água e Territórios Artificializados) por freguesia e para o total do concelho.

Quadro 15. Área (ha) das diferentes categorias de ocupação do solo.

Freguesias	Agricultura	Corpos de água	Espaços descobertos ou com vegetação esparsa	Florestas	Matos	Pastagens	Sistemas Agroflorestais	Territórios artificializados
Águas Belas	497,45	53,28	0	1325,55	114,17	35,73	2,89	183,84
Beco	396,71	40,34	0	969,49	71,72	19,66	0	123,30
Chãos	830,48	0	0	764,01	617,67	56,79	0	64,46
Ferreira do Zêzere	379,94	263,23	0	2827,68	93,67	9,48	0	219,01
União Freguesias Areias e Pias	1547,71	0	0	2479,84	282,96	53,23	0	212,13
Nossa Senhora do Pranto	808,12	218,1	1,62	1965,47	106,00	18,06	2,91	145,88
Igreja Nova do Sobral	335,65	0	3,35	98,19	10,35	3,32	0	112,46
Total (ha)	4796,05	574,96	4,96	11319,22	1296,54	196,27	5,80	1061,07
Total (%)	24,91	2,99	0,03	58,79	6,73	1,02	0,03	5,51

Fonte: PMDFCI 2020

A análise do quadro anterior permite verificar que o concelho é predominantemente rural, com uma área de territórios artificializados que corresponde a cerca de 5,51% da área total do concelho. De notar que, devido ao abandono agrícola, os espaços agrícolas têm dado

progressivamente lugar a espaços florestais, não existindo atualmente nenhuma freguesia predominantemente agrícola, com exceção da freguesia da Igreja Nova do Sobral, onde a área agrícola ocupa cerca de 59,58% do seu território.

▪ **Distribuição relativa das classes de uso do solo urbano.**

A classificação do solo como urbano visa a sustentabilidade e a valorização das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais, compreendendo o solo total ou parcialmente urbanizado ou edificado e os solos urbanos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano.⁶

A qualificação do solo urbano processa-se com base nas categorias definidas no Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de maio, e as subcategorias de espaço definidas e regulamentadas na revisão do PDM, que tiveram por base essencialmente, o uso dominante e as características morfológicas de organização do espaço urbano.

No que respeita ao solo urbano, o município de Ferreira do Zêzere contempla as seguintes categorias de espaço:

- Espaços Centrais
- Espaços Urbanos de Baixa densidade;
- Espaços Verdes
- Espaços de atividades económicas;
- Espaços de Uso Especial.

Espaços Centrais

Os Espaços Centrais, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, correspondem “a áreas urbanas de usos mistos que integram funções habitacionais e uma concentração diversificada de atividades terciárias, desempenhando, pelas suas características, funções de centralidade”.

⁶ Adaptado do Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de maio.

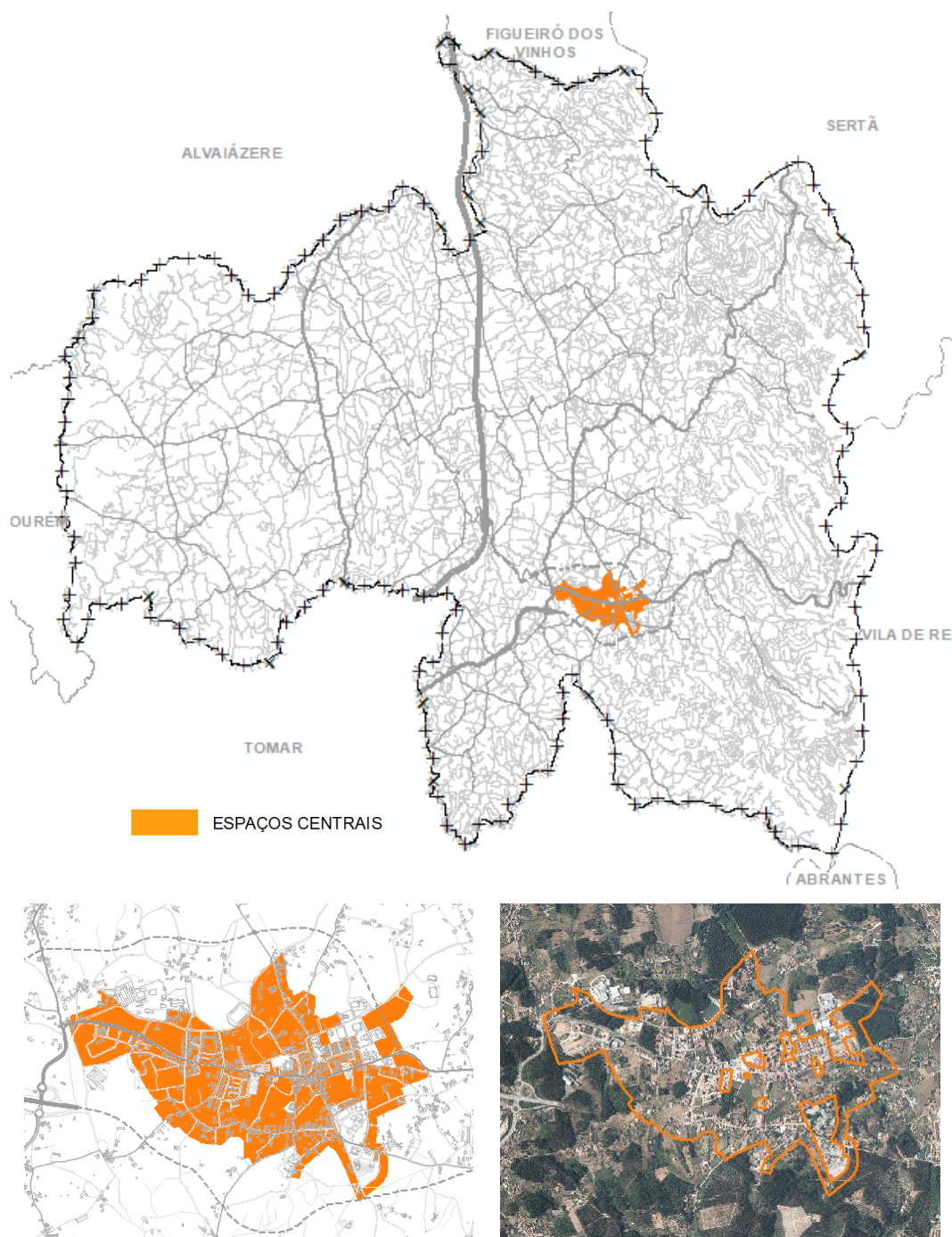


Figura 6. Identificação dos Espaços Centrais no concelho de Ferreira do Zêzere.

Espaços de Atividades Económicas

No município de Ferreira do Zêzere os Espaços de Atividades Económicas representam cerca de 0,36 % (69 ha) da superfície territorial concelhia e referem-se aos espaços existentes no território que desempenham funções de carácter fabril, industrial e comercial, nomeadamente espaços que albergam armazéns, fábricas e outras indústrias ligadas, maioritariamente, à atividade agropecuária.

Na figura seguinte estão mapeados os Espaços de Atividades Económicas.

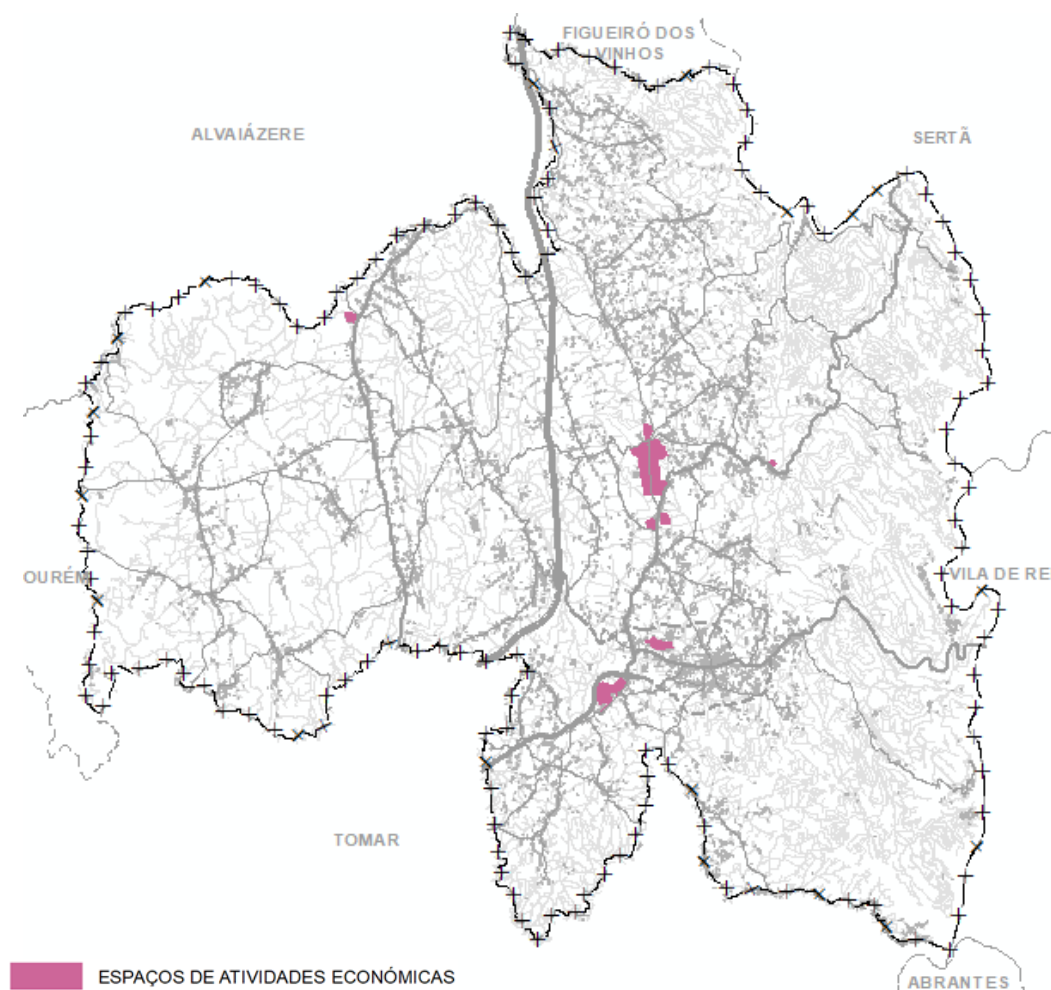


Figura 7. Identificação dos Espaços de Atividades Económicas no concelho de Ferreira do Zêzere.

Espaços urbanos de baixa densidade

De acordo com o referido no artigo 25.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, os Espaços Urbanos de Baixa Densidade correspondem a “áreas periurbanas, parcialmente urbanizadas e edificadas, apresentando fragmentação e características híbridas de uma ocupação de caráter urbano-rural, com a permanência de usos agrícolas entrecruzados com os usos urbanos e existência de equipamentos e infraestruturas, às quais o plano territorial atribui funções urbanas prevaletentes e que são objeto de um regime de uso do solo que garanta o seu ordenamento urbano numa ótica de sustentabilidade e flexibilidade de utilização, bem como a sua infraestruturação com recurso a soluções apropriadas.”

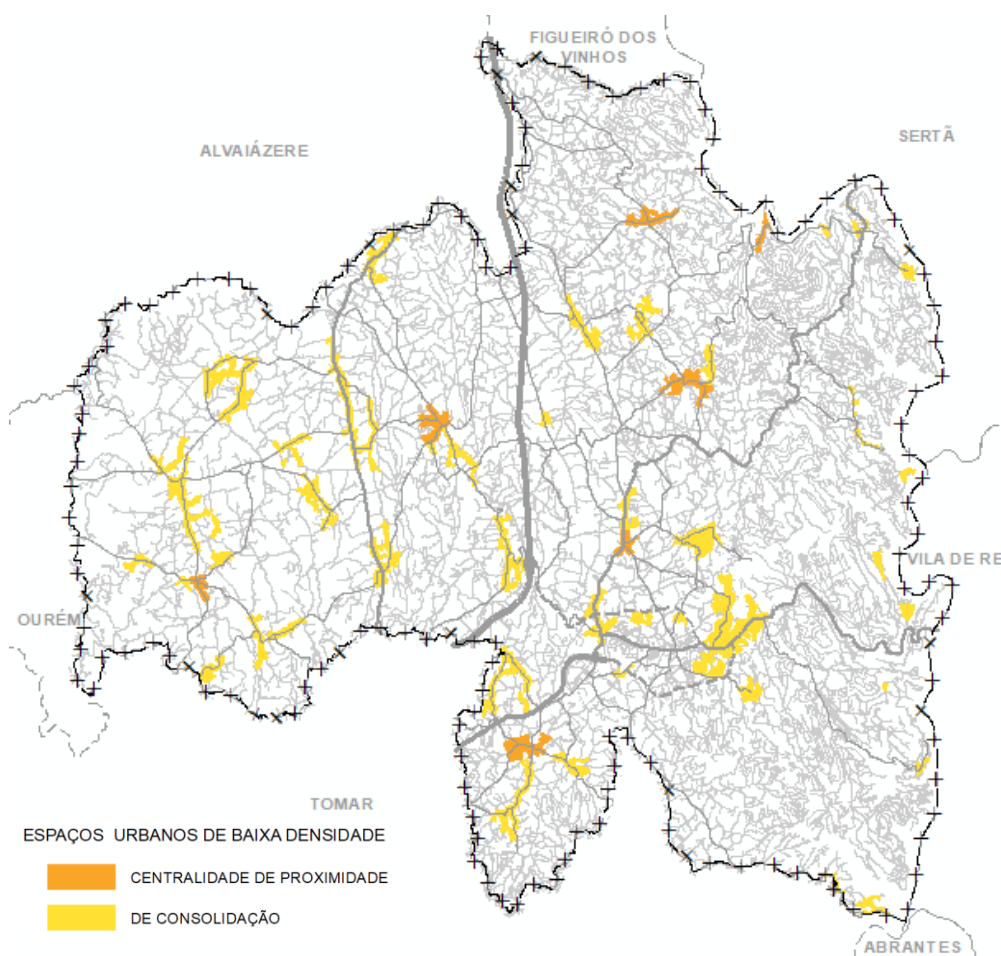


Figura 8. Identificação dos Espaços Urbanos de Baixa Densidade no concelho de Ferreira do Zêzere.

Os Espaços Urbanos de Baixa Densidade são a categoria que melhor caracteriza a diversidade que ocorre neste território, nomeadamente pelas frequentes transições entre o mosaico agrícola-florestal e o tecido urbano, considerando-se duas tipologias no município de Ferreira do Zêzere, a saber:

Centralidades de proximidade, que correspondem a áreas centrais da génese dos aglomerados, compactas, dotadas de espaços públicos de utilização coletiva e, nos quais se concentra a maior diversidade funcional e de apoio à vivência e dinâmica urbana local – igreja, comércio e serviços. Referem-se, por isso, aos núcleos centrais das freguesias, onde funcionam os equipamentos públicos oficiais como a junta de freguesia ou a extensão de saúde, e onde preferencialmente será admitida a expansão do edificado.

De Consolidação, que correspondem a áreas essencialmente lineares estruturadas por arruamentos municipais e estradas nacionais, maioritariamente de função residencial, mas que coexistem com atividades económicas – unidades industriais, armazenagem, bem como comércio local e serviços, em inter-relação com o uso florestal e agrícola envolvente. Caracterizam-se pela consolidação dos núcleos centrais das freguesias que, por sua vez,

se expandiram ao longo das vias envolventes, maioritariamente no sentido norte-sul. São áreas maioritariamente habitacionais que poderão incluir equipamentos, ainda que mais afastados do núcleo central, de ordem recreativa / social como, o campo de jogos, o cemitério e/ou o centro de dia ou lar de idosos.

Espaços verdes

Os espaços verdes englobam as áreas onde predomina a presença de elementos naturais de utilização coletiva, possuindo funções de vivificação e qualificação ambiental, de recreio e de lazer urbano.

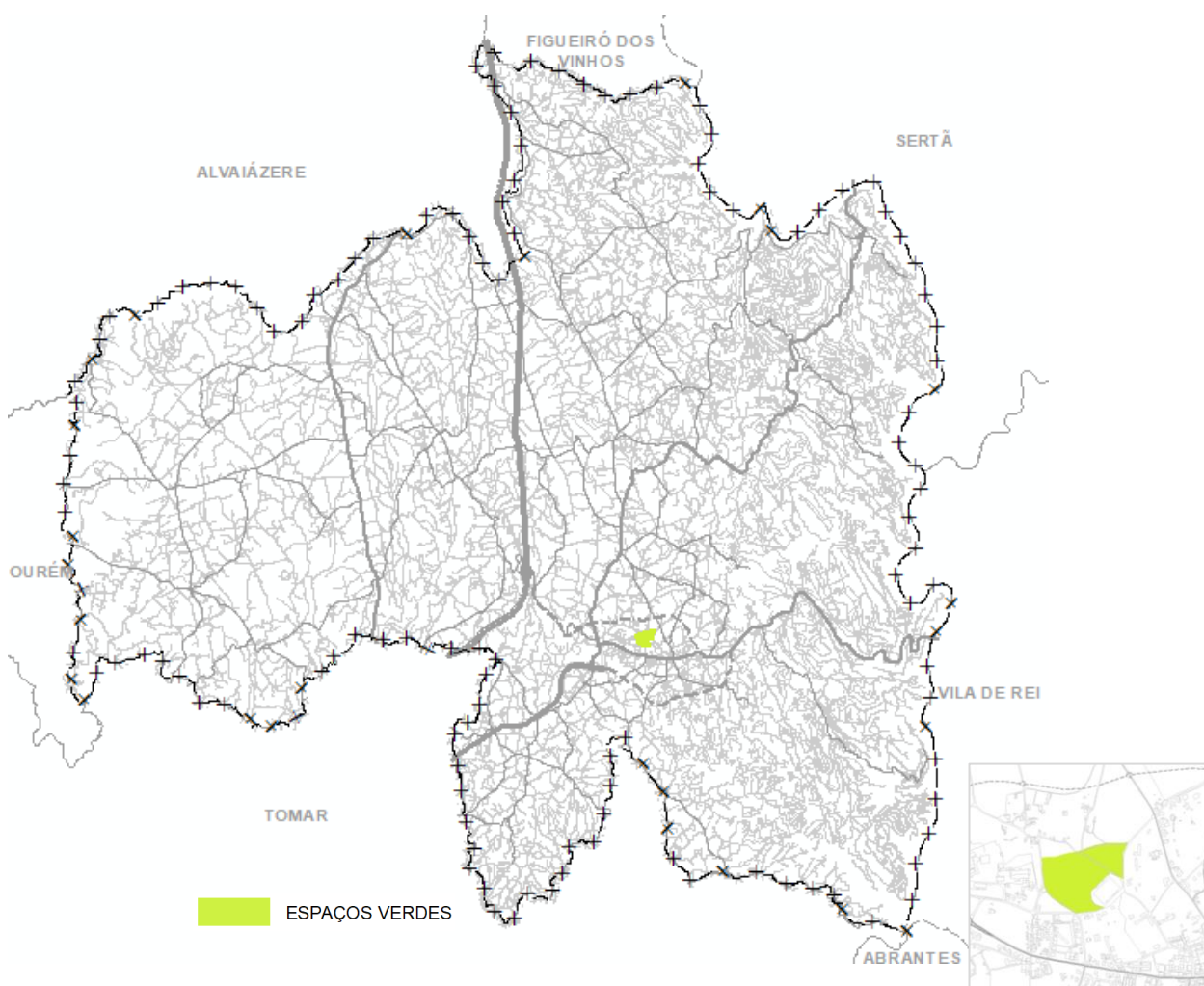


Figura 9. Identificação dos Espaços Verdes no concelho de Ferreira do Zêzere.

O concelho Ferreira do Zêzere, de cariz marcadamente rural, não apresenta áreas verdes de grandes dimensões, uma vez que dizem respeito, na globalidade, a espaços reduzidos, de enquadramento a edifícios e ainda pequenos canteiros.

Portanto, a estrutura verde urbana do concelho de Ferreira do Zêzere é constituída por áreas verdes integradas no tecido urbano, estabelecendo locais de convivência e de lazer da população, grandemente associados a praças e largos, sobretudo nos Espaços Centrais e nas Centralidades de Proximidade.

Esta é a razão pela qual não se procede à sua identificação detalhada na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo. A sua reduzida expressividade territorial não permite leitura à escala de elaboração do PDM, sendo, deste modo, englobados nas categorias de uso adjacentes. Ainda assim, no espaço correspondente à área do PU da vila, delimitaram-se as áreas verdes de maior representatividade.

Espaços de atividades económicas

Os Espaços de Atividades Económicas correspondem, como referido no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de maio, a “áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano, nomeadamente atividades industriais, de armazenagem e logística, comércio e serviços.”

No município de Ferreira do Zêzere, os Espaços de Atividades Económicas correspondem a espaços existentes no território que desempenham funções de carácter fabril, industrial e comercial, nomeadamente espaços que albergam armazéns, fábricas e outras indústrias ligadas, maioritariamente, à atividade agropecuária.

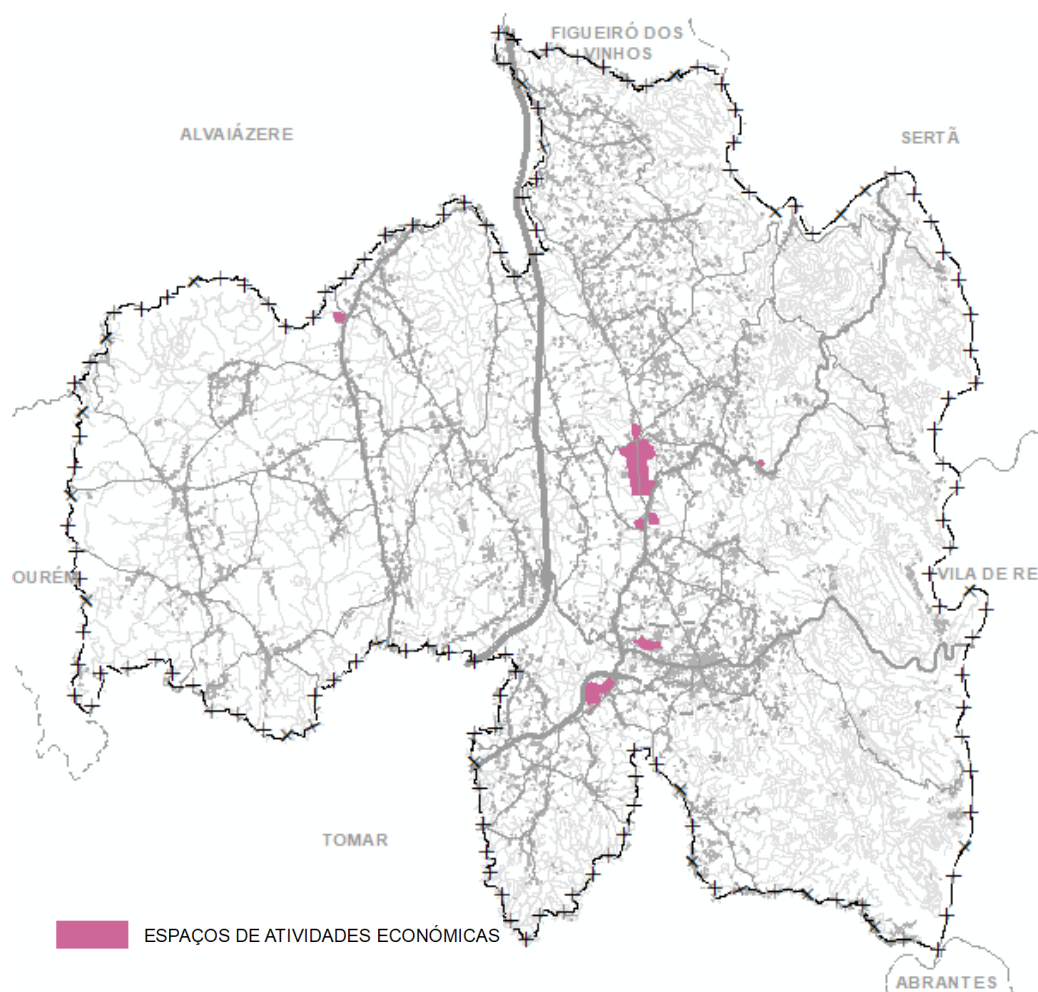


Figura 10. Identificação dos Espaços de Atividades Económicas no concelho de Ferreira do Zêzere.

Integram-se nesta categoria as áreas que, além da proximidade à rede rodoviária nacional, oferecem condições para o desenvolvimento de polos de atividade económica potenciadores de criação de emprego e que visam a competitividade territorial do concelho.

Espaços de uso especial

Os Espaços de Uso Especial referem-se às áreas destinadas à instalação de usos e vocações especiais, que no caso de Ferreira do Zêzere se traduzem na identificação dos principais equipamentos existentes no território, integrando estabelecimentos de ensino, de saúde, de solidariedade e de apoio social, desportivos, culturais, religiosos, administrativos e de segurança e proteção civil.

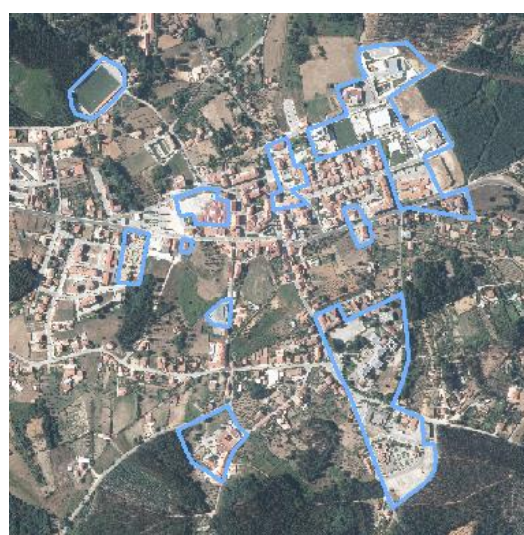
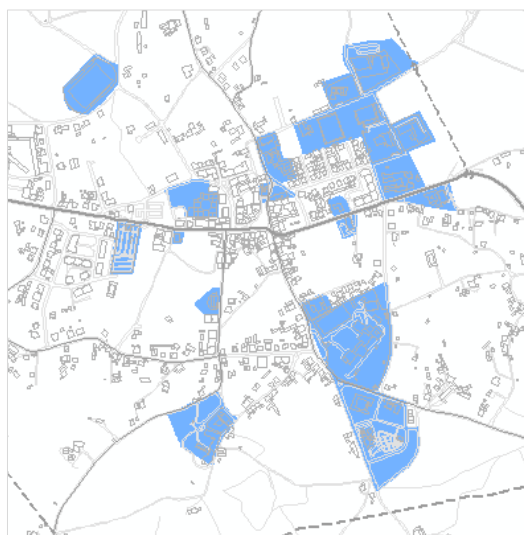
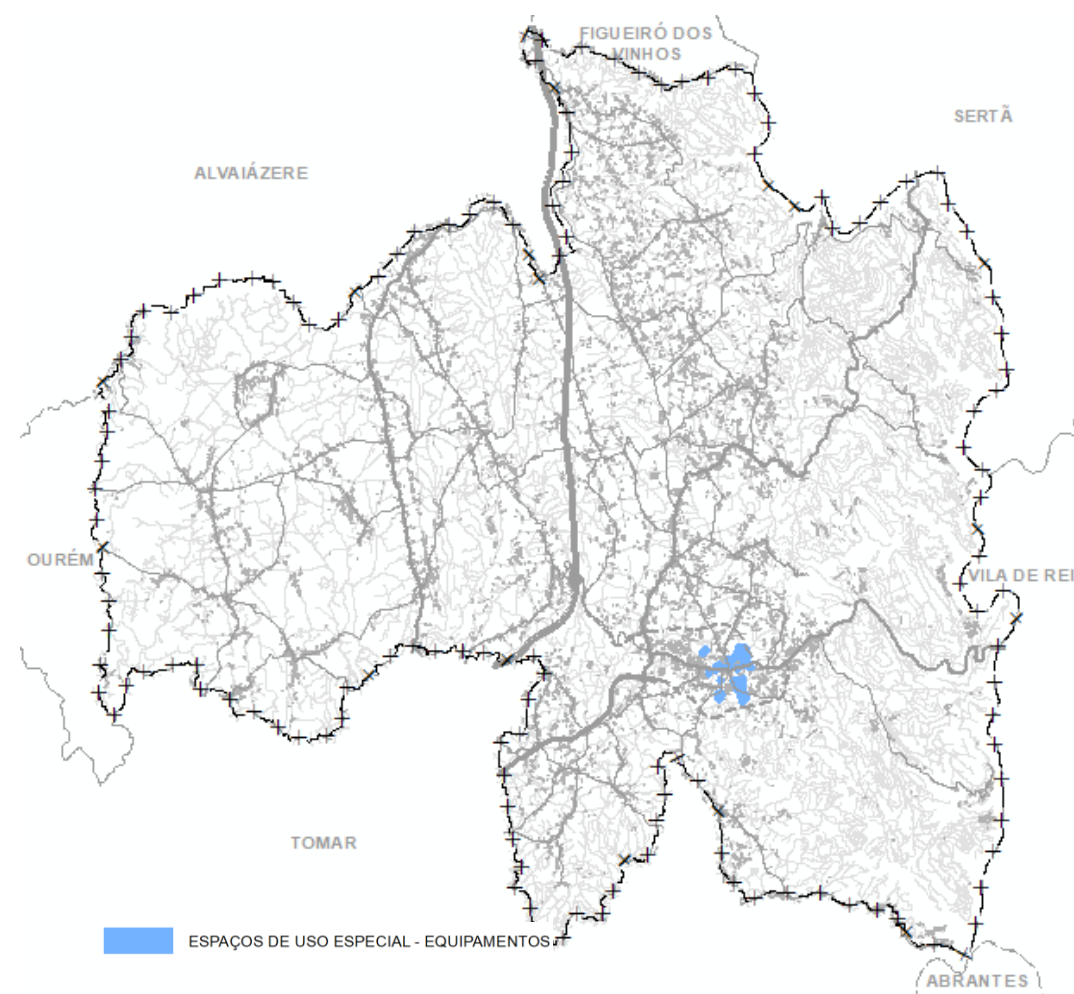


Figura 11. Identificação dos Espaços de Uso Especial no concelho de Ferreira do Zêzere.

COESÃO TERRITORIAL

▪ Número e tipologia de equipamentos por freguesia

Os equipamentos coletivos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, uma vez que são determinantes e promotores da qualidade de vida da população ao assegurarem a otimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à atividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos âncora no espaço, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana. A expansão dos aglomerados urbanos nem sempre acompanha a oferta de espaços qualificados (equipamentos e serviços) que possibilitem um bom desenvolvimento social, cultural e físico das populações. O desenvolvimento de novas centralidades, depende grandemente da área de influência exercida por determinados equipamentos, razão pela qual a sua localização e dimensionamento são estratégicos. A avaliação do grau de cobertura dos diferentes tipos de equipamentos coletivos permite caracterizar a rede de equipamentos e diagnosticar, nos casos possíveis, as principais carências e constrangimentos.

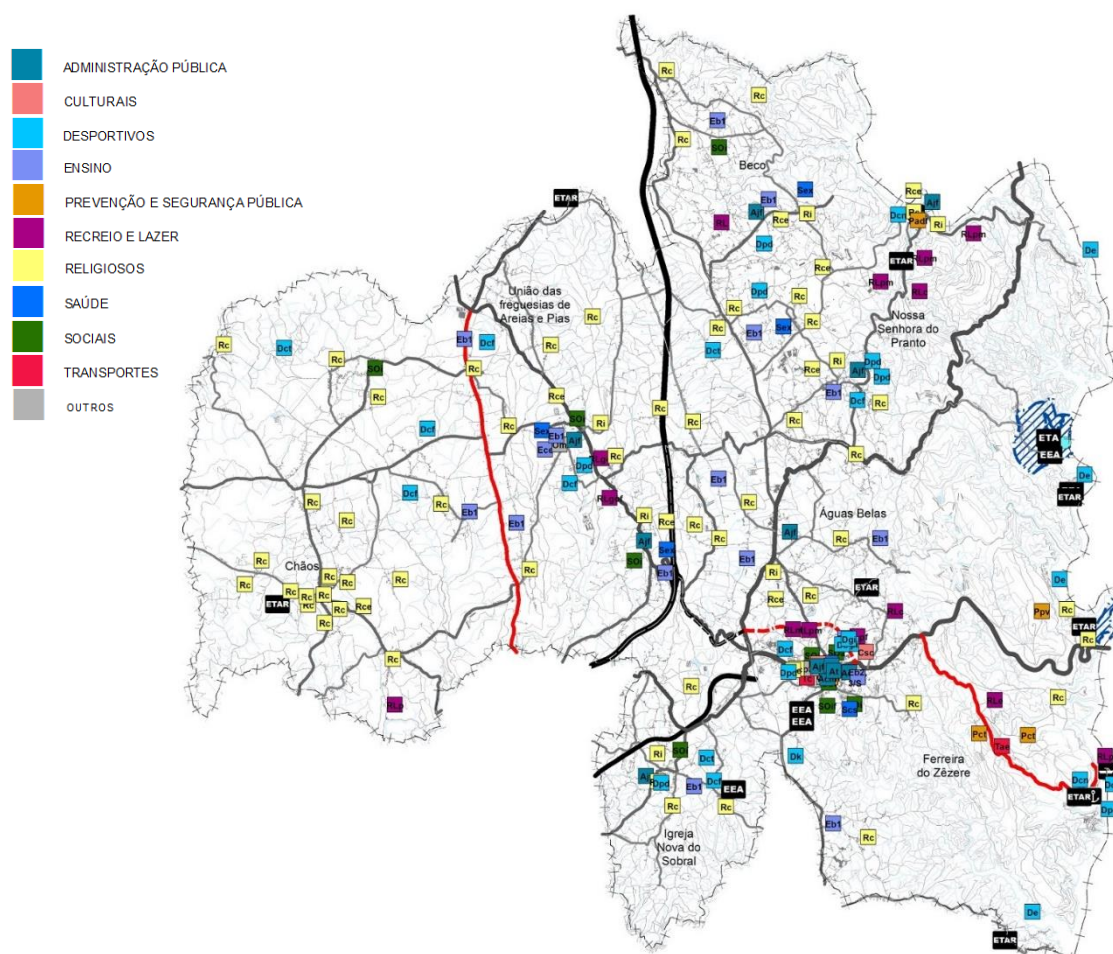


Figura 12. Localização dos diversos equipamentos no concelho de Ferreira do Zêzere.

Verifica-se que a maior concentração de equipamentos ocorre na freguesia de Ferreira do Zêzere seguindo-se a União de freguesias de Areias e Pias e Nossa Senhora do Pranto, com maior intensidade, por sua vez, na proximidade às vias de comunicação.

Nas freguesias do Beco, Águas Belas e Igreja Nova do Sobral, embora se verifique uma menor diversidade considera-se que atingem um nível razoável. Já na freguesia de Chãos, conforme ilustra a figura, predominam essencialmente equipamentos de carácter religioso, ficando um pouco aquém relativamente às freguesias vizinhas.

No que diz respeito aos equipamentos administrativos estes encontram-se centralizados na freguesia de Ferreira do Zêzere, com exceção das sedes das diferentes juntas de freguesia.

O concelho tem um Centro de Saúde, na freguesia de Ferreira do Zêzere, e 5 extensões de saúde, na UF Areias e Pias, Beco, Chãos e n^a Sr^a. Do Pranto. Existem ainda uma Unidade de Cuidados Personalizados, com 3 Polos e 3 Farmácias.

No que diz respeito aos equipamentos de ensino, o concelho tem equipamentos para os níveis pré-escolar, básico e secundário. Os 3 níveis estão presentes na freguesia de Ferreira do Zêzere. Existem equipamentos ao nível do pré-escolar e básico em Águas Belas e UF Areias e Pias. Não há oferta de equipamentos de ensino nas restantes freguesias.

No que diz respeito a equipamentos desportivos verifica-se que, com exceção da freguesia de Águas Belas, existem equipamentos em todas as freguesias, no entanto, estes encontram-se essencialmente centralizados na freguesia de Ferreira do Zêzere.

Os equipamentos culturais e de segurança presentes no concelho localizam-se todos na freguesia de Ferreira do Zêzere.

▪ Investimentos previstos em novos equipamentos

De acordo com a análise das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, e Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio 2018-2021 estão previstos investimentos nos seguintes equipamentos:

- Ginásio Municipal;
- Parque de Campismo;
- Parque para autocaravanas.

- **Variação da taxa de cobertura no concelho por infraestrutura (saneamento, abastecimento de água, eletricidade e telecomunicações).**

Saneamento

No concelho de Ferreira do Zêzere, no que respeita à rede de saneamento 'em alta', cuja gestão é da responsabilidade da Águas do Vale do Tejo, S.A., estão localizadas:

- 5 ETAR'S;
- 8 Estações Elevatórias (4 delas a aguardar funcionamento);
- 7 pontos de recolha;
- 6 pontos de rejeição.

Cerca de 99% da população do concelho de Ferreira do Zêzere é servida pela Rede de Saneamento Básico. Relativamente à evolução da rede de saneamento básico, o concelho tem vindo a sofrer um grande desenvolvimento, uma vez que em 1991, 22% dos alojamentos não tinham sistemas de esgotos e em 2001 esse valor decresce para os 3,1%. A evolução dos sistemas de esgotos ligados à rede pública foi também significativa, em 1991 apresentava apenas 4,9% subindo em 2001 para os 10,1%, no mostrando-se, no entanto, muito aquém dos valores desejáveis. A rede de saneamento apresenta uma abrangência territorial de apenas 23%, de acordo com a ERSAR para o ano de 2018. Onde não existem sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas, a solução de tratamento mais comumente utilizadas são sistemas individuais formados por fossa séptica e poço absorvente.

Abastecimento de água

No concelho de Ferreira do Zêzere verifica-se um nível de cobertura do serviço de abastecimento de água para consumo humano na ordem dos 97,6%, de acordo com os "Planos Diretores Para a Criação dos Sistemas Multimunicipais de Baixa de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte, Centro e Sul – Região centro – Grupo Águas de Portugal". Há, no entanto, a referir, que pese embora a população servida por sistemas públicos de abastecimento de água no Concelho, segundo dados estatísticos do Anuário Estatístico da Região Centro de 2010, verifica-se em Ferreira do Zêzere que a população atendida, i.e., efetivamente ligada à rede de abastecimento, pode apresentar valores abaixo, uma vez que é da responsabilidade dos municípios a decisão de aderir ou não pela efetiva ligação à rede pública.

Eletricidade

A taxa de cobertura de energia elétrica no concelho de Ferreira do Zêzere atual é de 100%, sendo assim servidos, segundo as últimas estatísticas do INE reportadas ao ano de 2011, os 8619 habitantes. Os desenvolvimentos e expansões da rede elétrica são efetuados em função do aparecimento de novas necessidades. No entanto, o município tem conhecimento de que em

algumas localidades se verificam anomalias relacionadas com tensão fraca em algumas localidades.

Telecomunicações

De acordo com informação da ANACOM verificou-se a inexistência de quaisquer servidões radioelétricas associadas a ligações hertzianas ou centros radioelétricos que imponham condicionantes sobre o Concelho de Ferreira do Zêzere.

De acordo com a informação do município, existe 1 Estação de Correios e 3 Postos de Correio que servem a população do Concelho. A cobertura do serviço telefónico abrange todo o território. O quadro seguinte apresenta os indicadores de telecomunicações disponíveis para o concelho de Ferreira do Zêzere.

Quadro 16. Indicadores de telecomunicações.

Acessos telefónicos por 100 habitantes	Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	Postos telefónicos públicos por 1 000 habitantes	Estações de correio por 100 000 habitantes	Postos de correio por 100 000 habitantes	Proporção de alojamentos cablados com distribuição de televisão por cabo	Acessos ao serviço de Internet em banda larga em local fixo por 100 habitantes
37,78	31,44	4,25	12,15	36,45	x	18,7

Fonte: INE: Anuário estatístico de 2015.

A análise comparativa dos indicadores apresentados no quadro anterior, permite afirmar que Ferreira do Zêzere têm acessos às telecomunicações similares à média nacional, com exceção do indicador Acessos ao serviço de Internet em banda larga em local fixo por 100 habitantes, que é bastante mais baixo para Ferreira do Zêzere (18,7%) que em Portugal (30,3%).

Relativamente a ligações de fibra ótica, apenas estão ligados os dois edifícios dos serviços da Câmara Municipal, a Biblioteca Municipal e a Piscina Municipal. No entanto, no âmbito das obras de regeneração urbana da Vila de Ferreira do Zêzere foram colocadas várias tubagens as quais estão aptas para no futuro se assim for necessário, contemplar a fibra ótica.

QUALIFICAÇÃO URBANA

▪ **Estado de conservação dos edifícios.**

De acordo com os dados do INE, resultantes do Censos 2011, no concelho de Ferreira do Zêzere 68% dos edifícios não tem necessidade de reparação, 30% está a necessitar de reparações e 2% dos edifícios estão muito degradados. Em termos comparativos, o concelho de Ferreira do Zêzere apresenta uma situação similar ao Médio-Tejo e região Centro.

No quadro seguinte apresentam-se estas estatísticas por freguesia, relativas ao ano de 2011, o último ano para o qual esta informação está disponível.

Quadro 17. Edifícios por estado de conservação (2011).

	Total	Sem necessidade de reparação		Com necessidade de reparação		Muito degradado	
		nº	%	nº	%	nº	%
Centro	1111952	794248	71	298357	27	19347	2
Medio Tejo	107291	75752	71	29153	27	2386	2
Ferreira do Zêzere - Concelho	6933	4710	68	2110	30	113	2
Águas Belas	858	489	57	344	40	25	3
UF Areias e Pias	1797	1177	65	570	32	50	3
Beco	759	574	76	172	23	13	2
Chãos	612	407	67	205	33	0	0
Nossa Sra do Pranto	1004	579	58	410	41	15	1
Ferreira do Zêzere	1288	889	69	389	30	10	1
Igreja Nova do Sobral	615	595	97	20	3	0	0

Fonte: INE-Censos 2011.

A análise do estado de conservação dos edifícios por freguesia identifica as freguesias de Águas Belas e Nossa Sr^a. do Pranto como aquelas em que há mais necessidade de intervenção na edificação, com 42% e 43% de imóveis a necessitar de serem qualificados, respetivamente. No outro sentido, destaca-se a freguesia de Igreja Nova do Sobral com 97% do edificado sem necessidade de reparação.

▪ **N.º de licenças para construção e para reconstrução e reabilitação.**

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do número de licenças atribuídas, por construção ou reabilitação.

Quadro 18. Evolução do número de licenças atribuídas para construção e reconstrução.

Ano	Total	Construção nova	Reconstrução
1995	93	77	1
1996	112	74	2
1997	115	89	1
1998	142	108	0
1999	130	104	4

Ano	Total	Construção nova	Reconstrução
2000	125	95	2
2001	128	99	3
2002	98	74	2
2003	137	99	9
2004	102	67	9
2005	57	38	6
2006	78	37	0
2007	136	69	4
2008	131	71	3
2009	94	53	4
2010	98	43	5
2011	69	19	5
2012	75	30	5
2013	40	16	2
2014	27	18	2
2015	27	18	2
2016	32	20	0

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

A análise dos dados apresentados demonstra que houve um decréscimo significativo no número de licenças atribuídas, decréscimo esse que se acentuou desde 2014. No que diz respeito à proporção de reconstruções relativamente às construções, pode afirmar-se que existem variações pontuais, mas que em média 10% das licenças são para reconstrução.

▪ **Variação das reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas.**

No quadro seguinte apresenta-se a evolução, de 2011 a 2016, do número de reconstruções por 100 construções novas concluídas.

Quadro 19. Reconstruções concluídas por 100 novas construções.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	3,7	4,3	4,9	6,5	6,9	6,2
Continente	3,8	4,4	5	6,8	7,1	6,3
Centro	3,9	4,3	5	5,4	6,5	6
Médio Tejo	3	6	7	4,7	4,2	6,8
Ferreira do Zêzere	2,3	28	11,1	0	7,1	10

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Pela análise dos dados verifica-se que existe uma grande variação de ano para ano do indicador apresentado, que no espaço temporal analisado varia entre 0 e 28, não apresentando uma tendência. No concelho de Ferreira do Zêzere, a média das reconstruções por 100 construções concluídas é 9,8, que é claramente superior à média das outras zonas apresentadas.

▪ **Medidas para requalificação do comércio tradicional.**

De acordo com a informação fornecida pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, existe uma série de eventos e procedimentos com influência direta ou indireta na requalificação do comércio tradicional, entre eles:

- Feira de São Brás e Mostra da Tigelada [fevereiro], em Ferreira do Zêzere.
- Feira da Ascensão [maio], em Areias.
- Feira da Cereja [maio], em Beco.
- Depenicar - Festa do Emigrante [agosto], em Ferreira do Zêzere.
- Diversos estágios e provas desportivas, como exemplo o Campeonato do Mundo de Wakeboard, entre outros.
- Diversas publicações bibliográficas sobre esta temática.
- Iluminação de Natal na Vila e pontualmente em algumas freguesias.
- Mercados semanais (Areias e Pias [manhã de domingo]; Chãos [manhã de domingo]; Nossa Senhora do Pranto (Carril) [manhã de sábado]; Ferreira do Zêzere [manhã de sábados e segundas-feiras]).
- Feiras mensais (Areias e Pias [manhã do 1.º domingo de cada mês]; Chãos [manhã do 2.º domingo de cada mês]; Ferreira do Zêzere [manhã de todas as segundas-feiras]).
- Realização de diversos Festivais Gastronómicos, entre eles: (Migas [Janeiro]; Lagostim [Abril]; Fava [Maio]; Ovo [Junho]; Abobora [Novembro]).
- Divulgação dos produtos locais nos meios de comunicação disponíveis, nomeadamente, rádio, jornais, internet, entre outros.

MOBILIDADE

▪ **Vias requalificadas e projetadas (número e Km).**

De acordo com a informação da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, entre 2010 e 2017, as vias requalificadas e projetadas, (com extensão superior a 1000 metros lineares de extensão) são as que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 20. Vias qualificadas, entre 2010 e 2017, com uma extensão superior a 1000 metros lineares.

Identificação	Extensão (ml)
Ex. EN348 entre Chão da Serra e Albufeira do Castelo do Bode (Pombeira) – Ferreira do Zêzere	5304
Arruamentos em Corujeira (Rua António Craveiro A. Reis e Rua Nossa Senhora da Penha) - Bêco	1154
CM1074 Entre Sobral e Couço Fundeiro – Igreja Nova	1472
Rua da capela S. João – Avecasta Areias	1038
Rua Principal – Ovelheiras – Chãos	1623
EM530 entre Ferreira do Zêzere e Pardielas – Ferreira do Zêzere	4170
CM1062 entre EM520 e Dornes	5143
Estrada da Castanheira – Ferreira do Zêzere	5837
CM526-2 Entre Jamprestes e o Limite do Concelho de Ferreira do Zêzere (Chão das Eiras)	1210
Ex. EN348 entre a EN110 e a Variante ao nó de Pias	4802
EM528 Entre Pias e o Limite do Concelho	2732
EM520-2 Entre Ponte Tabuado e Gontijas	2202
EM520-2-1 Entre Amial e Ponte Tabuado	3156
EM520 Entre Gravulha e o limite do Concelho (Portela do Brás)	9771
EXEN348 Entre Nó de Pias (Amial) e o Entroncamento com a EN238	2415
Rua dos Cucos e Rua Ribeiro das Hortas - Areias	1235
EM521 Entre Dornes e Vale Serrão	2951

▪ **Tempo de percurso médio entre Emprego e Casa (min.dia⁻¹).**

No quadro seguinte apresentam-se os dados referentes ao tempo diário despendido pela população empregada nas suas deslocações entre a habitação e o emprego.

Quadro 21. Tempo médio de percurso por dia nas deslocações entre emprego e casa.

	tempo (mim)
Continente	20,23
Centro	17,12
Médio Tejo	17,72
Ferreira do Zêzere (concelho)	16,54
Águas Belas	13,41
Areias	22,42

	tempo (min)
Beco	20,19
Chãos	23,15
Dornes	15,41
Ferreira do Zêzere	13,14
Igreja Nova do Sobral	19,10
Paio Mendes	16,65
Pias	15,89

Fonte: INE, Censos 2011.

O tempo de percurso médio entre o emprego e a habitação dos habitantes do concelho de Ferreira do Zêzere é de 16,5 minutos, significativamente abaixo da média em Portugal Continental (20,23 min). Quando se analisa o tempo despendido entre os habitantes das diferentes freguesias verificamos que existe bastante variabilidade, sendo os habitantes de Chãos os que despendem mais tempo, 23,15 min, e os habitantes da freguesia de Ferreira do Zêzere, aqueles, que passam menos tempo do seu dia entre deslocações entre a habitação e o emprego.

▪ Relação oferta/procura de transporte coletivo.

Os serviços de transporte público do Concelho resumem-se a transportes rodoviários, que se podem resumir a três categorias:

- Transportes rodoviários concelhios
- Transportes rodoviários de longa distância
- Transportes escolares

Transportes Rodoviários Concelhios

A oferta de transportes públicos de passageiros em modo rodoviário e à escala regional, assenta em carreiras de carácter interurbano operadas por empresas de transportes rodoviários. A situação das empresas de transporte público interurbano de passageiros tem assistido ao sucessivo encerramento de carreiras rurais fora dos principais eixos de ligação interurbana. Muitas carreiras subsistem associada ao transporte de alunos, cuja situação se revela deficitária fora do período escolar, potenciando-se soluções mais associadas ao transporte individual.

Os transportes públicos no Concelho de Ferreira do Zêzere são assegurados pelas seguintes empresas operadoras de transportes:

- Fatimacar Transporte e Turismo S.A
- Transdev

- Rodoviária do Tejo S.A.

Genericamente, o serviço de transportes públicos prestados no concelho parece limitar-se aos níveis de serviço mínimos. O serviço prestado não abrange de igual forma todo o território, nem responde à variedade de necessidades de deslocação.

Transportes Rodoviários de Longa Distância

Relativamente aos transportes de longa distância, estes ajustam-se mais à procura, com tempos de viagem mais adaptados às distâncias exercidas e com mais conforto. Porém, muitos destes transportes não funcionam em interface com os transportes públicos concelhios.

Transportes Escolares

De acordo com Carta Educativa de 2008, a rede de transportes escolares no concelho de Ferreira do Zêzere está dividida em duas partes:

- A rede efetuada pela Câmara Municipal;
- A rede efetuada por empresas concionadas para o efeito.

A rede efetuada sob a responsabilidade da Câmara Municipal compreende 12 circuitos que correspondem ao transporte dos alunos das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar. A rede efetuada pelas empresas, compreende 11 circuitos que correspondem ao transporte dos alunos do 2º, 3º ciclos e ensino secundário.

6.3.3. Análise SWOT

Quadro 22. Análise SWOT do FCD Ordenamento e Qualificação do Território

PONTOS FORTES	Taxa de cobertura de redes (abastecimento, saneamento, eletricidade, comunicações)	- Território em processo de quebra demográfica - Abandono das zonas agrícolas - Concentração dos equipamentos na freguesia de Ferreira do Zêzere - Número baixo acessos de internet de banda larga - Oferta de transporte público insuficiente	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	- Melhoria da oferta do Transporte Público - Novos equipamentos projetados (parque de campismo e autocaravanas; ginásio Municipal).	- Insuficiência de medidas de requalificação do comércio tradicional - Tendência para o enfraquecimento das freguesias rurais por oposição ao crescente aumento populacional da freguesia de Ferreira do Zêzere	AMEAÇAS

6.3.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e tendências de evolução sem Plano

Durante a vigência do atual PDM, foi aprovada legislação e políticas a nível do ordenamento do território e da compatibilização dos usos do solo, que mostra a cada vez maior desatualização do atual PDM.

Caso a revisão do PDM não ocorra, o mesmo mostrar-se-á cada vez mais desatualizado face a realidade nacional e municipal. No que se refere ao uso do solo em meio urbano prevê-se a continuidade da dispersão da construção e diminuição da recuperação do edificado existente o que poderá acentuar algumas assimetrias dentro da própria estrutura urbana, reduzindo a atratividade dos centros urbanos em favor das periferias, contribuindo para o enfraquecimento das freguesias rurais, afastando-se, assim, a execução do PDM dos objetivos de sustentabilidade considerados no quadro de referência estratégico.

Não havendo medidas de contenção da dispersão urbana, tal como preconizado na revisão do PDM, prevê-se uma diminuição da coesão territorial. O estímulo ao reforço da rede viária terá impactes positivos na mobilidade.

6.3.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos

Opções Estratégicas:	
I.	Melhorar a qualidade do espaço urbano e ambiental no concelho por forma a potenciar uma relação mais equilibrada entre a paisagem humanizada e a paisagem natural;
II.	Contenção da dispersão urbana através da clara delimitação e agregação do espaço urbano existente;
III.	Reforço e colmatação da rede viária regional e intra-concelhia;
IV.	Aposta numa oferta quantitativa e qualitativa de áreas industriais devidamente infraestruturadas bem como de serviços de apoio à atividade industrial;
V.	Promover novos eixos de sustentabilidade dos espaços rurais e dos espaços urbanos garantindo um maior equilíbrio entre a exploração intensiva dos recursos agropecuários e florestais e uma valorização turística e lúdica dos recursos naturais e culturais presentes;
VI.	Esforço no sentido de estabelecer um sistema eficiente de tratamento integrado dos efluentes e resíduos urbanos, rurais e industriais numa lógica de aproveitamento dos mesmos a nível concelhio e/ou a nível supralocal;
VII.	Aproximação e integração da área abrangida pelo POACB como parte fundamental do modelo de desenvolvimento do concelho, através do aproveitamento turístico do rio Zêzere e das suas margens respeitando a sensibilidade ecológica da área e, em particular, a água que constitui uma das maiores reservas de abastecimento público de Portugal;
VIII.	Efetivo ordenamento e estabelecimento de um modelo organizativo e de gestão apropriado aos recursos florestais, como uma parte das condições necessárias à diminuição da área ardida;
IX.	Reforçar eixos de cooperação e de acordo institucional e desenvolver formas de participação da sociedade civil, através da sensibilização da comunidade para um modelo de desenvolvimento sustentável bem como, a promoção efetiva através de campanhas publicitárias das potencialidades e recursos do concelho;
X.	Reforçar as condições materiais (infraestruturas/equipamentos) e imateriais (organização e competências) favoráveis ao desenvolvimento educativo, social e cultural no concelho, contribuindo para a integração e a prevenção de fenómenos de exclusão social, económica e cultural e para o desenvolvimento de capacidades de expressão criativa e de integração numa sociedade cada vez mais ditada pelas novas tecnologias da informação e comunicação.

Quadro 23. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível do Ordenamento e Qualificação do Território.

DOMÍNIO: Uso e Ocupação do solo		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	A contenção da dispersão urbana é um claro estímulo à melhor organização espacial do território (+++).	
III	O reforço e colmatação da rede viária tem um impacto positivo na organização espacial do território (+++).	0
IV	O zonamento claro das zonas industriais são um estímulo ao ordenamento equilibrado do território (+++).	
V	0	0
VI	0	0
VII		

VIII	O ordenamento florestal tem impactes positivos na organização espacial do território (+).	
IX	0	0
X	0	0
DOMÍNIO: Coesão Territorial		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	A delimitação e agregação do espaço urbano existente potencia a criação de centralidades, aumentando a coesão territorial (++)	
III	O reforço e colmatação da rede viária tem impactes positivos na coesão territorial, por aumentar a infraestruturação (+++).	
IV	A infraestruturação de zonas industriais potencia o cumprimento de novas exigências ambientais (++)	
V		
VI	O estabelecimento de um sistema eficiente de tratamento de efluentes potencia o cumprimento de novas exigências ambientais (++)	
VII	0	0
VIII	A valorização turística das margens do Zêzere resultam na valorização do território (+)	
IX	0	0
X	O reforço das condições materiais e imateriais aumentam a coesão territorial (+++).	
DOMÍNIO: Qualificação Urbana		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	A melhoria do espaço urbano resulta em impactes positivos na requalificação urbana (+++).	
II	0	0
III	0	0
IV	0	0
V	0	0
VI	0	0
VII	0	0
VIII	0	0

IX	0	0
X	0	0
DOMÍNIO: Mobilidade		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	0	0
III	O reforço e colmatação da rede viária são por si uma melhoria das acessibilidades (+++).	
IV	0	0
V	0	0
VI	0	0
VII	0	0
VIII	0	0
IX	0	0
X	0	0

6.3.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- Identificar e resolver situações que provoquem eventuais conflitos de usos com o meio urbano.
- Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos.
- Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola e florestal.
- Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, de áreas com interesse natural e ou corredores ecológicos relevantes.
- Implementação das regras de proteção e valorização ambiental definidas para as áreas da Estrutura Ecológica Municipal em solo rural e urbano

- Promover a capacidade produtiva dos espaços agrícolas e florestais através do condicionamento de usos ou atividades que destruam as potencialidades e características dos solos;
- Assegurar uma maior racionalização na utilização dos recursos endógenos existentes, promovendo a multifuncionalidade no aproveitamento dos recursos.
- Proteger as aptidões naturais dos solos, potencia-las e evitar incompatibilidades entre usos ou atividades;

COESÃO TERRITORIAL

- Promoção da coesão urbana.
- Promover o acesso dos cidadãos aos distintos equipamentos, reforçando a centralidade dos lugares.

QUALIFICAÇÃO URBANA

- Garantir uma imagem urbana atrativa.
- Fomento da requalificação urbana: consolidação da malha edificada, criação de espaços públicos com zonas verdes e, identificação de ações necessárias no parque edificado existente, essencialmente no que respeita à recuperação e reconversão de usos.
- Promover a consolidação e qualificação das centralidades em áreas urbanas de elevada densidade urbana (sede de concelho e polos urbanos secundários), caracterizadas pela maior densidade comercial, funções urbanas centrais, maior confluência de rede de transportes públicos e com potencial para a localização de novas formas de comércio.
- Criação de medidas de incentivo recuperação do edificado em vez de novas construções.
- Salvarguardar as condições de acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada em espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 08/08.
- Assegurar a existência de espaços verdes e de infraestruturas que facilitem a prática de exercício físico por parte da população, e caso se justifique, espaços de jogo e recreio para os diferentes grupos etários, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/97 de 27/12.

MOBILIDADE

- Promover o uso de transportes públicos como aproveitamento sustentável dos novos traçados rodoviários e das requalificações e retificações dos traçados já existentes.
- Promover a melhoria da acessibilidade intra-freguesias.

- Promover a realização de estudos de mobilidade que acautelem os impactes dos fluxos rodoviários na rede, derivados da presença de polos potencialmente geradores de tráfego.

6.4. FCD - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

6.4.1. Descrição do FCD e os seus objetivos

No âmbito do presente FCD pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da competitividade e dinâmica empresarial, na dinâmica turística associada ao património e aos recursos naturais e no desenvolvimento humano nomeadamente ao nível da qualificação dos recursos humanos e na promoção do emprego.

Quadro 24. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Desenvolvimento Económico e Social

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Humano	Valorizar e qualificar os recursos humanos.	- Nível de ensino da população. (%) - População ativa por grupo de profissão. (%) - População com qualificação no domínio das TIC. (%) - Variação do número de cursos de formação profissional existentes no concelho. (descrição)
		Criar e promover o emprego local.	- Taxa de População ativa. (%) - Taxa de Desemprego. (%) - Evolução da população ativa por setor de atividade económica. (%) - Movimentos pendulares trabalho/ estudo - casa - trabalho/estudo
	Competitividade e Desenvolvimento local	Promover o crescimento do tecido empresarial e dinamização da estrutura económica local	- Variação do número de empresas sediadas (%). - Variação do número de Empresas por sector de atividade. (%) - Receitas geradas por sector de atividade. (€) - Poder de compra <i>per capita</i>. (€) - Variação do ganho médio mensal. (%)
		Promover o potencial agrícola e pecuário.	- Variação do número de explorações agrícolas e área média de exploração. (%) - Variação do número de explorações pecuárias e número de animais. (%)
		Aumentar a competitividade empresarial / industrial.	- Espaços empresariais/industriais estruturados e infraestruturados. (nº e descrição) - Taxa de constituição e dissolução empresarial no município. (nº)
	Dinâmica turística	Desenvolver os produtos turísticos estratégicos: <i>Touring</i> cultural e paisagístico; Turismo da natureza; Tours de vinho e gastronomia; saúde e bem-estar.	- Número de alojamentos turísticos. (nº) - Distribuição do número de camas turísticas por tipo de equipamento (hoteleiro, TER e natureza). (nº) - Procura turística (número de dormidas) por tipo de equipamento (hoteleiro, TER e natureza). (nº) - Intensidade turística (número de dormidas em milhares/população residente em centenas). - Percursos temáticos implementados. (nº) - Áreas balneares classificadas. (nº) - Eventos com poder de atracção. (nº)
		Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística.	

6.4.2. Situação Existente e Análise tendencial

DESENVOLVIMENTO HUMANO

▪ Nível de ensino da população.

A qualificação/formação é um dos critérios de avaliação fundamentais para aferir a qualidade dos potenciais ativos residentes no município.

Em termos de formação, segundo os Censos 2011, verifica-se que a população concelhia apresenta ainda um baixo nível de instrução, sendo que 25,2% não possui qualquer nível de instrução completo.

Apesar do baixo nível de instrução da população do concelho, existem evidências claras de melhoria, nomeadamente com uma diminuição significativa na taxa de analfabetismo de 19,3% em 1991 para 9,28% em 2011.

No quadro seguinte apresenta-se a população residente, por nível de ensino completo.

Quadro 25. População residente segundo o nível de instrução, em percentagem, no município de Ferreira do Zêzere, em 2011.

Unidade Territorial	Total	Sem Nível de Ensino	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Pós-Secundário	Superior
Centro	232775 5	20,0	27,5	12,8	15,9	12,5	0,8	10,5
Medio Tejo	220661	19,6	27,4	12,7	16,4	13,4	0,8	9,7
Ferreira do Zêzere (concelho)	8619	25,2	32,5	12,4	14,3	10,3	0,7	4,4
Águas Belas	1072	20,5	32,7	17,8	15,7	8,7	0,8	3,7
UF Areias e Pias	1940	26,1	40,2	10,8	11,7	7,8	0,6	2,8
Beco	906	28,6	35,0	12,0	11,1	9,5	0,7	3,1
Chãos	597	34,7	28,0	9,5	12,2	10,9	0,5	4,2
Nossa Sra do Pranto	1089	25,1	63,4	11,8	15,3	7,3	0,4	3,9
Ferreira do Zêzere	2353	22,2	24,6	12,2	17,3	15,3	1,1	7,2
Igreja Nova do Sobral	662	28,2	32,8	13,7	12,8	8,5	0,3	3,6

Fonte: INE, Censos 2011

Observando a distribuição pelas várias freguesias evidenciam-se algumas diferenças, verificando-se os mais baixos níveis de instrução nas freguesias mais rurais, enquanto as freguesias com maiores índices de urbanidade, detêm níveis relativamente mais elevados de formação académica.

▪ **População ativa por grupo de profissão.**

Considerando as profissões da população residente economicamente ativa e empregada no concelho em 2011, que totaliza 3053 pessoas, e apesar da dispersão por inúmeras profissões, assumem especial destaque, pelos efetivos que concentram, as seguintes profissões:

- Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares: 278 (9,1%)
- Vendedores em lojas: 198 (6,0%)
- Motoristas de veículos pesados e de autocarros: 171 (5,6%);
- Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios: 136 (4,5%);
- Empregado de escritório em geral: 136 (4,5%);
- Produtores e trabalhadores qualificados na criação animal: 131 (4,2%);
- Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde: 128 (4,2%);
- Trabalhadores qualificados da transformação de alimentos: 105 (3,4%);

▪ **Variação do número de cursos de formação profissional existentes no concelho.**

Os Cursos Profissionais são um dos percursos do nível secundário de educação, caracterizado por uma forte ligação com o mundo profissional. A aprendizagem realizada nesta tipologia de cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão em concreto, em articulação com o setor empresarial local. A Escola Básica e Secundária de Ferreira do Zêzere é a única instituição pública do concelho que disponibiliza oferta na área do ensino profissional. Não há entidades formadoras privadas registadas no Catálogo Nacional de Qualificação no concelho de Ferreira do Zêzere.

A oferta formativa desta escola consiste em:

- 2014/2015

- . Técnico de Comércio
- . Técnico de Turismo Ambiental e Rural

- 2015/2016

- . Técnico de Comércio
- . Técnico de Manutenção Industrial - Técnico de Mecatrónica Automóvel

- 2016/2017

- . Técnico/a de Mecatrónica Automóvel

- . Técnico de Desporto
 - . Técnico de Apoio Psicossocial
 - . Técnico de Turismo Ambiental e Rural
 - . Técnico de Comércio
- 2017/2018
- . Técnico de Desporto
 - . Técnico de Turismo Ambiental e Rural

▪ **Taxa de atividade e taxa de desemprego**

O quadro seguinte apresenta as taxas de atividade, por sexos.

Quadro 26. População ativa e taxa de atividade, por sexos, 2011.

Indicadores	Ferreira Do Zêzere			Médio-Tejo		
	HM	H	M	HM	H	M
População Ativa	3 315	1 834	1 481	97 006	51 039	45 967
Taxa de Atividade (%)	38,5	44,8	32,8	44,0	48,5	39,8

Fonte: INE, Censos 2011

No ano de 2011, a taxa de atividade da população residente no Município de Ferreira do Zêzere era 38,46% (44,75% entre a população masculina e 32,76% entre a população feminina). Esta taxa de atividade é significativamente mais baixa que a taxa de atividade da NUTII onde se insere o município, Médio-Tejo que tem um valor de 43,96%. Face ao ano de 2001, esta taxa aumentou cerca de dois pontos percentuais (de 36,60% para 38,46) e aproximou-se da taxa da NUTIII Médio-Tejo, baixando de uma diferença de 7,6 pontos percentuais em 2001, para uma diferença de 5,5 pontos percentuais em 2011.

▪ **Taxa de Desemprego**

O concelho de Ferreira do Zêzere apresentava, em 2011, uma taxa de desemprego de 7,9%, significativamente abaixo da média nacional que se situava nos 13,18%. Também em termos de variação face ao ano de 2001, o concelho apresentou uma situação, por comparação, positiva, uma vez que a subida de desemprego, que foi de 3,1 pontos percentuais, foi menos de metade da média nacional que se situou nos 6,4 pontos percentuais. No quadro seguinte apresentam-se as taxas de desemprego para os anos 2001 e 2011.

Quadro 27. Evolução da taxa de desemprego.

	Taxa de Desemprego %		Δ (2011-2001)
	2001	2011	
Portugal	6,8	13,18	+6,4
Centro	5,7	10,98	+5,3
Médio Tejo	6,4	10,79	+4,4
Ferreira do Zêzere (concelho)	4,8	7,90	+3,1
Águas Belas	2,9	6,99	+4,1
Areias	3,9	10,79	+6,9
Beco	5,2	6,10	+0,9
Chãos	9,6	7,74	-1,9
Dornes	7,9	9,43	+1,5
Ferreira do Zêzere	4,8	7,40	+2,6
Igreja Nova do Sobral	3,9	8,78	+4,9
Paio Mendes	4,1	4,85	+0,8
Pias	3,1	10,49	+7,4

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Também a realidade do desemprego assume especificidades segundo as freguesias, sendo algumas mais afetadas que outras.

A análise por freguesia permite concluir que as freguesias onde há mais desemprego são as freguesias de Areias e Pias. A freguesia de Paio Mendes, destaca-se positivamente com o mais baixo valor de taxa de desemprego, 4,85%. De referir é também a freguesia de Chão, a única freguesia com uma diminuição da taxa de desemprego entre 2001 e 2011.

▪ **Evolução da população ativa por setor de atividade económica.**

De acordo com os dados do INE, constata-se que o setor primário decresceu entre 2001 e 2011, sendo o menos representativo na estrutura socioeconómica do concelho, ocupando, em 2011, cerca de 10,4% da sua população ativa, valor significativamente acima da média em Portugal Continental (2,9%) e no Médio Tejo (2,3%).

Comparativamente, o setor terciário é, por sua vez, o mais expressivo, empregando cerca de 60% da população ativa; 25% no setor Terciário de cariz social, e 35% no sector Terciário de cariz económico.

O setor secundário foi uma que registou a maior quebra entre 2001 e 2011, com uma diminuição de 8,4 pontos percentuais, e empregando, em 2011, 27,9% da população ativa.

O concelho demonstra uma clara transferência dos ativos do setor secundário para o terciário.

Quadro 28. População Empregada por Setor de Atividade.

	Primário			Secundário			Terciário (social)			Terciário (económico)		
	2001	2011	variação	2001	2011	variação	2001	2011	variação	2001	2011	variação
Continente	4,8	2,9	-1,8	35,5	26,9	-8,7	25,2	28,4	3,2	34,5	41,8	7,3
Centro	6,8	3,7	-3,1	38,1	30,1	-8,0	25,0	29,0	4,1	30,1	37,2	7,0
Médio Tejo	3,6	2,3	-1,3	35,0	28,3	-6,7	27,9	31,5	3,6	33,4	37,9	4,5
Ferreira do Zêzere	11,1	10,4	-0,7	38,1	29,7	-8,4	20,7	25,8	5,1	30,1	34,1	4,0
Águas Belas	11,0	12,4	1,4	37,4	26,8	-10,7	18,5	25,1	6,7	33,1	35,7	2,6
Areias	10,3	8,4	-1,9	45,8	36,5	-9,2	14,4	18,8	4,4	29,6	36,3	6,7
Beco	10,3	7,5	-2,8	53,2	38,0	-15,2	13,4	21,1	7,7	23,1	33,4	10,3
Chãos	5,1	5,2	0,1	46,2	35,5	-10,7	22,8	29,0	6,2	25,9	30,3	4,4
Dornes	18,9	25,0	6,1	31,9	27,1	-4,8	16,5	20,3	3,8	32,7	27,6	-5,1
Ferreira do Zêzere	7,2	5,3	-1,9	28,0	24,4	-3,6	28,4	32,1	3,6	36,4	38,2	1,8
Igreja Nova do Sobral	10,0	8,6	-1,4	41,2	36,9	-4,3	24,4	25,7	1,2	24,4	28,9	4,4
Paio Mendes	27,1	25,0	-2,1	34,3	27,6	-6,7	16,9	21,4	4,5	21,7	26,0	4,3
Pias	15,1	21,4	6,2	42,2	31,0	-11,1	19,5	22,1	2,6	23,2	25,5	2,3

A análise por freguesia demonstra claramente as diferenças entre as freguesias, demonstrando a forte ruralidade das freguesias de Dornes e Paio Mendes, com cerca de 25% da população ativa dedicada ao sector primário, contrastando com freguesias como Chãos e Ferreira do Zêzere, com cerca de 5% da população ativa dedicada a este setor.

A freguesia de Ferreira do Zêzere é aquela que apresenta mais habitantes dedicados ao sector Terciário, aproximadamente 70%. Esta tendência resulta do facto de a freguesia funcionar como o núcleo sócio administrativo do concelho, onde se concentram a quase totalidade das funções tipicamente urbanas, desde a administração pública, passando pelos serviços financeiros até à maior parte do comércio e serviços existentes.

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

▪ Variação do número de empresas sediadas (%).

Em 2015, o número de empresas de com sede em Ferreira do Zêzere era de 800, correspondendo a uma densidade de empresas no município de cerca de 4 empresas/km², valor claramente inferior ao Médio Tejo e à média de Portugal Continental. Apesar do baixo valor do indicador, parece estar a iniciar-se uma tendência de subida desde 2013.

O quadro seguinte apresenta indicadores do tecido empresarial de Ferreira do Zêzere.

Quadro 29. Indicadores do tecido empresarial concelhio.

	Ano	Continente	Centro	Médio-Tejo	Ferreira do Zêzere
Empresas (N.º)	2010	1096832	248 071	21 527	756
	2011	1065375	241 272	20 949	759
	2012	1017697	230 274	20 070	723
	2013	1049278	239 185	21 801	714
	2014	1079247	244 600	22 152	763
	2015	1112804	250423	22739	800
Densidade de empresas (N.º/km²)	2010	12,3	8,8	9,3	4,0
	2011	12,1	8,6	9,1	4,0
	2012	11,5	8,2	8,7	3,8
	2013	11,9	8,5	6,5	3,8
	2014	12,1	8,7	6,6	4,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 e PORDATA, Estatísticas por Município.

▪ **Variação do número de Empresas por sector de atividade.**

O concelho de Ferreira do Zêzere apresentava em 2015 um total de 800 empresas com sede no concelho, representando cerca de 4% do total de empresas com sede em toda a sub-região do Médio Tejo.

Os setores empresariais (nº de Empresas e Sociedades) que mais se destacam em Ferreira do Zêzere são as empresas ligadas ao Comércio por grosso e a retalho (21,4%), a Construção (16,5%) e a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (16%).

Quadro 30. Empresas do concelho da Ferreira do Zêzere, segundo a classificação das atividades económicas.

Empresas - Segundo a classificação das atividades económicas	2010		2015		Δ (15-10)
	n	%	Nº	%	Nº
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	64	8,5	128	16,0	+64
B: Indústrias extrativas	0	0,0	1	0,0	+1
C: Indústrias transformadoras	45	6,0	40	5,0	-5
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0,0	1	0,1	+1
E: Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2	0,3	1	0,1	-1
F: Construção	177	23,4	132	16,5	-45
G: Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	197	26,1	171	21,4	-26
H: Transportes e armazenagem	17	2,2	17	2,1	0

Empresas - Segundo a classificação das atividades económicas	2010		2015		Δ (15-10)
	n	%	Nº	%	Nº
I: Alojamento, restauração e similares	69	9,1	82	10,3	+13
J: Atividades de informação e de comunicação	7	0,9	5	0,6	-2
L: Atividades imobiliárias	13	1,7	15	1,9	+2
M: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	26	3,4	34	4,3	+8
N: Atividades administrativas e dos serviços de apoio	51	6,7	73	9,1	+22
P: Educação	15	2,	22	2,8	+7
Q: Atividades de saúde humana e apoio social	18	2,4	26	3,3	+8
R: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	18	2,4	17	2,1	-1
S: Outras atividades de serviços	37	4,9	35	4,4	-2
Total	756	100	800	100	+44

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2011 e 2015; INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Entre 2010 e 2015 houve um aumento de 44 empresas. O aumento mais significativo foi na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, com a duplicação do número de empresas sediadas no concelho. Apesar de ser o sector mais representado em número de Empresas, a Construção foi o sector onde se registou a maior diminuição de empresas sediadas.

▪ Receitas geradas por sector de atividade

O quadro seguinte apresenta as receitas geradas por sector de atividade. Para muitas das atividades, estes dados são confidenciais, não permitindo uma análise clara.

Dos setores com dados disponíveis, em 2015, as atividades económicas que geraram mais receita foram a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e as Indústrias transformadoras.

Quadro 31. Receita gerada pelas empresas do concelho da Ferreira do Zêzere, segundo a classificação das atividades económicas.

Empresas - Segundo a classificação das atividades económicas	2010		2015		Δ(15-10)
	milhares €	%	milhares €	%	milhares €
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	54 860	29,6	71 524	34,4	+16 664
B: Indústrias extrativas	***	0,0	***	0,0	-
C: Indústrias transformadoras	61 219	33,1	76 727	36,8	+15 508
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	***	-	***	0,0	-
E: Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	***	-	***	0,0	-
F: Construção	25349	13,7	16246	7,8	-9 103
G: Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	34206	18,5	33156	15,9	-1 050
H: Transportes e armazenagem	1189	0,6	2003	1,0	+814
I: Alojamento, restauração e similares	4499	2,4	3863	1,9	-636
J: Atividades de informação e de comunicação	***	-	35	-	-
L: Atividades imobiliárias	421	0,2	1217	0,6	+796
M: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	802	0,4	1378	0,7	+576
N: Atividades administrativas e dos serviços de apoio	713	0,4	578	0,3	-135
P: Educação	264	0,1	190	0,1	-74
Q: Atividades de saúde humana e apoio social	506	0,3	631	0,3	125
R: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	478	0,3	***	-	-
S: Outras atividades de serviços	589	0,3	670	0,3	81
Total	185 095	100	208 218	100	+ 23 123

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, via PORDATA.

Relativamente à variação entre 2010 e 2015, são também as atividades Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e as Indústrias transformadoras que registaram maiores aumentos absolutos.

▪ Poder de compra *per capita*.

Em 2015, o índice do poder de compra do município de Ferreira do Zêzere correspondia a 67,9 % da média nacional, situando-se também significativamente abaixo do índice para o Médio Tejo (87,4%) e para a região Centro (88,8%). Apesar de bastante baixo, este indicador tem

apresentado uma tendência de subida desde o ano 2000, altura em que era 52,1% da média de portuguesa.

Quadro 32. Índice de Poder de Compra.

Área Geográfica	Índice de Poder de Compra (%)						
	2000	2002	2007	2009	2011	2013	2015
Continente	101,7	101,3	100,5	100,5	100,8	100,8	100,7
Centro	77,2	79,9	83,8	84,4	87,5	89,2	88,8
Médio Tejo	x	x	80,9	79,9	84,5	86,6	87,4
Ferreira do Zêzere	52,1	52,6	57,6	57,9	62,8	68,4	67,9

Fonte: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, via PORDATA.

▪ **Variação do ganho médio mensal.**

Em 2015, o ganho médio mensal em Ferreira do Zêzere situava-se nos 843,3€, valor abaixo do valor em Portugal Continental (1096,7€), da região Centro (950,5€) e do Médio Tejo (946,9€). Apesar do valor comparativamente baixo, o valor do concelho apresenta uma tendência de convergência, uma vez que o aumento face a 2011, foi significativamente superior a qualquer outra das regiões analisadas.

Quadro 33. Ganho médio mensal (os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa).

	Ganho médio mensal €					
	2011	2012	2013	2014	2015	Variação (%)
Continente	1084,6	1095,6	1093,8	1093,2	1096,7	1,1
Centro	931,1	941,5	940,4	945,6	950,5	2,1
Médio Tejo	924,8	934,5	937,6	940,5	946,9	2,4
Ferreira do Zêzere	770,6	805,6	795,4	798,9	843,3	9,4

Fonte: www.ine.pt

PROMOVER O POTENCIAL AGRÍCOLA E PECUÁRIO

▪ **Variação do número de explorações agrícolas e área média de exploração.**

A análise dos 3 últimos recenseamentos agrícolas disponíveis (1989,1999 e 2009), demonstram claramente um aumento do número de explorações agrícolas no concelho, em particular no que diz respeito a explorações de pequena dimensão (até 2 ha).

Quadro 34. Número de explorações agrícolas por classe de área de exploração.

	<0,5 ha	0,5 - <1 ha	1 - <2 ha	2 - <5 ha	5 - <20 ha	20 - <50 ha	50 - <100 ha	>= 100 ha
1989	70	351	292	190	39	3	-	-
1999	81	523	495	271	57	2	-	-
2009	285	1039	667	350	57	4	-	-

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1989, 1999, 2009.

▪ **Variação do número de explorações pecuárias e número de animais.**

No que diz respeito à exploração pecuária, e de acordo com os últimos 3 recenseamentos agrícolas disponíveis, verifica-se que a tendência é diferente consoante o tipo de animal. Enquanto se verificou uma diminuição de explorações e respetivo número de efetivos animais entre o gado bovino e caprino, houve um aumento significativo de suínos, apesar de uma redução significativa do número de explorações.

Quadro 35. Número de explorações e número de animais caprinos, suínos e bovinos.

	Caprinos		Suínos		Bovinos	
	Explorações	Animais	Explorações	Animais	Explorações	Animais
1989	1016	3566	636	13175	80	270
1999	528	2061	278	29537	37	185
2009	222	1179	82	22518	20	168

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 1989, 1999, 2009.

AUMENTAR A COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL/INDUSTRIAL

▪ **Espaços empresariais/industriais estruturados e infraestruturados.**

De acordo com a informação disponível através do SIG no portal do Médio-Tejo, existem 5 zonas industriais no concelho de Ferreira do Zêzere:

- Zona Industrial de Tojal – Areias (União de Freguesias de Areias e Pias)
- Zona Industrial da Frazoeira (Nossa Sra do Pranto).
- Espaço Industrial de Águas Belas
- Zona Industrial de Congeitaria - Águas Belas
- Zona industrial de Lameiras (Ferreira do Zêzere)

▪ **Taxa de constituição e dissolução empresarial no município**

No quadro seguinte apresenta-se a taxa número de sociedades constituídas por número de sociedades dissolvidas.

Quadro 36. Número de sociedades constituídas por número de sociedades dissolvidas: total e por sector de atividade económica principal.

	2010			2011			2012			2013			2014			2015			2016		
	T	I	S	T	I	S	T	I	S	T	I	S	T	I	S	T	I	S	T	I	S
Continente	1,3	1,0	1,4	1,0	0,7	1,1	1,1	0,8	1,2	1,9	1,6	1,9	0,9	0,6	1,0	1,4	1,1	1,5	0,9	0,7	1,0
Centro	1,6	1,2	1,7	1,2	0,9	1,4	1,1	0,7	1,2	2,0	1,5	2,1	1,0	0,7	1,2	1,3	0,9	1,4	1,0	0,8	1,0
Médio Tejo	1,5	1,1	1,7	1,2	0,8	1,3	1,0	0,6	1,2	1,8	1,5	1,9	0,8	0,5	0,9	1,3	0,9	1,4	1,0	0,8	1,1
Ferreira do Zêzere	2,6	0,3	9,5	1,1	0,8	1,2	1,6	1,0	2,5	5,3	5,0	5,5	1,6	1,5	1,6	3,2	2,0	5,0	0,6	1,0	0,4

T – total; I – indústria. S – serviços.

Fonte: INE | DGPJ/MJ - Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas por Escritura Pública, via PORDATA.

A dinâmica empresarial concelhia acompanha a tendência da sub-região Médio Tejo. A análise dos dados entre 2010 e 2016 permite concluir que durante esse período a taxa foi variável, mas tendencialmente positiva (com a exceção do ano de 2016 em Ferreira do Zêzere.), significando que se constituem mais sociedades, do que se dissolvem. A análise deste indicador indica uma dinâmica empresarial mais positiva no concelho de Ferreira do Zêzere do que em Portugal Continental. A análise por sector de atividade, indústria ou serviços, indica que no concelho, este indicador é mais positivo para serviços, do que para a indústria, com exceção do ano de 2016.

DINÂMICA TURÍSTICA

▪ Número de alojamentos turísticos

No quadro seguinte apresenta-se informação relativa ao número de alojamentos turísticos no concelho.

Quadro 37. Número de alojamentos turísticos no concelho de Ferreira do Zêzere, por categoria.

	Total	Hotéis	Pensões (inclui TER e Alojamento Local).	Outros
2014	1	1	0	0
2015	3	1	2	0
2016	5	2	3	0

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos.

O concelho de Ferreira do Zêzere não apresenta uma grande dinâmica no que diz respeito ao alojamento turístico, no entanto, a oferta aumentou significativamente entre 2014 e 2016, passando de 1 para 5 alojamentos no total.

▪ Distribuição do número de camas turísticas por tipo de equipamento (hoteleiro, TER e natureza).

Segundo o INE (Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos) a oferta total de camas em 2016 é de 84. A sua distribuição por tipologia de alojamento, assim como os dados para 2015 e 2014 são confidenciais.

▪ **Procura turística (número de dormidas) por tipo de equipamento (hoteleiro, TER e natureza).**

Segundo o INE (Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos) a oferta total de dormidas em 2016 totalizou 11 713. A sua distribuição por tipologia de alojamento, assim como os dados para 2015 e 2014 são confidenciais.

▪ **Intensidade turística (número de dormidas/população residente em centenas).**

O quadro seguinte apresenta a intensidade turística, por localização geográfica, para os últimos três anos disponíveis.

Quadro 38. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes (N.º) por Localização geográfica.

	Período de referência dos dados		
	2016	2015	2014
	N.º	N.º	N.º
Continente	504,6	454,4	415,2
Centro	250,8	224,2	197,4
Médio Tejo	424,3	393,4	343,2
Ferreira do Zêzere	143,6	d.c.	d.c.

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos.(d.c. – dado confidencial).

Também este indicador demonstra que, no que diz respeito ao alojamento, o concelho de Ferreira do Zêzere tem uma fraca dinâmica, sendo este indicador clara mente mais baixo para Ferreira do Zêzere, que para as restantes áreas geográficas analisadas

▪ **Percursos temáticos implementados**

- Percursos de Canoagem

No sítio da internet da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere podemos encontrar material para *download* de 5 percursos distintos de canoagem na Albufeira da Barragem de Castelo de Bode, com informação disponível e mapa (local de início; trajeto; distância; duração estimada; grau de dificuldade).

- Percurso nº 1 – Dornes
- Percurso nº 2 - Rio Fundeiro
- Percurso nº 3 – Pombeira
- Percurso nº 4 - Castanheira – Lago Azul
- Percurso nº 5 - Bairrada

- Percursos pedestres

No sítio da internet da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere podemos encontrar material para *download* de 5 percursos pedestres distintos, com informação disponível e mapa (local de início; trajeto; distância; duração estimada; grau de dificuldade; património; envolvente e história).

- Percurso nº 1 – Dornes (PR1 FZZ)
- Percurso nº 2 - Lagar Velho (PR2 FZZ)
- Percurso nº 3 – Pombeira (PR3 FZZ)
- Percurso nº 4 - Lago Azul (PR4 FZZ)
- Percurso nº 5 - Castro (PR5 FZZ)

- Percursos de Todo o Terreno

No sítio da internet da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere podemos encontrar material para *download* de 3 percursos de todo o terreno, com informação disponível e mapa (tipo de percurso; distância; perfil de elevação; grau de dificuldade; georreferenciação do ponto de partida e chegada; duração estimada; desníveis acumulados; e época do ano aconselhada).

- Percurso TT nº 1 - Ferreira do Zêzere > Aderneira > Lago Azul > S. Pedro de Castro > Pombeira > Rio Fundeiro > 3 Ilhas > Dornes > Bêco
- Percurso TT nº 2 - Ferreira do Zêzere > Igreja Nova > Chãos > Avecasta > Areias > Pias > Águas Belas
- Percurso TT nº 3 - Ferreira do Zêzere > Vales > Lagar S. Guilherme > Dornes > Serra de Dornes > Cabrieira > S. Pedro de Castro > Lago Azul > Aderneira

- Percursos de BTT

No sítio da internet da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere podemos encontrar material para *download* de 5 percursos distintos de BTT, com informação disponível e mapa (tipo de percurso; distância; perfil de elevação; grau de dificuldade; georreferenciação do ponto de partida e chegada; duração estimada; desníveis acumulados; e época do ano aconselhada).

- Percurso BTT nº 1 - Lago Azul – São Pedro do Castro – Cruz Alta
- Percurso BTT nº 2 - Lago Azul - São Pedro do Castro - Pombeira - Cruz Alta – Aderneira
- Percurso BTT nº 3 - Dornes - Lagar S. Guilherme - Peralfaia - 3 Ilhas - Rio Cimeiro – Ponte Vale da Ursa
- Percurso BTT nº 4 - Ferreira do Zêzere - Aderneira - Lago Azul - S. Pedro do Castro - Pombeira – Cabrieira
- Percurso BTT nº 5 - Ferreira do Zêzere - Vales - Lagar S. Guilherme - Dornes - Serra de Dornes Cabrieira - S. Pedro do Castro - Lago Azul - Aderneira

▪ Áreas balneares classificadas

O concelho de Ferreira do Zêzere tem uma área balnear classificada, a praia fluvial Lago Azul.

▪ Eventos com poder de atração

A análise dos eventos divulgados pela autarquia de Ferreira do Zêzere permitiu identificar os seguintes eventos, como eventos com algum poder de atração.

- Festival Gastronómico da Abóbora
- Feira Anual de São Brás
- Festival Gastronómico do Lagostim
- Feira da Cereja
- Santos Populares e Feriado Municipal
- Festa de Nossa Senhora do Pranto (15 agosto)
- Festa de Nossa Senhora da Gaça (8 setembro – Águas Belas)

6.4.3. Análise SWOT

Quadro 39. Análise SWOT para o FCD Desenvolvimento Económico e Social

PONTOS FORTES	▪ Desemprego abaixo da média ▪ Aumento do número de explorações agrícolas ▪ Potencial natural e paisagístico adequado ao turismo	▪ Baixo número de empresas sediadas ▪ Baixo poder de compra da população ▪ Baixo ganho médio mensal	PONTOS FRACOS
	▪ Existência de zonas industriais infraestruturadas ▪ Elevado potencial para turismo de natureza	▪ Baixo nível de instrução da população ▪ Alojamento turístico insuficiente	AMEAÇAS

6.4.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e tendências de evolução sem Plano

Relativamente à competitividade e desenvolvimento económico prevê-se o agravamento da situação atual caso o PDM não seja revisto. A tendência de diminuição de empresas a nível

municipal, contribuirá para a redução da taxa de atividade e para a acentuar da perda de população residente e de recursos humanos qualificados. A falta de política especificadamente para o desenvolvimento do turismo, a interioridade, a deficiente oferta de alojamento turístico, poderá configurar um cenário de agravamento da situação atual no que diz respeito à dinâmica turística.

6.4.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos

Opções Estratégicas:

- I.** Melhorar a qualidade do espaço urbano e ambiental no concelho por forma a potenciar uma relação mais equilibrada entre a paisagem humanizada e a paisagem natural;
- II.** Contenção da dispersão urbana através da clara delimitação e agregação do espaço urbano existente;
- III.** Reforço e colmatação da rede viária regional e intra-concelhia;
- IV.** Aposta numa oferta quantitativa e qualitativa de áreas industriais devidamente infraestruturadas bem como de serviços de apoio à atividade industrial;
- V.** Promover novos eixos de sustentabilidade dos espaços rurais e dos espaços urbanos garantindo um maior equilíbrio entre a exploração intensiva dos recursos agropecuários e florestais e uma valorização turística e lúdica dos recursos naturais e culturais presentes;
- VI.** Esforço no sentido de estabelecer um sistema eficiente de tratamento integrado dos efluentes e resíduos urbanos, rurais e industriais numa lógica de aproveitamento dos mesmos a nível concelhio e/ou a nível supralocal;
- VII.** Aproximação e integração da área abrangida pelo POACB como parte fundamental do modelo de desenvolvimento do concelho, através do aproveitamento turístico do rio Zêzere e das suas margens respeitando a sensibilidade ecológica da área e, em particular, a água que constitui uma das maiores reservas de abastecimento público de Portugal;
- VIII.** Efetivo ordenamento e estabelecimento de um modelo organizativo e de gestão apropriado aos recursos florestais, como uma parte das condições necessárias à diminuição da área ardida;
- IX.** Reforçar eixos de cooperação e de acordo institucional e desenvolver formas de participação da sociedade civil, através da sensibilização da comunidade para um modelo de desenvolvimento sustentável bem como, a promoção efetiva através de campanhas publicitárias das potencialidades e recursos do concelho;
- X.** Reforçar as condições materiais (infraestruturas/equipamentos) e imateriais (organização e competências) favoráveis ao desenvolvimento educativo, social e cultural no concelho, contribuindo para a integração e a prevenção de fenómenos de exclusão social, económica e cultural e para o desenvolvimento de capacidades de expressão criativa e de integração numa sociedade cada vez mais ditada pelas novas tecnologias da informação e comunicação.

Quadro 40. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível do Desenvolvimento Económico e Social.

DOMÍNIO: Desenvolvimento Humano		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	0	0
III	0	0
IV	O reforço das zonas insustentáveis é importante na promoção do emprego (+++)	

V	0	0
VI	0	0
VII	O aproveitamento turístico do Zêzere pode potenciar a criação de emprego (++)	
VIII	0	0
IX	0	0
X	O reforço das condições materiais e imateriais tem impactes positivos na qualificação (+++)	
DOMÍNIO: Competitividade e Desenvolvimento Local		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	0	0
III	Aumento da atractividade local à instalação de empresas (+)	
IV	Aumento da atractividade local à instalação de empresas (++)	
V	0	0
VI	Preparação para enfrentar novas exigências ambientais é positivo para algumas empresas (++)	
VII	Reforço da dinâmica empresarial na área do turismo (++)	
VIII	0	0
IX	Aumento da competitividade através da potenciação dos recursos do concelho (++)	
X	O reforço das condições materiais e imateriais contribui para o aumento da competitividade (+)	
DOMÍNIO: Dinâmica Turística		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	Um espaço urbano e ambiental melhorado potencia a atratividade turística (+)	
II	0	0

III	Melhoria da rede viária terá impactes positivos nas acessibilidades e turismo (+)	
IV		Aumento das zonas industriais pode trazer impactes negativos à atração do concelho como destino turístico (-)
V	Valorização turística e lúdica dos recursos naturais e culturais (+++)	
VI	0	0
VII	O aproveitamento turístico das margens do Zêzere (+++)	
VIII	0	0
IX	Campanhas publicitárias das potencialidades e recursos do concelho (+++)	
X	Reforço das condições materiais e imateriais (+)	

6.4.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano

DESENVOLVIMENTO HUMANO

- Promover a qualificação/adequação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região.
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada.
- Monitorização da fixação e qualificação da população residente.

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas.
- Arranjar soluções que permitam rentabilizar as infraestruturas existentes e/ou a criar.
- Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial.
- Monitorização das iniciativas de promoção dos espaços de atividades económicas.
- Promover o desenvolvimento de empresas eficientes energeticamente e com recursos a técnicas limpas, visando a diminuição de poluentes;
- Melhorar as características das empresas atuais com novas orientações legislativas, de forma a garantir a sustentabilidade energética e ambiental;
- A promoção do potencial agrícola e pecuário deve ser ponderada com a avaliação impactes ambientais que este tipo de indústria causa;

DINÂMICA TURÍSTICA

- Promover o desenvolvimento de projetos turísticos em solo rural privilegiando a recuperação e requalificação de edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico;
- Desenvolver uma estratégia de marketing turístico em articulação com as atividades culturais e valores patrimoniais, de modo a potenciar sinergias económicas.
- Garantir a salubridade das infraestruturas para a prática de turismo nas zonas balneares;

6.5. FCD - PATRIMÓNIO E PAISAGEM

6.5.1. Descrição do FCD e os seus objetivos

No âmbito do presente FCD pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível do Património Arquitetónico e Arqueológico e da paisagem

No domínio do FCD Património e Paisagem identificaram-se, no quadro seguinte, os critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar.

Quadro 41. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Património e Paisagem.

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Património e Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico	Preservação e valorização do Património arquitetónico e arqueológico.	- Nº de imóveis classificados e em vias de classificação. (nº) - Nº de sítios arqueológicos classificados (nº) - Nº de estações arqueológicas inventariadas (nº) - Nº de achados isolados inventariados (nº) - Nº de imóveis de interesse municipal inventariados. (nº)
		- Preservação de edifícios históricos e outras características culturais importantes. - Promoção da reabilitação e dinamização de edifícios históricos em articulação com a valorização e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico.	- Obras em edifícios históricos (recuperação / manutenção). (nº) - Número de projetos de regeneração urbana aprovados para centros históricos. (nº) - Estabelecimento de rotas turísticas em torno do património cultural. (nº)
	Paisagem	- Preservação e valorização da qualidade paisagística. - Proteger o carácter e a diversidade da Paisagem. - Valorizar e recuperar a atividade agrícola como elemento modelador da paisagem.	- Qualidade e valores da paisagem. (descrição) - Uso agrícola efetivo em áreas agrícolas. (nº)

6.5.2. Situação Existente e Análise tendencial

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

▪ Imóveis classificados e em vias de classificação.

O Património classificado refere-se a todos os bens imóveis classificados como monumento nacional, interesse público ou interesse municipal, que revelem um inequívoco valor cultural e, que devem ser encarados como elementos que contribuem para a valorização da identidade e qualidade de vida social e cultural de uma comunidade, justificando-se a sua proteção e valorização bem como, a sua integração na vivência dos aglomerados.

O Património arquitetónico e arqueológico classificado, no concelho de Ferreira do Zêzere integra:

Quadro 42. Património arquitetónico e arqueológico classificado e em vias de classificação.

Designação	Situação Atual	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia
Igreja da freguesia do Beco	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Igreja
Pelourinho de Pias	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Igreja de Dornes	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Igreja
Torre de Dornes	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Torre
Pelourinho de Águas Belas	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Capela de São Pedro do Castro	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Capela
Igreja matriz da freguesia de Areias	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Igreja
Ruínas da Torre do Langalhão	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Militar / Torre
Gruta da Avecasta	Classificado	Classificado como SIP – Sítio de Interesse Público	Arqueologia / Gruta

Fonte: DGPC

▪ Sítios arqueológicos classificados

O património arqueológico é encarado, atualmente, como um recurso territorial, de relevante importância para a memória e identidade das comunidades, conjugando a atuação e gestão

sobre o território, em que importa articular os valores patrimoniais e científicos, com outros agentes de transformação do território.

A identificação e localização dos sítios arqueológicos, na cartografia concelhia, permite, também a criação de estruturas de valorização patrimonial capazes de suportar a sua exploração turística, contribuindo para a projeção da imagem cultural do concelho.

Dos 134 Sítios Arqueológicos inventariados na Carta Arqueológica do Concelho de Ferreira do Zêzere, 100 encontram-se descritos na base de dados do endovélico do Portal do Arqueólogo da DGPC.

Ressaltam, do vasto inventário, sepulturas, localizadas perto da serra de S. Paulo, as sepulturas da Ruínas da Torre do Langalhão, castros e inscrições lapidares, as quais podem ser vistas junto a Dornes e a Ferreira do Zêzere.

O Património arqueológico de Ferreira do Zêzere compreende inúmeros achados arqueológicos, revelando as diferentes formas de apropriação do território ao longo dos tempos. Deste extenso conjunto de exemplares arqueológicos que dão indícios de uma ocupação do território desde os primórdios da humanidade, destacam-se os classificados que, no Concelho apenas dizem respeito à Gruta de Avecasta.

Interesse Público

1. Gruta de Avecasta

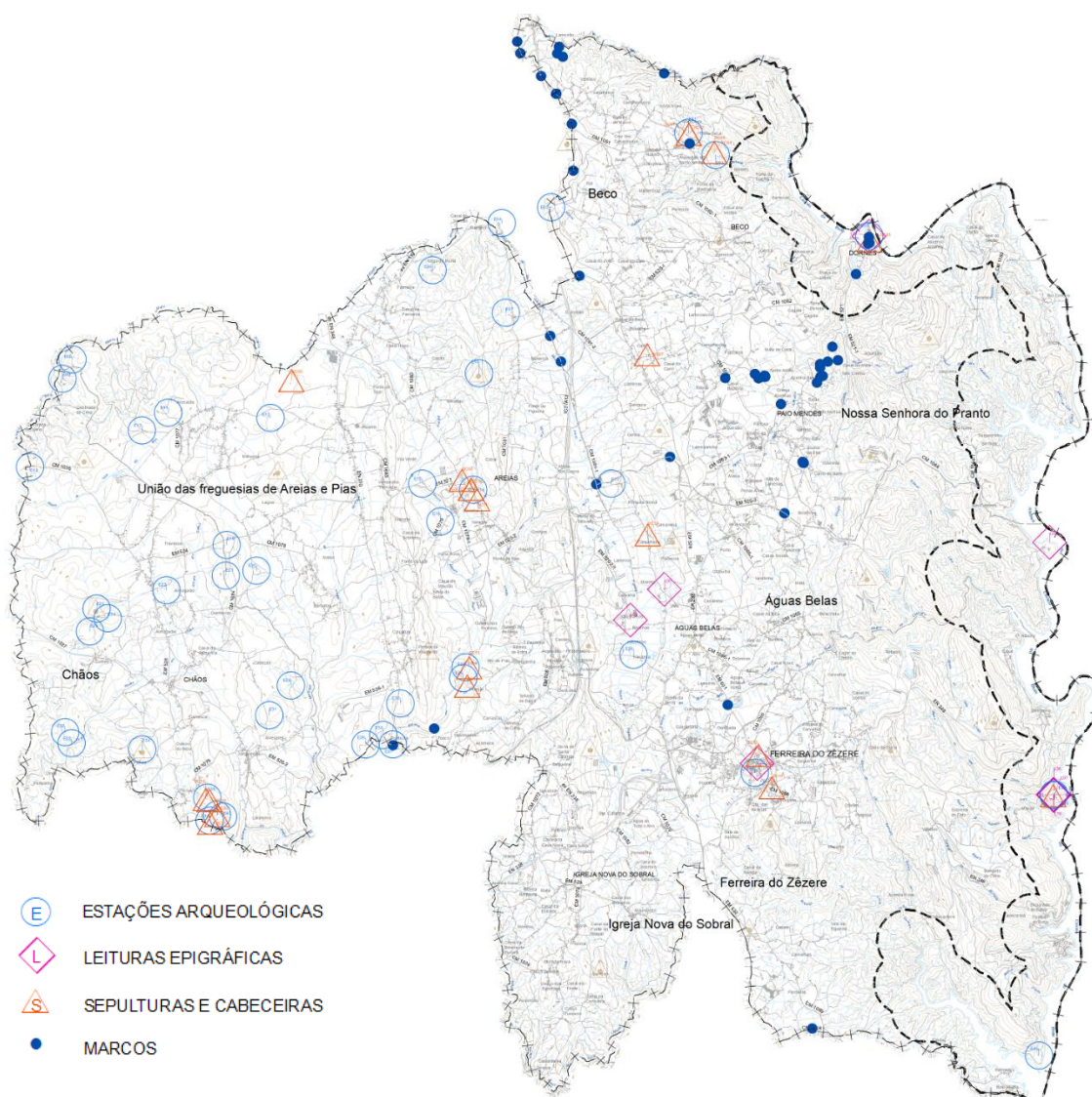


Figura 13. Património Arqueológico inventariado.

▪ Estações arqueológicas inventariadas

Dos 134 Sítios Arqueológicos inventariados na Carta Arqueológica do Concelho de Ferreira do Zêzere, 100 encontram-se descritos na base de dados do endovélico do Portal do Arqueólogo da DGPC.

Do vasto inventário, ressaltam sepulturas, localizadas perto da serra de S. Paulo, as sepulturas da Torre de Dom Gaião/ Ruínas da Torre do Langalhão, castros e inscrições lapidares, as quais podem ser vistas junto a Dornes e a Ferreira do Zêzere.

▪ **Achados isolados inventariados**

De acordo com o Portal do Arqueólogo, da DGPC, existe um achado isolado inventariado no concelho de Ferreira do Zêzere. Trata-se do Morabitino de Bela Vista (CNS 15714), encontrado na Freguesia de Águas Belas.

▪ **Imóveis de interesse municipal inventariados.**

O município de Ferreira do Zêzere não possui Imóveis de Interesse Municipal classificados pela DGPC. Estão, no entanto, inventariados vários imóveis, 75 imóveis de arquitetura civil, 43 imóveis de arquitetura religiosa e 6 elementos identificados como outros imóveis, que estão apresentados em detalhe nos Estudos de Caracterização e Diagnóstico.

▪ **Obras em edifícios históricos (recuperação / manutenção) e projetos de regeneração urbana aprovados para centros históricos.**

De acordo com informação da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere está a ser reabilitada a antiga Escola Conde Ferreira. No que diz respeito a requalificação de centros urbanos assiste-se às seguintes intervenções:

- Regeneração Urbana da Vila de Ferreira do Zêzere [Requalificação do espaço urbano da Praça Pedro Ferreira e Rua Brigadeiro Lino Valente]
- Requalificação do Largo Frei Diogo Canter, extensivo aos arruamentos contíguos
- Recuperação de áreas pavimentadas a betuminoso [trabalhos de pavimentação de buracos em áreas de betuminoso e a pavimentação da Rua Casal D'Além e Praça Pedro Ferreira]

▪ **Estabelecimento de rotas turísticas em torno do património cultural**

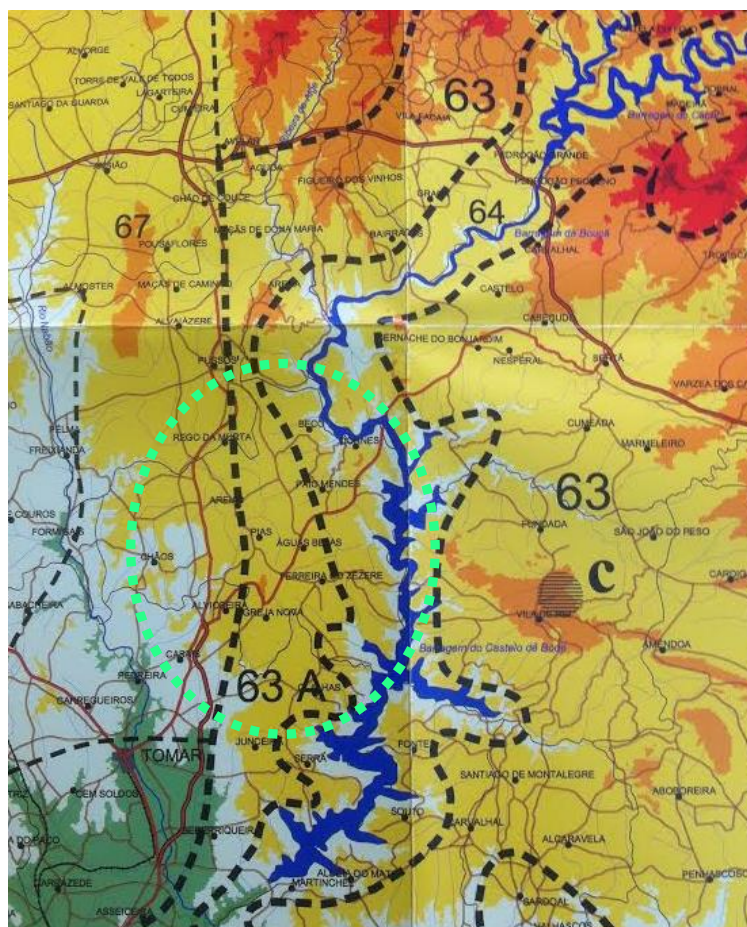
O concelho de Ferreira do Zêzere tem vários percursos estabelecidos, sendo que alguns deles são realizados em torno do património cultural.

PAISAGEM

▪ **Qualidade e valores da paisagem.**

Os limites administrativos do concelho de Ferreira do Zêzere coincidem com os seguintes grupos de unidades de paisagem (GUP) e unidades de paisagem (UP), como se pode verificar na figura seguinte:

- GUP J – Pinhal do Centro / UP 63 – Pinhal Interior



Esta unidade insere-se numa vasta região florestal. A vegetação ripícola presente ao longo de algumas linhas de água que cortam a unidade, confere uma muito limitada dinâmica visual à paisagem ao longo do ano, devido ao tom verde fresco e à queda da sua folhagem (freixos, choupos, amieiros, salgueiros), em contraste com a matriz mais geral constituída pelo verde mais seco dos pinheiros e eucaliptos. Também os matos, na primavera, pontuam a paisagem com as cores vivas da sua floração (tojós, urzes, giestas e estevas).

Em termos de relevo, trata-se de um território com um padrão bastante homogéneo, onde domina um ondulado bem pronunciado na envolvente das serras (a norte e nordeste), ondulado esse que se vai adoçando para sul de forma progressiva, interrompida por uma ou outra crista mais abrupta e elevada.

GUP J – Pinhal do Centro / UP 64 – Vale do Zêzere

Esta unidade atravessa uma vasta zona de floresta quase contínua, estende-se por diversos distritos e individualiza-se pela forte presença do rio Zêzere e encostas adjacentes. Trata-se de uma paisagem imponente, de vale sinuoso e agreste, rasgado nos xistos pela força das águas límpidas que por ele corriam velozmente até ao Tejo. É agora muito marcada pela presença da água, envolta pelo silêncio e quietude (como resultado das barragens que ao longo do seu curso lhe vão quebrando o ímpeto). De facto, devido à presença das albufeiras de Castelo de Bode, da Bouça e do Cabril, é realçada a presença do rio e a sua leitura na paisagem. A corrente muito forte num vale encaixado que caracterizava o Zêzere, deu lugar a um conjunto de albufeiras, “rio parado” que ocupa calmamente um fundo de vale pronunciado.

As encostas sobre o Zêzere estão, regra geral, cobertas com matas e matos. A agricultura tem uma expressão muito reduzida, ocupando apenas raros fundos dos vales afluentes, reduzidas encostas com declives suaves e a cintura dos poucos aglomerados urbanos existentes.

A vegetação ripícola ainda presente nos troços a montante das albufeiras (salgueiros, choupos, amieiros e freixos), é o elemento que melhor assinala o ritmo das estações do ano através do seu ciclo vegetativo. Os matos, que ocupam as encostas mais íngremes e alguns cabeços, emprestam algum colorido à paisagem na primavera com as cores vivas da sua floração (estevas, tojós, rosmaninhos e urzes). O perímetro das albufeiras é bem marcado por uma faixa clara, sem vegetação, correspondente à variação dos níveis da água, faixa esta que só desaparece nos curtos períodos de pleno enchimento, tendo a máxima expressão no fim da época seca do ano.

O povoamento, no troço para norte de Ferreira do Zêzere, as margens e encostas do rio encontram-se praticamente despovoadas ou só pontuadas por pequenos aglomerados urbanos junto de linhas de água afluentes ou em situação de meia encosta.

GUP K – Maciços Calcários da Estremadura / UP 67 – Maciço Calcário Coimbra - Tomar

Esta unidade surge a sul de Coimbra e diferencia-se das terras baixas a ocidente pelo seu relevo mais movimentado e pela secura dos calcários, do qual se destacam algumas serras.

A vegetação autóctone é rala e rasteira e, ao longe, parece esbranquiçada devido à presença constante de lajes e barrocos calcários. As árvores surgem frequentemente cobertas de musgos e fetos, o que indica ainda a forte influência atlântica. Os cinzentos são a cor dominante da paisagem, tanto devido ao calcário, como pelo domínio do olival.

Nas zonas mais baixas, planas e férteis surge um mosaico agrícola em parcelas relativamente pequenas, compartimentadas por sebes e muros. O pinhal bravo ocupa as encostas mais declivosas e também integra o mosaico agrícola nas áreas inclinadas e menos férteis.

O padrão do povoamento está diretamente relacionado com a fertilidade do solo e com as vias de comunicação.

Importa referir que nesta unidade encontra-se delimitado o ZEC Sicó/Alvaiázere de Rede Natura 2000 e que abrange parcialmente o concelho de Ferreira do Zêzere.

▪ **Uso agrícola efetivo em áreas agrícolas.**

De acordo com o recenseamento agrícola de 2009, existiam no concelho 978 explorações agrícolas que ocupavam uma superfície agrícola utilizada de 2263 ha. Desta área, 1610 ha eram ocupados com culturas permanentes, nas quais o olival é bastante representativo, 340 ha correspondiam a terra arável e 245 ha correspondiam a pastagens permanentes.

Quadro 43. Explorações, segundo a utilização da SAL.

Ferreira do Zêzere	Área (ha)	%	N.º Explorações
Superfície Total	4302	100%	983
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	2263	52,6%	978
Terra arável	340	15,0%	457
Culturas permanentes	1610	473,5%	945
Pastagens permanentes	245	15,2%	106

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) 2009

De acordo com o quadro seguinte podemos verificar que, a freguesia de Areias é a que tem mais explorações agrícolas, resultando em grande medida de ser a freguesia com maior área e de ser

uma das mais povoadas. Note-se o facto, de a parte Ocidental do Concelho, constituída pelas freguesias de Chãos e Areias, albergarem cerca de 40% do total de explorações.

É, no entanto, necessário referir que as freguesias de Ferreira do Zêzere, Águas Belas, e Paio Mendes são as que apresentam uma maior área média da SAU, variando entre os 2,7ha e os 2,6ha, o que é indicador de um tipo de “cultura latifundiária” (à escala do Concelho), ou seja, de uma agricultura “industrializada”.

Os dados mencionados anteriormente e o conhecimento local do concelho, reforçam a tese de Ferreira do Zêzere ser, genericamente, um concelho polarizado: na parte Ocidental (Areias, Chãos e Pias) é predominantemente agrícola, enquanto na parte oriental se concentra a floresta de produção constituída por eucaliptos e pinheiros.

Quadro 44. N.º Explorações e SAU média por exploração.

Unidade Territorial	N.º Explorações	%	SAU média p/ Exploração(ha)
Águas Belas	98	10,0%	2,6
Areias	252	25,6%	2,3
Bêco	87	8,9%	2
Chãos	139	14,1%	2,4
Dornes	93	9,5%	2,2
Ferreira do Zêzere	84	8,5%	2,7
Igreja Nova do Sobral	78	7,9%	1,4
Paio Mendes	67	6,8%	2,6
Pias	85	8,6%	2,4
Concelho	983	100%	2,3

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) 2009

6.5.3. Análise SWOT

Quadro 45. Análise SWOT do FCD Património e Paisagem

PONTOS FORTES	Análise SWOT do FCD Património e Paisagem		PONTOS FRACOS
	Forças	Fracos	
	- Existência de património arquitetónico classificado - Grutas de Avecasta - Variedade e riqueza paisagística - Existência de sítios arqueológicos com diversidade topológica e cronológica - Existência de sítios arqueológicos com características para integrarem roteiros patrimoniais e serem alvo de valorização - Existência de património de arquitetura civil e religiosa inventariado - Povoação de Dornes e da Avecasta	- Inexistência de património classificado como de Interesse Municipal - Carência de ligação entre os diversos recursos turísticos (histórico-culturais-naturais) - Não existência de investimento em projetos de investigação relativo ao património arqueológico	

OPORTUNIDADES	▪ Valorização turística do património e paisagem ▪ Criação de rotas turísticas para valorização e divulgação dos valores naturais. ▪ Manutenção do mosaico diversificado da paisagem. ▪ Identificação e consciencialização da Paisagem como recurso. ▪ Criação de roteiros arqueológicos onde se destaque igualmente a paisagem onde se incluem ▪ Criação de roteiros temáticos relativos ao património arquitetónico e ao património etnográfico ▪ Desenvolvimento de projetos de investigação de arqueologia ▪ Identificação de património arquitetónico e arqueológico inéditos	▪ Execução de projetos que não cumpram as condicionantes arqueológicas vigentes na legislação em vigor e em pareceres técnicos para a salvaguarda do património arqueológico.	AMEAÇAS
---------------	---	--	---------

6.5.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e Tendências de evolução sem Plano

O concelho apresenta património com expressão significativa, que reapresentam espaços de promoção concelhia e de valorização do território. De uma forma geral, a permanência da situação existente irá limitar o concelho ao nível da valorização do património histórico e cultural, o património continuaria a não ser alvo de ações significativas de valorização, não assegurando de forma eficaz os objetivos e metas definidos no quadro de referência estratégico. Já no que se refere à componente paisagística, com a continuidade da atual situação de diminuição das atividades em espaço rural, de dispersão urbana, pela existência de intrusões na paisagem e aos incêndios florestais, perspetiva-se uma potencial ameaça à sustentabilidade paisagística do concelho.

6.5.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos

Opções Estratégicas:

- I.** Melhorar a qualidade do espaço urbano e ambiental no concelho por forma a potenciar uma relação mais equilibrada entre a paisagem humanizada e a paisagem natural;
- II.** Contenção da dispersão urbana através da clara delimitação e agregação do espaço urbano existente;
- III.** Reforço e colmatação da rede viária regional e intra-concelhia;
- IV.** Aposta numa oferta quantitativa e qualitativa de áreas industriais devidamente infraestruturadas bem como de serviços de apoio à atividade industrial;
- V.** Promover novos eixos de sustentabilidade dos espaços rurais e dos espaços urbanos garantindo um maior equilíbrio entre a exploração intensiva dos recursos agropecuários e florestais e uma valorização turística e lúdica dos recursos naturais e culturais presentes;
- VI.** Esforço no sentido de estabelecer um sistema eficiente de tratamento integrado dos efluentes e resíduos urbanos, rurais e industriais numa lógica de aproveitamento dos mesmos a nível concelhio e/ou a nível supralocal;
- VII.** Aproximação e integração da área abrangida pelo POACB como parte fundamental do modelo de desenvolvimento do concelho, através do aproveitamento turístico do rio Zêzere e das suas margens respeitando a sensibilidade ecológica da área e, em particular, a água que constitui uma das maiores reservas de abastecimento público de Portugal;

VIII.	Efetivo ordenamento e estabelecimento de um modelo organizativo e de gestão apropriado aos recursos florestais, como uma parte das condições necessárias à diminuição da área ardida;
IX.	Reforçar eixos de cooperação e de acordo institucional e desenvolver formas de participação da sociedade civil, através da sensibilização da comunidade para um modelo de desenvolvimento sustentável bem como, a promoção efetiva através de campanhas publicitárias das potencialidades e recursos do concelho;
X.	Reforçar as condições materiais (infraestruturas/equipamentos) e imateriais (organização e competências) favoráveis ao desenvolvimento educativo, social e cultural no concelho, contribuindo para a integração e a prevenção de fenómenos de exclusão social, económica e cultural e para o desenvolvimento de capacidades de expressão criativa e de integração numa sociedade cada vez mais ditada pelas novas tecnologias da informação e comunicação.

Quadro 46. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível do Património e Paisagem.

DOMÍNIO: Património arquitetónico e arqueológico		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	0	0
III	0	0
IV	0	0
V	0	0
VI	0	0
VII	0	0
VIII	0	0
IX	Promoção do património e recursos do concelho, sensibilizando para a preservação e valorização dos mesmos (+)	
X	Maior aproximação do público ao património, potenciando a sua preservação e valorização. (++)	
DOMÍNIO: Paisagem		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	Preservação da qualidade da paisagem (+)	
II	Preservação da qualidade da paisagem ao promover o ordenamento da expansão urbana, minimizando as intrusões visuais provocadas pela ocupação urbana dispersa em solo rural. (+)	
III		Efeitos negativos na paisagem se não forem acautelados os impactes negativos causados pela expansão da rede viária (-)
IV		Efeitos negativos na paisagem se não forem acautelados os impactes negativos causados pela expansão de zonas industriais (-)
V	0	0

VI	0	0
VII	A aposta no turismo de natureza apoiados nos recursos paisagísticos contribuirá para a sua preservação. (+)	A implementação destes empreendimentos turísticos pode provocar efeitos negativos na paisagem originados pela pressão turística (-)
VIII	O ordenamento florestal contribui para a preservação da qualidade da paisagem. (++) Prevenção da degradação paisagística causada pelos incêndios. (++)	
IX	Promoção dos valores paisagísticos concelhios, sensibilizando para a preservação e valorização dos mesmos (+)	
X	0	0

6.5.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

- Aumentar a reabilitação/reconversão do património construído e das edificações existentes face a nova construção, designadamente para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e de serviços.
- Adotar medidas para uma dinamização cultural mais vasta, que aborde outras valências culturais para além do património edificado, em função das suas características paisagísticas, agrícolas e rurais, rotas pedestres, pontos de observação ou de acesso a áreas históricas e arqueológicas.
- Efetuar a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios, considerando os de interesse municipal e pretendendo assegurar por este meio a sua manutenção e recuperação.
- Reforçar as atividades de grupos culturais já existentes com o objetivo de preservar hábitos e costumes.
- Dar continuidade à carta arqueológica carta arqueológica, tendo em conta que este é um documento que carece de atualização em contínuo.
- Monitorizar a conservação e preservação do património arquitetónico inventariado.
- Dinamizar e valorizar circuitos turísticos e culturais como forma de promoção dos valores culturais do concelho.
- Promover a divulgação do património arqueológico do concelho junto da comunidade (por exemplo, visitas guiadas a estações arqueológicas e exposições temporárias de arqueologia).
- Definição de condicionantes arqueológicas no âmbito dos licenciamentos e operações urbanísticas e florestais, emitidos pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere.

PAISAGEM

- Garantir a integração harmoniosa de empreendimentos turísticos e industriais, de forma a promover a preservação da natureza e da biodiversidade e a minimização dos impactes visuais na paisagem.
- Analisar a compatibilidade dos trilhos, caminhos e outras atividades de lazer com o espaço envolvente.

6.6. FCD – QUALIDADE AMBIENTAL

6.6.1. Descrição do FCD e os seus objetivos

A qualidade ambiental de uma região é um índice importante e determinante para a saúde humana e para o equilíbrio dos ecossistemas e, relacionado com os critérios de ordenamento do território, poderá contribuir para altos níveis de competitividade e desenvolvimento de uma região.

Assim o FCD – Qualidade Ambiental, permite avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, ruído, gestão de resíduos e proteção dos recursos hídricos e da eficiência energética.

Os principais critérios de avaliação e objetivos de sustentabilidade ambiental encontram-se listados no quadro seguinte, assim como os indicadores propostos para auxiliar o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar, sendo certo que esta análise se encontra balizada pelo tipo de informação disponível.

Quadro 47. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Qualidade Ambiental

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Qualidade Ambiental	Resíduos	Promover uma política adequada de gestão de resíduos.	- Capitação de RSU (Kg/Hab). - Taxa de separação de resíduos. (%) - Número de ecopontos. (nº)
		Valorizar os RSU produzidos no concelho.	- Taxa de reciclagem e valorização de resíduos. (%) - Taxa de deposição de resíduos em aterro. (%)
	Solo	- Garantir a preservação do recurso solo, em particular nas áreas ambientalmente vulneráveis. - Salvaguardar solos pedologicamente evoluídos e com capacidade produtiva. - Proteger a qualidade do solo e evitar a sua contaminação, tendo em conta as fraquezas detectadas. - Evitar a degradação e erosão dos solos tendo em conta uma das fraquezas detectada - zonas de elevado perigo de movimento de massas em vertentes. - Controlar a impermeabilização do solo.	- Evolução da ocupação do uso do solo rural. (descrição) - Solos de elevada aptidão agrícola. (descrição) - Normas de controlo da impermeabilização dos solos. (descrição)
	Água	Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos.	Variação da qualidade da água superficial e subterrânea. (descrição)

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
		Reduzir os níveis de poluição das águas subterrâneas e superficiais	- Áreas destinadas à proteção dos recursos hídricos (leitos dos cursos de água, cabeceiras, áreas de máxima infiltração, perímetros de proteção das captações de água). (descrição e mapa) - Volume de água residual tratada no concelho. (m³)
		Promover o bom estado da água para consumo humano	- Variação do consumo de água. (%) - Qualidade da água para consumo humano (numero de violações aos valores paramétricos). (%)
		- Promover um consumo eficiente e racional do recurso água. - Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento e substituição de redes.	- Consumo de água, por sector de atividade e por tipologia. (%) - Variação do número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água. (%) - Variação da percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento. (%)
	Ruído	- Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações. - Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço.	- Taxa de habitantes exposta a níveis de ruído superiores aos legalmente estabelecidos. (%) - Áreas concelhias incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista). (mapa)
	Ar	- Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública. - Reduzir a poluição do ar. - Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos.	- Índice de qualidade do ar. (gráfico com índice) - Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites. (nº) - Emissão de poluentes atmosféricos NOx, SOx, COVNM e NH3 (T/Km2). - N.º de empresas sujeitas ao CELE. (nº) - Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.).

6.6.2. Situação Existente e Análise tendencial

RESÍDUOS

▪ Capitação de RSU (Kg/Hab).

Os resíduos Urbanos (RU) do Município de Ferreira do Zêzere são geridos pela empresa Resitejo. Os dados de 2019 indicam que os residentes do Município geram 451 kg de resíduos urbanos por habitante, claramente abaixo da média nacional e da região Centro, ficando apenas acima da capitação da sub-região do Médio-Tejo (434 kg/hab).

O Quadro seguinte apresenta a capitação dos RSU gerado para as diferentes unidades territoriais.

Quadro 48. Resíduos urbanos gerados por habitante (kg/habitante).

	2014	2019	Variação
Continente	452	511	13,1
Centro	411	455	10,8
Médio Tejo	397	434	9,5
Ferreira do Zêzere	357	451	26,4

Fonte: Pordata, consultada em maio de 2021

No que diz respeito à variação temporal, Ferreira do Zêzere apresenta um aumento de 26,4% da capitação dos RSU, o dobro da variação verificada em Portugal Continental, e muito superior à variação constatada na região Centro e da sub-região Médio-Tejo.

▪ Taxa de separação de resíduos

O concelho de Ferreira do Zêzere tem uma taxa de separação seletiva de resíduos claramente superior a Portugal Continental, à região Centro e à sub-região Médio-Tejo, como se pode verificar pela análise do quadro seguinte.

Quadro 49. Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%).

	2014	2019	variação
Continente	14%	21%	+7
Centro	9%	16 %	+7
Médio Tejo	13%	17%	+4
Ferreira do Zêzere	20%	26%	+6

Fonte: Pordata, consultada em maio de 2021.

Em termos de evolução temporal, e no que diz respeito ao período entre 2014 e 2019, no concelho de Ferreira do Zêzere aumentou 6% de resíduos separados seletivamente, revelando uma boa performance ambiental.

▪ Número de ecopontos.

De acordo com os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística, em Ferreira do Zêzere, em 2015, existiam 83 ecopontos e 1 ecocentro.

▪ Taxa de reciclagem e valorização de resíduos

O quadro seguinte apresenta a massa total de resíduos recolhidos em Ferreira do Zêzere e o seu destino, em termos de valorização.

Entre 2011 e 2019, o concelho de Ferreira do Zêzere passou de uma situação em que 90% dos resíduos eram encaminhados para aterro, para uma situação em que a quase mais de metade dos resíduos são valorizados, seguindo 40,2% para aterro.

Quadro 50. Taxa de valorização de resíduos.

		Total (t)	Aterro	valorização energética	valorização orgânica	valorização multimaterial
			%	%	%	%
2019	Continente	4473268	51,2	18,2	18,0	12,5
	Centro	933895	51,5	4,6	30,0	14,0
	Médio Tejo	95451	53,9	2,2	18,8	25,1
	Ferreira do Zêzere	2970	40,2	0,0	7,6	52,2
2011	Continente	4888485	59,4	19,9	9,0	11,7
	Centro	976311	82,6	3,4	5,0	9,0
	Médio Tejo	99256	78,4	0,0	9,9	11,7
	Ferreira do Zêzere	3294	89,8	0,0	0,0	10,2

Fonte: Pordata, consultada em maio de 2021.

Comparativamente com a média nacional, onde mais de 50% dos resíduos são encaminhados para aterro, o concelho de Ferreira do Zêzere apresenta uma performance ambiental ligeiramente superior no que diz respeito à gestão de resíduos urbanos.

▪ Taxa de deposição de resíduos em aterro.

Entre o ano de 2011 e 2019 o concelho de Ferreira do Zêzere conseguiu diminuir drasticamente a deposição de resíduos em aterro. Este indicador denota um esforço notável, uma vez que em 2011 praticamente 90% dos resíduos eram encaminhados para aterro, em 2018, este valor passou a ser 40,2%.

Quadro 51. Proporção de resíduos depositados em aterro (%).

	2011	2019	variação
Continente	59,4	51,2	-8,2
Centro	82,6	51,5	-31,1
Médio Tejo	78,4	53,9	-24,5
Ferreira do Zêzere	89,8	40,2	-49,6

Fonte: Pordata, consultada em maio de 2021.

SOLOS

▪ Solos de elevada aptidão agrícola.

A análise da capacidade do uso de solo fornece informações relativamente às potencialidades e limitações dos solos, sendo possível aferir da aptidão agrícola dos solos.

A figura seguinte representa as classes de uso de solo existentes no concelho de Ferreira do Zêzere. De acordo com os dados referentes a Ferreira do Zêzere existem as seguintes classes de uso de solo:

- **Classe A** – Agrícola - Capacidade de uso muito elevada, com poucas ou nenhuma limitações, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros, suscetíveis de utilização intensiva ou de outras utilizações, suscetível de utilização agrícola intensiva.
- **Classe C** – Agrícola Condicionada - Capacidade de uso moderada, limitações acentuadas, riscos de erosão elevados, suscetíveis de utilização agrícola pouco intensiva e de outras utilizações.
- **Classe F** – Não Agrícola (Florestal) – solos com características de capacidade de utilização florestal.
- **Classe A+F** – Complexo Agrícola e Florestal – solos com características de capacidade de utilização complexas, com capacidade utilização agrícola complementada com utilização florestal.
- **Classe C+F** – Complexo Agrícola Condicionado e Florestal – solos com características de utilização complexas, com capacidade de utilização agrícola condicionada complementada com utilização florestal.
- **Rio, Lagoas e Albufeiras** – Corresponde à Albufeira de Castelo de Bode.

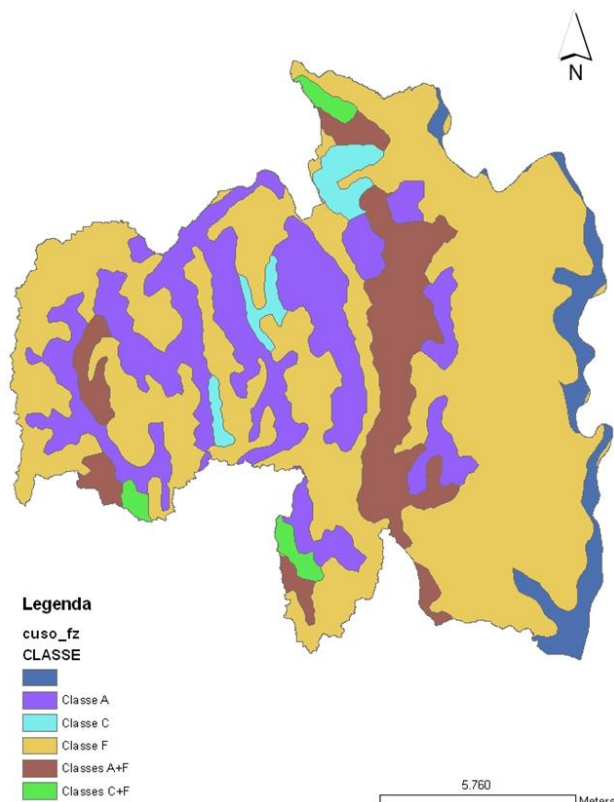


Figura 15. Classes de Capacidade de Uso de Solo.

Fonte: Adaptado de Atlas do Ambiente Digital – Instituto do Ambiente (Preparada com base em elementos coligidos no SROA, 1980)

- **Presença de depósitos ilegais de sucata e veículos em fim de vida.**

De momento não se conhecem instalações desta natureza em Ferreira do Zêzere.

- **Normas de controlo da impermeabilização dos solos.**

O município não contempla normas de impermeabilização de solos.

ÁGUA

- **Variação da qualidade da água superficial e subterrânea.**

Água superficial

A Albufeira de Castelo de Bode é uma albufeira de Águas Públicas Protegida e tem aprovado o seu Plano de Ordenamento (RCM 69/2003 de 10 de maio) que contempla no seu regulamento as atividades proibidas, autorizadas e condicionadas, na sua zona de proteção. Este estatuto de proteção dos recursos hídricos tem contribuído para a manutenção qualidade da água superficial, apesar de se estar a assistir a um decréscimo da mesma.

De acordo com o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), a rede nacional de avaliação da qualidade das águas superficiais tem um ponto de monitorização no concelho de Ferreira do Zêzere, a Estação da Zaboeira, na Albufeira de Castelo de Bode. No gráfico abaixo aparece a classificação da qualidade da água nesta estação entre 2004 e 2013.

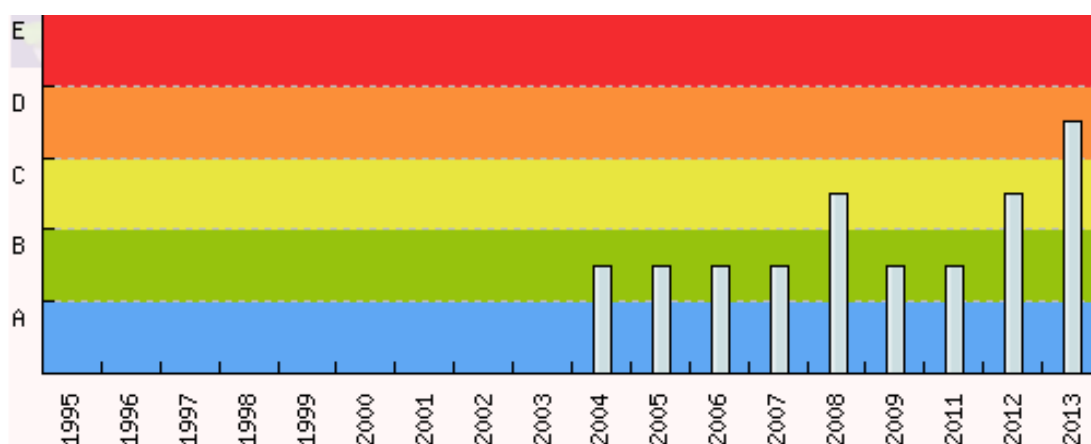


Figura 16. Classes de qualidade da água.

Como podemos observar pela análise do gráfico, em 6 de 9 avaliações a qualidade da água esteve na categoria B (Boa – satisfaz potencialmente todas as utilizações) mas apresentou uma tendência de pioria com 2 anos classificada como Razoável (C - águas com qualidade aceitável,

suficiente para irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso; no último ano que há registo disponível, a qualidade da água foi classificada como Má (D- Águas com qualidade medíocre, apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação).

Quadro 52. Classificação da qualidade da água e poluente responsável.

Ano	Classificação	Poluente responsável
2004	B	Coliformes totais, Carência química de oxigénio, Coliformes fecais e Estreptococos fecais
2005	B	Coliformes totais e Coliformes fecais
2006	B	Carência química de oxigénio e Estreptococos fecais
2007	B	Carência química de oxigénio
2008	C	pH
2009	B	Carência química de oxigénio, Coliformes totais, Coliformes fecais e Cobre
2011	B	Carência química de oxigénio, pH e Coliformes totais
2012	C	Azoto Kjeldahl
2013	D	Fenóis

Da análise do quadro anterior conclui-se que na maior parte dos anos a contaminação é de cariz biológico, resultantes de contaminação com efluentes domésticos ou provenientes da pecuária. A pior classificação monitorizada, no ano de 2013, é devida ao valor de fenóis na água. As fontes de fenóis nas águas superficiais são os efluentes industriais (indústrias de processamento da borracha, de colas e adesivos, de resinas, siderurgias, etc.).

A classificação da qualidade da água para usos múltiplos, realizada até 2013 foi descontinuada devido à implementação da Diretiva Quadro da Água, Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, transposta para a ordem jurídica nacional através da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, tendo como objetivo proteger as massas de água superficiais interiores, as massas de água costeiras, as massas de água de transição e as massas de água subterrâneas. No quadro seguinte são apresentados os estados das massas de água superficiais que abrangem o concelho de Ferreira do Zêzere, para os dois ciclos de PGRH.

Quadro 53. Estado das massas de água superficiais do concelho de Ferreira do Zêzere.

Massa de água superficial	Estado Global	
	1º Ciclo	2º Ciclo
Ribeiro das Quebradas (PT05TEJ0879)	Bom e Superior	Bom e Superior
Ribeiro da Cabreira (PT05TEJ0881)	Inferior a Bom	Inferior a Bom
Ribeira do Chão das Eiras (PT05TEJ0890)	Desconhecido	Bom e Superior
Rio Nabão (PT05TEJ0898)	Bom e Superior	Inferior a Bom
Albufeira Castelo de Bode (PT05TEJ0914)	Bom e Superior	Bom e Superior
Rio Nabão (PT05TEJ0917)	Desconhecido	Inferior a Bom

Fonte: APA, 2016.

Água subterrânea

De acordo com o Sistema Nacional de Informação de recursos hídricos, a qualidade da água subterrânea no concelho de Ferreira do Zêzere é monitorizada num ponto de água – Furo Vertical – Jampestres, em Chãos.

A classificação da qualidade da água subterrânea é efetuada de acordo com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto, baseando-se nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada pela CCDR, a que correspondem esquemas de tratamento tipo distintos, definidos para tornar a água apta para consumo humano (água potável):

A1 — tratamento físico e desinfecção.

A2 — tratamento físico e químico e desinfecção.

A3 — tratamento físico, químico de afinação e desinfecção.

(> A3 – a baixa qualidade da água pressupõe tratamentos mais fortes)

As classes definidas são estabelecidas de acordo com a avaliação de parâmetros físicos, físico-químicos, químicos, microbiológicos.

Consideraram-se aptas para poderem ser utilizadas como origem de água para a produção de água para consumo humano as águas subterrâneas que apresentem qualidade superior ou igual à da categoria A1.

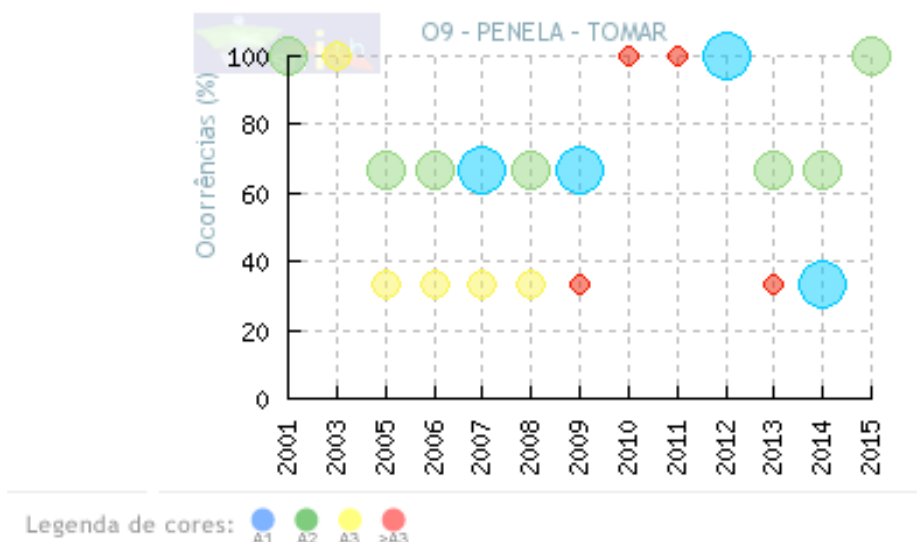


Figura 17. Gráfico com as classificações das análises à água subterrânea.

Pela análise da figura anterior conclui-se que a qualidade das águas subterrâneas em Jampestres apresenta alguma variabilidade, apesar de se verificar que os últimos dois anos disponíveis as análises efetuadas, estão nas categorias A1 e A2, as duas melhores categorias

de qualidade da água subterrâneas. No entanto houve anos, como 2010 e 2011 em que todas as análises efetuadas resultaram na classificação >A3 – má qualidade.

No quadro seguinte são apresentados os estados das massas de água subterrâneas que abrangem o concelho de Ferreira do Zêzere, para os dois ciclos de PGRH.

Quadro 54. Estado das massas de água subterrâneas do concelho de Ferreira do Zêzere.

Massa de água subterrânea	Estado Global	
	1º Ciclo	2º Ciclo
Maciço Antigo Indiferenciado Da Bacia Do Tejo (PTA0X1RH5)	Bom	Bom
Orla Ocidental Indiferenciado Da Bacia Do Tejo (PTO01RH5_C2)	Bom	Bom
Penela – Tomar (PTO9_C2)	Bom	Bom
Sicó – Alvaiázere (PTO11_C2)	Bom	Bom

Fonte: APA, 2016.

▪ Volume de água residual tratada no concelho

A figura seguinte apresenta a caracterização do sistema de saneamento de águas residuais em baixa.

Entidade Gestora:

CM de Ferreira do Zêzere

Praça Das Ferreiras, 2240-341 FERREIRA DO ZÊZERE

Tel. + 351 249 360 150, Fax + 351 249 360 169, E-mail geral@cm-ferreiradozezere.pt

Perfil da entidade gestora:

Modelo de gestão	Gestão direta (serviço municipal)
Entidade titular	CM de Ferreira do Zêzere
Composição acionista (%)	NA
Período de vigência do contrato	NA
Tipo de serviço	Em baixa
Utilizador do(s) sistema(s) em alta	Águas do Vale do Tejo, S.A.
Alojamentos servidos (n.º)	1374
Acessibilidade física do serviço através de redes fixas e meios móveis (%)	23
Tipologia da área de intervenção	Área predominantemente rural
Volume de atividade (m³/ano)	117.330
Utilização de águas residuais tratadas (%)	NA
Produção própria de energia (%)	0

Perfil do sistema de saneamento de águas residuais:

Estações de tratamento de águas residuais (n.º)	0
Fossas sépticas coletivas (n.º)	0
Licenciamento de descargas (%)	NA
Comprimento total de coletores (km)	48,1
Densidade de ramais (n.º de ramais/km de rede)	22
Comprimento total de coletores separativos de águas pluviais (km)	17,5
Estações elevatórias (n.º)	20
Descarregadores de emergência (n.º)	6
Emissários subterrâneos (n.º)	0
Índice de conhecimento infraestrutural (em 200)	124
Índice de gestão patrimonial de infraestruturas (em 200)	14
Índice de medição de caudais (em 200)	73



Figura 18. Perfil da entidade gestora – CM Ferreira do Zêzere e do sistema de saneamento de águas residuais em baixa, 2019.

Fonte: ERSAR, Fichas de Avaliação das Entidades Gestoras, 2019

Os dados relativos ao ano de 2019 indicam um volume de 117 330 m³ tratados por ano.

▪ Variação do consumo de água

O quadro seguinte apresenta o consumo por habitante para os anos de 2016 a 2019.

Quadro 55. Variação do consumo de água (m³/hab).

	2016	2017	2018	2019
Continente	62,6	64,5	62,0	64,0
Centro	58,4	60,7	58,9	60,9
Médio Tejo	65,7	66,3	62,9	64,7
Ferreira do Zêzere	59,5	65,0	57,2	56,1

Fonte: Pordata, consultada em maio de 2021.

A análise do quadro anterior demonstra que o consumo de água *per capita* no concelho de Ferreira do Zêzere encontra-se em linha com os valores verificados nas NUTS em que este se insere. Em 2019, o consumo de água por habitante no concelho foi de 56,1 m³, abaixo dos valores verificados ao nível nacional e nas NUTS.

▪ Qualidade da água para consumo humano (número de violações aos valores paramétricos)

O quadro seguinte apresenta o resultado das análises realizadas, entre 2004 e 2016, à água para consumo humano da rede pública de abastecimento.

Quadro 56. Qualidade (N.º de análises) da água para consumo humano

	Análises regulamentares obrigatórias	Análises realizadas obrigatórias	Análises em falta	Análises realizadas com valor paramétrico	Análises em cumprimento do valor paramétrico	Análises em incumprimento do valor paramétrico
2004	260	1529	0	974	943	31
2005	270	381	20	272	268	4
2006	345	350	0	271	269	2
2007	345	370	0	293	290	3
2008	332	372	0	289	287	2
2009	332	379	0	294	292	2
2010	366	376	0	291	284	7
2011	364	389	0	301	297	4
2012	328	334	0	262	260	2
2013	370	376	0	298	297	1
2014	330	333	0	262	260	2
2016	334	335	0	265	265	0

Como se pode verificar pela análise do quadro anterior, as análises em incumprimento têm diminuído ao longo dos anos, sendo que no último ano com dados disponíveis (2016) nenhuma análise ultrapassou os valores para métricos recomendados.

▪ **Variação do número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água.**

Segundo informação da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere o município não apresenta iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água, além das campanhas de sensibilização a nível escolar e na informação disponibilizada no site do município no separador “Sensibilização para o uso eficiente da água”. - <http://agua.ferreiradozezere.pt/>.

Segundo a autarquia são ainda de registar as iniciativas levadas a efeito no Dia Mundial do Ambiente e a aquisição de um módulo interativo sobre o Uso eficiente da água, disponível na página eletrónica do município em: <http://agua.ferreiradozezere.pt/>

▪ **Variação da percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento.**

Não existem sistemas de distribuição de água totalmente estanques, nem sistemas de medição de caudais 100% exatos, pelo que a ocorrência de perdas de água é inevitável. No entanto, perdas elevadas têm consequências económicas e ambientais muito negativas.

As perdas de água constituem uma das principais fontes de ineficiência das entidades gestoras de abastecimento de água e em 2009 a perda nos sistemas de abastecimento de águas em Portugal era de 25%. Segundo informação do Relatório Técnico do Plano de Gestão da Bacia Hidrográficas do Rio Tejo integrados na região hidrográfica 5 (julho de 2011), o valor médio de perdas de água nos sistemas de abastecimento dos concelhos abrangidos pela sua jurisdição, na qual se encontra Ferreira do Zêzere, é de 35%, valor bastante significativo comparado com a meta do PEAASAR de 15% (até 2020), constituindo uma enorme pressão sobre os recursos hídricos.

De acordo com a Ficha de Avaliação das Entidades Gestoras (2019) do Sistema de Abastecimento de Água da CM de Ferreira do Zêzere, disponibilizada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), as perdas reais de água daquele ano era de 4,1 m³/(km.dia), o que revela uma qualidade de serviço mediana.

RUÍDO

A Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere procedeu em 2007, à atualização do Mapa de Ruído Concelhio.

▪ **Taxa de habitantes exposta a níveis de ruído superiores aos legalmente estabelecidos.**

O relatório do Mapa de Ruído do Concelho de Ferreira do Zêzere não apresenta dados referentes à exposição da população aos diferentes níveis sonoros, contudo quanto mais próximo das principais fontes de ruído os recetores sensíveis (o edifício habitacional, escolar, hospital ou similar ou espaço de lazer, com utilização humana) estiverem, mais expostos estarão a níveis de ruído mais elevados.

Neste contexto, salienta-se que, dada a predominante ocupação territorial ao longo das vias, verifica-se, de uma forma generalizada, um maior impacte sonoro nos recetores sensíveis localizados ao longo das principais vias de tráfego rodoviário do plano.

▪ **Áreas concelhias incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista).**

As zonas de conflito correspondem, por definição, àquelas onde os níveis de ruído identificados no Mapa de Ruído ultrapassam os valores do ruído ambiente exterior a que as zonas sensíveis e as zonas mistas não podem ficar expostas, expressos pelos indicadores sonoros *Lden* e *Ln*.

As zonas de conflito correspondem, por definição, àquelas onde os níveis de ruído identificados no Mapa de Ruído ultrapassam os valores do ruído ambiente exterior a que as zonas sensíveis e as zonas mistas não podem ficar expostas, expressos pelos indicadores sonoros *Lden* e *Ln*.

Analisando a delimitação das zonas de conflito, estas encontram-se associadas à principal fonte de ruído, o tráfego rodoviário, nomeadamente, o ruído resultante do atravessamento da ex EN 348 (Av. 13 de junho / Rua Brigadeiro Lino Valente), do CM 1068 (Rua Dr. Guilherme Félix) e da EM 601 (Rua João da Costa), influenciando as áreas imediatamente adjacentes, consoante a classificação acústica estabelecida. Salienta-se que os conflitos identificados nas zonas mistas, são superiores aos valores limite de exposição definidos, apenas em 0 a 5 dB, destacando-se o período correspondente ao indicador *Lden*.

Já os conflitos identificados nas zonas sensíveis, são na sua maioria superiores aos valores limite de exposição definidos em 0 a 10 dB, com algumas franjas de 0 a 15 dB (no Centro de Recuperação Infantil de Ferreira do Zêzere, mas que não chegam a atingir o edifício). De igual forma, o indicador que se destaca em termos de conflitos é o correspondente ao indicador *Lden*., associado ao incómodo global. destas.

AR

▪ **Índice de qualidade do ar.**

Na zona do Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal estão localizadas as três estações rurais de fundo da RMQA LVT. Estas estações, afastadas de qualquer atividade poluidora importante

e de zonas densamente habitadas, permitem avaliar a exposição da população e dos ecossistemas à poluição atmosférica de fundo, nomeadamente a poluentes secundários como o O₃. As concentrações dos poluentes, registadas nestas estações, têm normalmente origem natural ou são devidas ao transporte a longa distância à escala regional.

O índice Anual que corresponde a uma percentagem do valor legal, e é calculado dividindo os resultados anuais obtidos para cada indicador anual em cada estação, pelo seu valor legal definido para cada indicador, obtendo-se um valor em percentagem que deve ser interpretado da seguinte forma: = 100% o resultado anual do indicador é igual ao valor legal; > 100% o resultado anual do indicador é superior ao valor legal, <100% o resultado anual do indicador é inferior ao valor legal. Por exemplo, um índice de 112% indica que o resultado anual para o indicador anual é 12% superior ao valor legal definido e um índice de 73% indica que o resultado do indicador anual é 73% do valor limite ou seja está 27% abaixo do valor legal definido.

A classificação da qualidade do ar de acordo com este indicador é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 57. Classificação da qualidade do ar.

Classificação da qualidade do ar	Mínimo	Máximo	Significado
Muito boa	<=50%		Valor muito inferior do valor legal
Boa	> 50%	<= 75%	Valor inferior do valor legal
Média	> 75%	<= 100%	Valor próximo do valor legal
Má	> 100%	<= 150%	Valor superior do valor legal
Muito Má	> 150%		Valor muito superior do valor legal

Quadro 58. Índice de qualidade do ar da zona na zona do Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal

Índice determinado pela pior estação da zona	PM10	NOx	O3	SO2	PM2,5	Pior Poluente
2016						
Chamusca	48%	20%	101%	7%	28%	101%
Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal	48%	20%	101%	7%	28%	101%
Fernando Pó		26%	98%	3%	36%	98%
Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal		26%	98%	3%	36%	98%
Lourinhã	46%	19%	88%		28%	88%
Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal	46%	19%	88%		28%	88%

Índice determinado pela pior estação da zona	PM10	NOx	O3	SO2	PM2,5	Pior Poluente
2015						
Chamusca	51%	22%	102%	6%	42%	102%
Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal	51%	22%	102%	6%	42%	102%
Fernando Pó	66%	30%	100%	2%	47%	100%
Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal	66%	30%	100%	2%	47%	100%
Lourinhã	50%	22%	95%			95%
Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal	50%	22%	95%			95%
2014						
Chamusca	53%	19%	103%	6%	30%	103%
Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal	53%	19%	103%	6%	30%	103%
Fernando Pó	53%	25%	99%	4%	25%	99%
Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal	53%	25%	99%	4%	25%	99%
Lourinhã	50%	20%	98%			98%
Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal	50%	20%	98%			98%

Da análise do quadro anterior verifica-se que na zona Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal o poluente responsável pelo índice de qualidade do ar é o ozono, atingindo sempre valores próximos ou superiores ao limite legal (qualidade do ar média ou má).

▪ Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites.

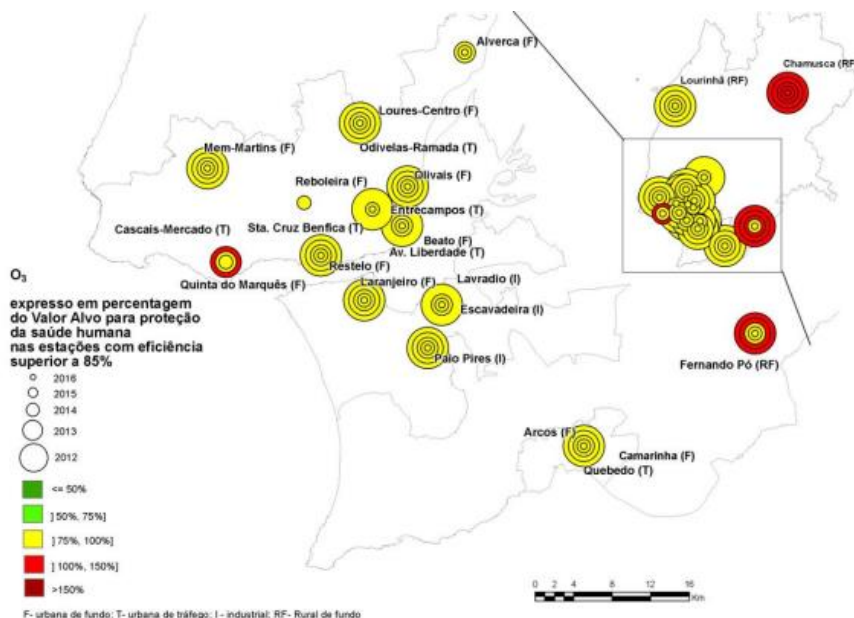


Figura 19. Ultrapassagens aos limites de qualidade do ar.

A análise da figura anterior permite concluir que as estações da Chamusca e Fernando Pó têm ultrapassagens frequentes aos valores limite para o ozono.

▪ **Emissão de poluentes atmosféricos NOx, SO2, COVNM e NH3 (T/Km2)**

Quadro 59. Emissões de poluentes (2017)

Atividade	Ano	NOx kt	COVNM kt	SOx kt	NH3 kt
Fogos florestais	2017	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Indústria e eletricidade	2017	0,0049	0,0745	0,0025	0,0002
Agricultura	2017	0,0321	0,1478	0,0002	0,6420
Resíduos	2017	0,0000	0,0005	0,0002	0,0004
Residencial e serviços	2017	0,0242	0,0137	0,0007	0,0016
Transportes	2017	0,0333	0,0055	0,0001	0,0009

▪ **N.º de empresas sujeitas ao CELE.**

O Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) é um mecanismo flexível previsto no contexto do Protocolo de Quioto, constituindo o primeiro instrumento de mercado intracomunitário de regulação das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). (www.apa.pt). No concelho de Ferreira do Zêzere não há empresas sujeitas ao CELE (sniamb.apambiente.pt).

▪ **Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.).**

Quadro 60. Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.)

	Continente	Centro	Médio Tejo	Ferreira do Zêzere
2011	0,571	0,657	1,548	0,75
2012	0,523	0,622	1,51	0,695
2013	0,512	0,618	1,503	0,519
2014	0,525	0,651	1,531	0,552
2015	0,541	0,679	1,392	0,551

Fonte: INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural

O consumo de combustível por habitante em Ferreira do Zêzere é semelhante ao consumo em Portugal continental, mas significativamente mais baixo que o consumo no médio Tejo.

6.6.3. Análise SWOT

Quadro 61. Análise SWOT do FCD Qualidade Ambiental.

PONTOS FORTES	▪ Baixa capitação dos resíduos urbanos ▪ Elevada taxa de separação seletiva de resíduos ▪ Baixa taxa de deposição de resíduos em aterro ▪ Boa qualidade da água da rede pública de abastecimento	▪ Consumo de água muito elevado ▪ Perdas de água muito elevadas ▪ Frequentes excedências ao valor limite de ozono no ar	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	▪ Elevada aptidão agrícola do solo	▪ Contaminação das águas superficiais e subterrâneas	AMEAÇAS

6.6.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e tendências de evolução sem Plano

No que diz respeito ao ambiente sonoro, este tende a evoluir positivamente na continuação do PDM em vigor, não por via das propostas do mesmo, mas pela legislação aplicável e que tem tornado cada vez mais exigente quer a localização de atividades residenciais, lúdicas e de equipamentos face às fontes emissoras de ruído (Regulamento Geral do Ruído).

A tendência de evolução em relação à qualidade do ar é a de manutenção dos níveis atualmente registado, que apresentam problemas apenas nas concentrações de ozono.

A tendência de evolução a nível dos recursos hídricos é de melhoria da situação atual, por aumento de cobertura da rede de drenagem e tratamento das águas.

No que diz respeito aos resíduos urbanos, e sem implementação do plano, pensa-se que este sector continuará a ter um bom desempenho no município.

6.6.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos

Opções Estratégicas:

- I.** Melhorar a qualidade do espaço urbano e ambiental no concelho por forma a potenciar uma relação mais equilibrada entre a paisagem humanizada e a paisagem natural;
- II.** Contenção da dispersão urbana através da clara delimitação e agregação do espaço urbano existente;
- III.** Reforço e colmatação da rede viária regional e intra-concelhia;
- IV.** Aposta numa oferta quantitativa e qualitativa de áreas industriais devidamente infraestruturadas bem como de serviços de apoio à atividade industrial;
- V.** Promover novos eixos de sustentabilidade dos espaços rurais e dos espaços urbanos garantindo um maior equilíbrio entre a exploração intensiva dos recursos agropecuários e florestais e uma valorização turística e lúdica dos recursos naturais e culturais presentes;

VI.	Esforço no sentido de estabelecer um sistema eficiente de tratamento integrado dos efluentes e resíduos urbanos, rurais e industriais numa lógica de aproveitamento dos mesmos a nível concelhio e/ou a nível supralocal;
VII.	Aproximação e integração da área abrangida pelo POACB como parte fundamental do modelo de desenvolvimento do concelho, através do aproveitamento turístico do rio Zêzere e das suas margens respeitando a sensibilidade ecológica da área e, em particular, a água que constitui uma das maiores reservas de abastecimento público de Portugal;
VIII.	Efetivo ordenamento e estabelecimento de um modelo organizativo e de gestão apropriado aos recursos florestais, como uma parte das condições necessárias à diminuição da área ardida;
IX.	Reforçar eixos de cooperação e de acordo institucional e desenvolver formas de participação da sociedade civil, através da sensibilização da comunidade para um modelo de desenvolvimento sustentável bem como, a promoção efetiva através de campanhas publicitárias das potencialidades e recursos do concelho;
X.	Reforçar as condições materiais (infraestruturas/equipamentos) e imateriais (organização e competências) favoráveis ao desenvolvimento educativo, social e cultural no concelho, contribuindo para a integração e a prevenção de fenómenos de exclusão social, económica e cultural e para o desenvolvimento de capacidades de expressão criativa e de integração numa sociedade cada vez mais ditada pelas novas tecnologias da informação e comunicação.

Quadro 62. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível da Qualidade Ambiental

DOMÍNIO: Resíduos		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	0	0
III	0	0
IV	Esta opção promove a infraestruturização das áreas industriais e permite uma melhor gestão dos resíduos urbanos (++)	Aumento da produção de resíduos resultante do aumento da atratividade industrial concelhia. (-)
V	0	0
VI	Contribuirá para a melhoria da rede de recolha e tratamento de resíduos, pois qualquer investimento a se concretizar necessita de infraestruturas (+)	
VII		A maior dinâmica turística resulta numa maior produção de resíduos (-)
VIII	0	0
IX	As campanhas de sensibilização para um modelo de desenvolvimento sustentável incentivarão a minimização da produção de resíduos e a recolha seletiva dos mesmos. (+)	
X	Esta opção contribui para o reforço das infraestruturas. (++)	
DOMÍNIO: Solo		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I		
II		

III		
IV		
V		
VI		
VII		
VIII		
IX		
X		
DOMÍNIO: Ruído		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto permite menor necessidades de deslocações automóveis, com redução das emissões de ruído. (+)	
III	Redução dos níveis de ruído por ações de beneficiação da rede (+)	A melhoria da rede viária e a construção de novas infraestruturas viárias poderão fomentar a utilização do transporte individual, agravando a poluição sonora. (--)
IV	Limitação dos impactes do ruído por localização das atividades industriais em áreas industriais existente ou a criar. (-)	Aumento do tráfego de pesados para as áreas industriais. (--)
V	0	0
VI	0	0
VII	0	0
VIII	0	0
IX	As campanhas de sensibilização para um modelo de desenvolvimento sustentável incentivarão a minimização do uso do transporte individual. (+)	
X	0	0
DOMÍNIO: Água		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	0	0
III	0	0

IV	A oferta de áreas industriais devidamente infraestruturadas permite a diminuição de descargas indevidas de poluentes industriais no meio hídrico e no solo (++)	Efeitos negativos na proteção e conservação dos recursos hídricos resultante da atividade industrial, se está não adotar sistemas ambientais eficazes para o tratamento de resíduos e efluentes (-)
V	0	0
VI	0	0
VII	Grande parte dos recursos hídricos no município estão associados ao património natural e paisagem, pelo que a sua salvaguarda, proteção e valorização terá consequências positivas ao nível da proteção dos recursos hídricos. (++)	Efeitos negativos na proteção e conservação dos recursos hídricos resultante da atividade turística, se está não adotar sistemas ambientais eficazes para o tratamento de resíduos e efluentes (-)
VIII	0	0
IX	Promoção dos recursos do concelho a nível local e global, sensibilizando para a preservação e valorização dos mesmos. (+)	
X	0	0
DOMÍNIO: Ar		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto permite menor necessidades de deslocações automóveis, com redução das emissões de poluentes. (+)	
III	Melhoria da qualidade do ar por resolução de locais de congestionamento de tráfego e aumento da fluidez dos fluxos de atravessamento. (+)	A melhoria da rede viária e a construção de novas infraestruturas viárias poderão fomentar a utilização do transporte individual, agravando aumentando a emissão de poluentes. (--)
IV		Efeitos negativos na qualidade do ar devido ao aumento das emissões de gases poluentes devido a intensificação das atividades industriais. (-)
V	0	0
VI	0	0
VII		Efeitos negativos na qualidade do ar devido ao aumento das emissões de gases poluentes devido a intensificação das atividades turísticas. (-)
VIII	Promoção da qualidade do ar através da proteção das áreas florestais (sumidouros de carbono).(++) Diminuição das emissões atmosféricas decorrentes dos incêndios florestais. (+)	
IX	As campanhas de sensibilização para um modelo de desenvolvimento sustentável incentivarão a minimização do uso do transporte individual. (+)	
X	0	0

6.6.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano

AR

- Melhoria dos sistemas de transportes públicos
- Concentração nos espaços industriais, das unidades potencialmente geradoras de tráfego pesado.
- Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que além de beneficiar o ambiente urbano, em termos de qualidade do ar, também melhora a comodidade acústica e a vivência urbana.
- Realizar campanhas de sensibilização para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.
- Incentivar as indústrias locais na redução da poluição do ar, através da instalação de sistemas de controlo de emissão de poluentes;
- Monitorizar periodicamente as fontes poluidoras.

RESÍDUOS

- Incentivo ao funcionamento das indústrias em “círculo”, promovendo a reutilização e reciclagem de produtos e matérias-primas.
- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos.
- Assegurar que os novos equipamentos públicos, indústrias e empreendimentos turísticos incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do tratamento dos resíduos gerados;
- Monitorizar regularmente as zonas de depósitos dos resíduos, a fim de evitar o risco de incêndio;
- Desenvolver um sistema de recolha de resíduos agrícolas que permitam um destino e tratamento adequado.

RUÍDO

- Sempre que possível, proceder-se ao estabelecimento de barreiras acústicas recorrendo à utilização de árvores e arbustos de espécies adequadas, uma vez que estes cumprem a dupla função de barreira acústica e de sumidouro de dióxido de carbono.
- Concentração nas zonas industriais, das unidades potencialmente geradoras de elevados níveis de ruído.

- Redefinição das frentes de expansão urbana, na sua articulação espacial com fontes emissoras de poluição sonora.
- Preservar zonas sensíveis e mistas com níveis sonoros regulamentares.
- Desenvolver e implementar um sistema de monitorização de ruído nas zonas urbanas mais sensíveis.
- Adotar medidas para a minimização da emissão de ruído originadas pela indústria e pelo tráfego de veículos pesados associado

ÁGUA

- Assegurar que os novos equipamentos públicos, indústrias e empreendimentos turísticos, incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes, do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados.
- Identificar e resolver as causas de perdas na rede de abastecimento de água.
- Delimitação das zonas de proteção das captações de água para consumo humano e definição das atividades que se podem realizar nas zonas de proteção.
- Promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo.
- Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes e a construir no concelho.
- Adotar medidas conducentes à resolução de problemas de salubridade e contaminação em locais de edificação dispersa.
- Combate as descargas de águas residuais clandestinas de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos.
- Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação dos recursos hídricos.
- Promover a proteção e preservação dos recursos hídricos do concelho (superficiais e subterrâneos).
- Medidas que visem a preservação das linhas de água e respetivas margens, mais especificamente a promoção do desenvolvimento de vegetação ripícola,
- Utilização de água residual tratada proveniente de estações de tratamento de águas residuais urbanas, em usos que se considerem viáveis, nomeadamente, na lavagem de pavimentos urbanos e de veículos, na limpeza de coletores e na rega de espaços verdes.
- Monitorizar a qualidade da água superficial e subterrânea.

- Prever a existência de um sistema de drenagem de águas pluviais;
- Promover técnicas de implementação de povoamentos florestais minimizadoras de erosão e de proteção de nascentes e linhas de água;

SOLO

- Promover o estudo dos solos contaminados;
- Fomentar a proteção, recuperação e valorização dos solos degradados não só pelas más práticas agrícolas, bem como pela florestação intensiva de pinhal e eucaliptal;

6.7. FCD – ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

6.7.1. Descrição do FCD e os seus objetivos

Valorização da eficiência energética e desenvolvimento de instrumentos de mitigação e adaptação às alterações climáticas em função da sensibilidade e vulnerabilidade do território e saúde humana às mesmas.

Quadro 63. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Energia e Alterações Climáticas

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Energia e Alterações Climáticas	Energia	- Aumento da Eficiência Energética. - Utilização Racional de Energia.	- Variação do consumo de energia elétrica por edifício e por habitante. (kWh/ hab.) - Variação do consumo de energia elétrico por tipo de consumo. (kWh) - Número de edifícios concelhios com certificação energética. (nº) - Medidas para promover a eficiência energética dos edifícios públicos. (descrição)
		Utilização de Fontes de Energia Renovável.	- Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis (MWh). - Utilização efetiva de energias renováveis no município. (MWh).
	Alterações Climáticas	Reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).	- Quantidade de GEE (quilotonelada de CO₂ equivalente). - Consumo de gás natural. (MWh). - Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.).

6.7.2. Situação Existente e Análise tendencial

ENERGIA

- **Variação do consumo de energia elétrica por edifício e por habitante.**

No quadro seguinte apresenta-se a variação do consumo doméstico de energia elétrica.

Quadro 64. Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.)

	Continente	Centro	Médio Tejo	Ferreira do Zêzere
2011	1316,7	1253,4	1294,6	1360,6
2012	1239,4	1191,4	1215,5	1286,9
2013	1188,3	1154,9	1172,3	1253,6
2014	1153,3	1130,4	1143,2	1225,2
2015	1167,2	1147,8	1158,7	1262,3

Fonte: INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural

Ferreira do Zêzere apresenta um consumo doméstico de energia elétrica superior à média de Portugal Continental, da região centro e do Médio Tejo. De notar que existiu uma tendência positiva de diminuição do consumo entre 2011 e 2015.

▪ **Variação do consumo de energia elétrico por tipo de consumo.**

O quadro seguinte apresenta a variação entre 2010 e 2015 do consumo de energia elétrica, por tipologia de consumo.

Quadro 65. Consumo de energia elétrica (kWh) por tipo de consumo

		Continente	Centro	Médio Tejo	Ferreira do Zêzere
2010	Total (kWh)	48839223160	12962834679	1101528929	39530223
	Doméstico (%)	28,6	23,8	28,0	30,8
	Não doméstico (%)	23,1	16,2	18,0	15,1
	Indústria (%)	36,8	48,3	37,8	25,5
	Agricultura (%)	2,0	2,5	3,9	20,1
	Iluminação das vias públicas (%)	3,2	3,6	3,4	4,7
	Iluminação interior de edifícios do Estado (%)	5,5	4,6	5,8	3,7
	Outros (%)	1,0	1,0	3,2	0,0
2015	Total (kWh)	45327695779	12088016929	1027325476	36415356
	Doméstico (%)	25,3	21,4	24,1	28,4
	Não doméstico (%)	26,0	18,7	22,1	21,4
	Indústria (%)	38,1	49,4	39,8	25,7
	Agricultura (%)	1,8	1,9	2,7	17,0
	Iluminação das vias públicas (%)	3,0	3,4	3,5	4,5
	Iluminação interior de edifícios do Estado (%)	5,1	4,6	5,1	3,0
	Outros (%)	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia eléctrica e gás natural

Comparativamente com as outras áreas analisadas Ferreira do Zêzere tem um consumo elevado de energia elétrica no setor da agricultura, e baixo no sector industrial.

▪ **Número de edifícios concelhios com certificação energética**

No distrito de Santarém, no ano 2017 foi emitidos 6265 certificados energéticos, reforçando uma tendência muito significativa de aumento de emissão destes certificados. A tendência em Ferreira do Zêzere deverá ser semelhante à tendência do distrito.

▪ **Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis (MWh).**

Quadro 66. Quota da produção bruta de energia elétrica (%) por tipo de produção de eletricidade.

	Total	Eólica	Geotérmica	Hídrica	Térmica	Fotovoltaica
Continente	100	23,82	0	29,65	46,02	0,51
Centro	100	35,47	0	17,13	47,39	0,01
Médio Tejo	100	4,33	0	22,49	73,17	0,01

Fonte: INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural

No Médio Tejo 73% da produção de energia elétrica é de origem térmica, 22% é de origem hídrica, e 4% é eólica.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

▪ **Emissões de gases com efeito de estufa (GEE)**

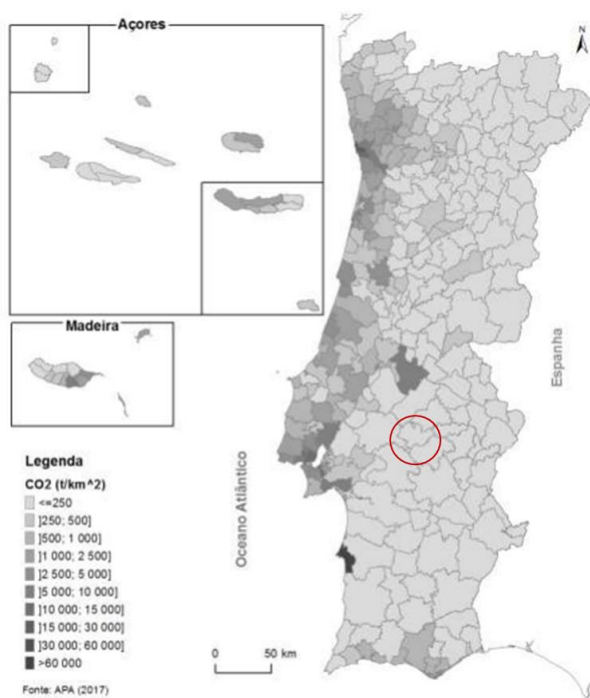


Figura 20. Emissões de CO₂ por concelho (2015).

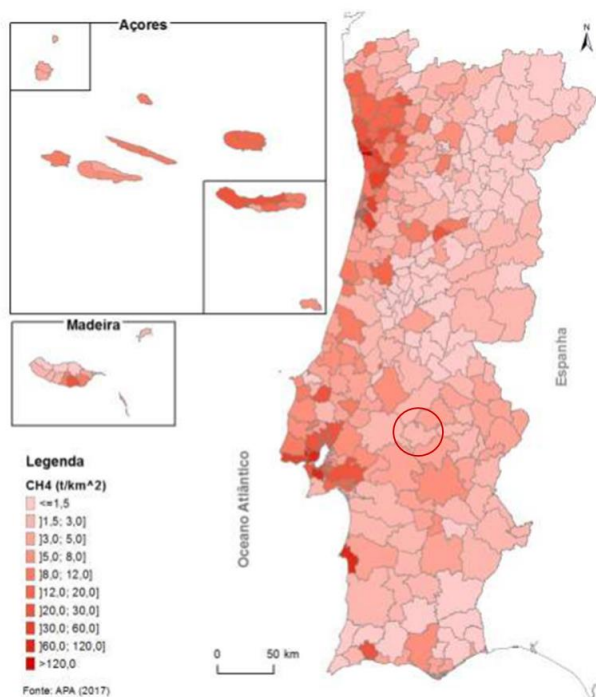


Figura 21. Emissões de CH₄ por concelho (2015).

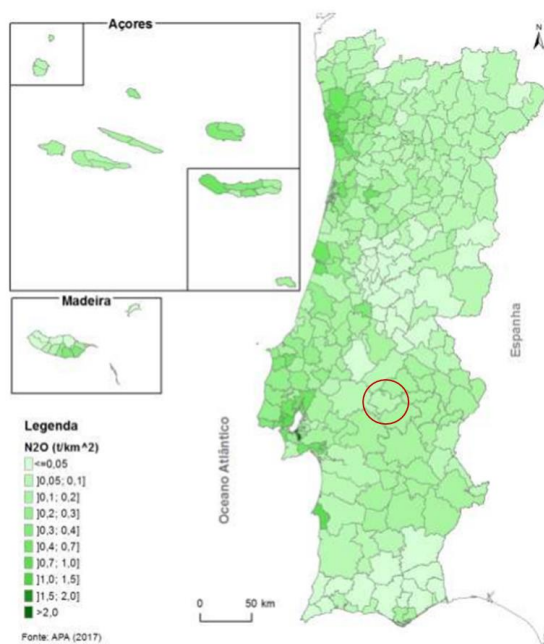


Figura 22. Emissões de N₂O por concelho (2015).

A análise das emissões dos principais gases com efeito de estufa emitidos demonstra que o concelho de Ferreira do Zêzere tem emissões em área abaixo da média nacional, principalmente no que diz respeito a CO₂ e CH₄.

▪ **Consumo de gás natural.**

Segundo o INE, em Ferreira do Zêzere não há consumo de gás natural (os dados mais atuais reportam a 2015).

6.7.3. Análise SWOT

Quadro 67. Análise SWOT do FCD Energia e Alterações Climáticas

PONTOS FORTES	▪ Baixas emissões de gases com efeito de estufa	▪ Consumo doméstico de energia elétrica superior à média	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	▪ Desenvolvimento e implementação de uma Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas	▪ Inexistência de fornecimento de gás natural ▪ Inexistência de medidas de adaptação às alterações climáticas	AMEAÇAS

6.7.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e Tendências de evolução sem Plano

Os indicadores levantados no âmbito deste critério demonstram uma tendência decrescente do consumo energético, nomeadamente ao nível da Indústria e setor doméstico, contudo o município apresenta valores de consumo por habitante superior ao valor do continente, o que potencia os riscos económicos e ambientais associados à dependência de combustíveis fósseis com consequente afastamento dos objetivos de sustentabilidade descritos no Quadro de Referência Estratégico.

Na ausência de revisão do Plano continuaria o estado atual, em relação a medidas de planeamento que promovam a racionalização e eficiência energética e a medidas de aproveitamento de fontes de energia renovável (biomassa, hídrica e solar)

O concelho não tem uma estratégia de Adaptação às Alterações climáticas, e, na ausência de intervenção não se prevê que mude esta tendência.

6.7.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos

Opções Estratégicas:

- I.** Melhorar a qualidade do espaço urbano e ambiental no concelho por forma a potenciar uma relação mais equilibrada entre a paisagem humanizada e a paisagem natural;
- II.** Contenção da dispersão urbana através da clara delimitação e agregação do espaço urbano existente;
- III.** Reforço e colmatação da rede viária regional e intra-concelhia;
- IV.** Aposta numa oferta quantitativa e qualitativa de áreas industriais devidamente infraestruturadas bem como de serviços de apoio à atividade industrial;
- V.** Promover novos eixos de sustentabilidade dos espaços rurais e dos espaços urbanos garantindo um maior equilíbrio entre a exploração intensiva dos recursos agropecuários e florestais e uma valorização turística e lúdica dos recursos naturais e culturais presentes;
- VI.** Esforço no sentido de estabelecer um sistema eficiente de tratamento integrado dos efluentes e resíduos urbanos, rurais e industriais numa lógica de aproveitamento dos mesmos a nível concelhio e/ou a nível supralocal;
- VII.** Aproximação e integração da área abrangida pelo POACB como parte fundamental do modelo de desenvolvimento do concelho, através do aproveitamento turístico do rio Zêzere e das suas margens respeitando a sensibilidade ecológica da área e, em particular, a água que constitui uma das maiores reservas de abastecimento público de Portugal;
- VIII.** Efetivo ordenamento e estabelecimento de um modelo organizativo e de gestão apropriado aos recursos florestais, como uma parte das condições necessárias à diminuição da área ardida;
- IX.** Reforçar eixos de cooperação e de acordo institucional e desenvolver formas de participação da sociedade civil, através da sensibilização da comunidade para um modelo de desenvolvimento sustentável bem como, a promoção efetiva através de campanhas publicitárias das potencialidades e recursos do concelho;
- X.** Reforçar as condições materiais (infraestruturas/equipamentos) e imateriais (organização e competências) favoráveis ao desenvolvimento educativo, social e cultural no concelho, contribuindo para a integração e a prevenção de fenómenos de exclusão social, económica e cultural e para o desenvolvimento de capacidades de expressão criativa e de integração numa sociedade cada vez mais ditada pelas novas tecnologias da informação e comunicação.

Quadro 68. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível das Alterações Climáticas e Energia

DOMÍNIO: Energia		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	0	0
III	0	0
IV	Gestão ambiental do espaço industrial promovendo a implementação de medidas de ecoeficiência, racionalização energética, introdução de tecnologias limpas ou renováveis de produção energética. (++)	Aumento do consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis devido a maior atratividade industrial concelhia. (-)
V	0	0
VI	0	0
VII		Aumento do consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis devido a maior atratividade turística concelhia. (-)
VIII	Aproveitamento da biomassa florestal para a produção de energia. (+)	

IX	As campanhas de sensibilização para um modelo de desenvolvimento sustentável incentivarão a minimização dos consumos energéticos e a aplicação de medidas de eficiência energética. (+)	
X	0	0
DOMÍNIO: Alterações climáticas		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	Diminuição das emissões do transporte rodoviário por menor utilização automóvel, fruto da concentração do espaço urbano (+)	
III	0	0
IV		Aumento da emissão de gases com efeito de estufa devido a maior atratividade industrial concelhia. (-)
V	0	0
VI	0	0
VII	Diminuição das áreas ardidas. (+)	
VIII	0	0
IX	As campanhas de sensibilização para um modelo de desenvolvimento sustentável incentivarão a minimização dos consumos energéticos e a aplicação de medidas de eficiência energética. (+)	
X	0	0

6.7.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Definir e implementar uma Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas, ao nível municipal, ou intermunicipal.

ENERGIA

- Promover a eficiência e certificação energética dos edifícios municipais.
- Promover uma iluminação pública mais eficiente.
- Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético concelhio.

- Promover o aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis.

6.8. RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

6.8.1. Descrição do FCD e os seus objetivos

A gestão de risco é um processo contínuo e dinâmico e deve identificar e avaliar os riscos associados às diferentes atividades desenvolvidas. A tomada de medidas adequadas para gerir os riscos e, consequentemente, prevenir ou reduzir o impacto de potenciais acidentes ou situações de emergência deve assumir elevada importância em qualquer processo de gestão.

A situação geográfica e as características geológicas e climáticas de Portugal, tendo em consideração o contexto atual das alterações climáticas, exigem uma gestão preventiva dos diversos riscos naturais e antrópicos.

Decorrente das diferentes ações que o Homem tem sobre o Ambiente, a previsão e prevenção de riscos ambientais deverá ser um dos fatores cruciais na análise e avaliação dos diferentes planos territoriais ou das propostas de projetos.

Na presente proposta de revisão do PDM face às características da região em avaliação, o FCD – Riscos Naturais resultará da análise de diferentes domínios de avaliação específicos que correspondem a diferentes situações de risco, nomeadamente: incêndio, cheias e inundações, erosão e desertificação, as alterações climáticas e eficiência energética.

No domínio do FCD – Riscos Naturais identificaram-se, no quadro seguinte, os critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar.

Quadro 69. Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Riscos Naturais e Tecnológicos.

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Riscos Naturais e Tecnológicos	Cheias	Gestão das áreas inundáveis.	- Ocorrência de situações de cheias/inundações (mapa e área) - Identificação das áreas em risco de cheia/inundação. (mapa e área) - Meios para alerta de cheias/inundação. (descrição)
	Incêndios	- Valorização dos espaços florestais. - Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e em edifícios.	- Área ardida. (ha) - Número de ocorrências de incêndios. (nº) - Identificação das áreas com risco de incêndio elevado e muito elevado. (mapa e área) - Número de ações realizadas no âmbito da prevenção de incêndios florestais previstas no PMDFCI. (nº)
		Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas.	- Corporações de bombeiros existentes no Concelho. (nº) - Número de simulacros efetuados aos planos de Emergência. (nº)
	Erosão	Controlar os processos de erosão do solo.	- Identificação de áreas suscetíveis. (mapa) - Precipitação. (mapa) - Topografia do terreno. (ha)

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
	Riscos Tecnológicos	- Diminuir os efeitos resultantes de acidentes com matérias perigosas. - Diminuição do número de incêndios industriais. - Diminuição da área ocupada por indústrias em zonas habitacionais.	- Medidas de salvaguarda das áreas de potencial risco. (nº) - Número de acidentes com transportes de matérias perigosas. (nº) - Área ocupada por indústrias em zonas habitacionais. (ha) - Número de unidades industriais, abrangidas pelo Jurídico da Prevenção de Acidentes Graves (Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto). (nº)

6.8.2. Situação Existente e Análise tendencial

CHEIAS E INUNDAÇÕES

▪ Identificação das áreas em risco de cheia/inundação

Na região do OVT foram identificados 745 km² de área inundável, 1010 km de troços fluviais sujeitos a cheias rápidas e 450 pontos críticos correspondentes a áreas edificadas sujeitas ao risco de inundação. No território de Ferreira do Zêzere encontram-se localizados alguns troços críticos bem como dois pontos críticos, conforme se pode verificar na figura seguinte.

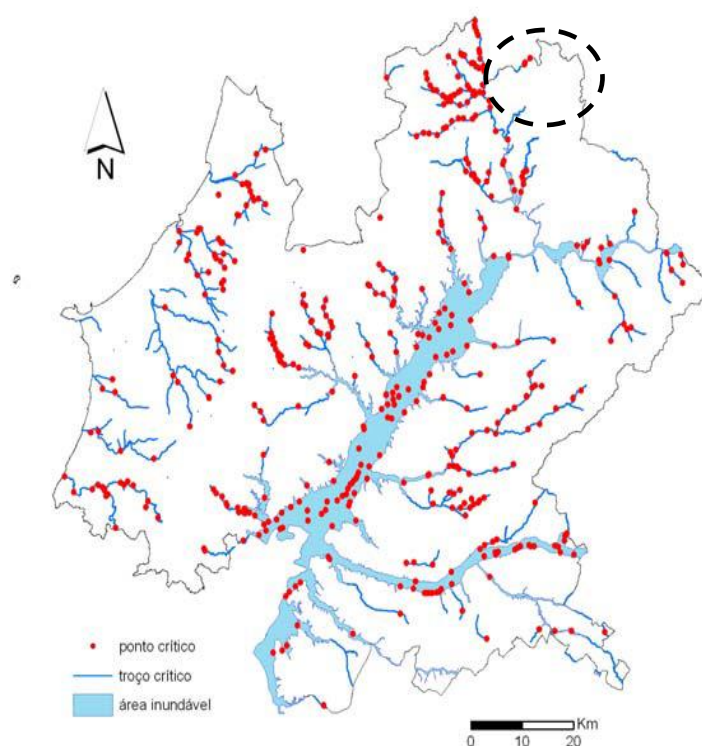


Figura 23. Perigo de cheia e de inundação na região do Oeste e Vale do Tejo.

Fonte: Riscos e Proteção Civil, Diagnóstico Estratégico - Visão do PROT OVT, 2008

Identificam-se assim, como troços críticos a Ribeira de Murta e a Ribeira de Pias e pontos críticos os aglomerados localizados nas margens da Ribeira da Murta (Rego da Murta).

No território do OVT a situação com maior potencial de risco corresponde à barragem de Castelo do Bode, cuja capacidade de armazenamento ascende a 900.500.000 m³. O território de Ferreira do Zêzere é limitado em todo o seu limite oriental pela Albufeira de Castelo de Bode, a qual é abrangido por plano regulamentar próprio, contudo como a barragem se situa a jusante em caso que rutura não deverá ter grande impacto em Ferreira do Zêzere em termos de inundação mas sim estar mais relacionada com a erosão hídrica e o consequente empobrecimento do solo. Por seu turno o perigo de inundação poderá vir de mais a montante pela rutura da barragem do Cabril e/ou da Bouça que se situa entre o Cabril e Castelo de Bode.

▪ Meios para alerta de cheias /inundações

De acordo com o Plano Municipal de Emergência, a informação e publicitação das situações de alerta são efetuadas através dos seguintes meios de comunicação:

- Ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém (CDOS) pelo meio mais rápido disponível, seguido de envio formal de Relatório Imediato (RELIM)
- À população:
 - Rádio local de Ferreira do Zêzere.
 - Rádio local de Cernache do Bonjardim.
 - Rádios locais de Tomar.
 - Órgãos de comunicação social regional de imprensa escrita.
 - Sítio de Internet do Município e redes sociais.
 - Editais e Avisos nos locais de estilo.
 - Comunicação via telecópia e/ou correio eletrónico aos agentes de proteção civil da área do município, às Freguesias e à estrutura distrital de proteção civil.
 - Por serviço de SMS móvel para grupos pré-definidos.

INCÊNDIOS

▪ Área ardida

No quadro seguinte apresentam-se as estatísticas da área ardida no concelho de Ferreira do Zêzere.

Quadro 70. Variação da área ardida (ha) em Ferreira do Zêzere.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Portugal	x	x	x	x	x	x	x
Continente	160 388	22 820	67 200	167 807	539 921	44 578	42 084
Centro	48 073	8 385	26 805	40 185	424 960	3 179	20 126
Médio Tejo	309	173	2 106	2 685	61 171	199	11 461
Ferreira do Zêzere	1	121	2	4	3 580	2	0

Fonte: INE

A análise do quadro anterior demonstra que existe uma grande variabilidade nos valores da área ardida, de ano para ano, no concelho de Ferreira do Zêzere. Do período em análise, 2017 foi o ano com maior área ardida no concelho, sumariando um total de 3 580 ha.

▪ **Identificação das áreas com risco de incêndio elevado e muito elevado.**

Ferreira do Zêzere é um território com elevada propensão para a ocorrência de incêndios florestais, sendo um fenómeno frequente no concelho. O Risco de Incêndio, cuja informação advém das classes de perigosidade definidas no Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) elaborado em março de 2020 e finda o seu período de vigência em 2029, está apresentado na figura seguinte.

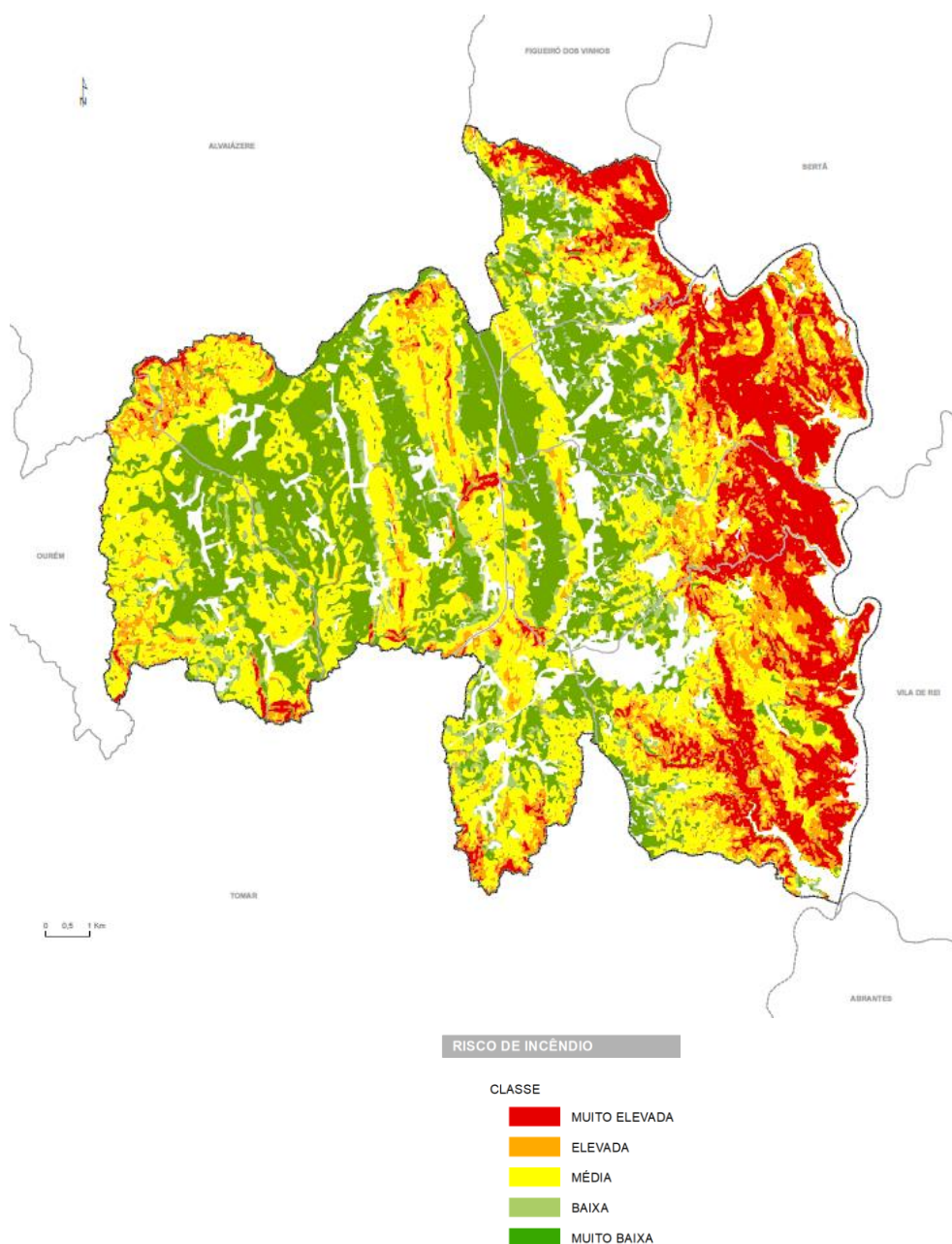


Figura 24. Risco de Incêndio Florestal

Fonte: PMDFCI, 2020.

- **Número de ações realizadas no âmbito da prevenção de incêndios florestais previstas no PMDFCI.**

Segundo a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, anualmente, e em média, realizam-se as seguintes ações de prevenção:

- Limpeza de 123 hectares/ano de faixas de gestão de combustíveis
- Manutenção e limpeza de 59 km /ano de caminhos florestais
- Manutenção e/ou construção de 3 pontos de água/Ano

- Execução de 12 ações de sensibilização/ano,

Além destas, efetuam-se regularmente na página web do município e redes sociais do Município e SMPC, comunicados pontuais à população e às autarquias locais e agentes de proteção civil (não contabilizadas, mas na ordem das várias dezenas/ano).

- **Corporações de bombeiros existentes no Concelho.**

Existe uma corporação de bombeiros em Ferreira do Zêzere. O quartel dos Bombeiros de Ferreira do Zêzere fica localizado na sede de Concelho e pertence à Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ferreira do Zêzere. De acordo com a informação disponibilizada no PORTDATA, em 2018, existiam em Ferreira do Zêzere 49 bombeiros.

EROSÃO

- **Identificação de áreas suscetíveis**

Em termos de classes de declives, o território concelhio apresenta uma grande heterogeneidade, predominando a classe dos 10-30% que representa uma situação de possível risco elevado de erosão (42,1% do território concelhio). Note-se que cerca de 17,5% da área do concelho apresenta uma classe de declives superiores a 30% o que implica um risco de erosão muito elevado.

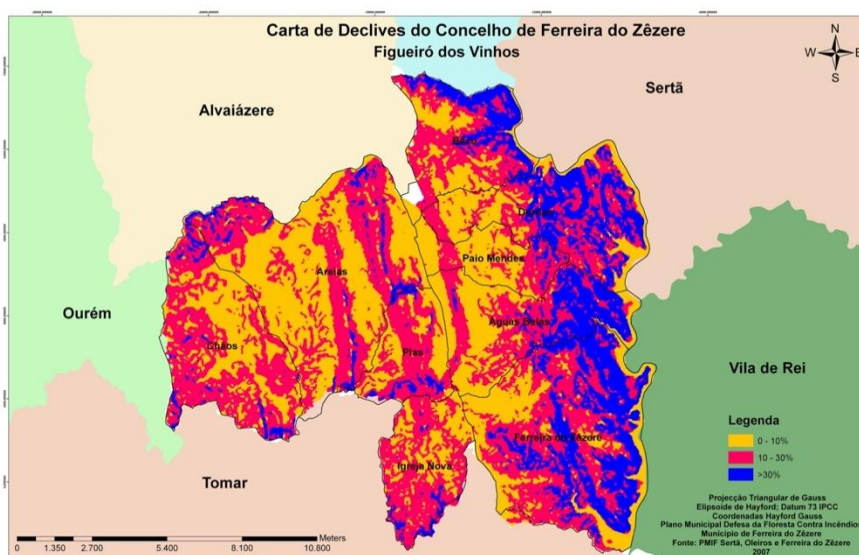


Figura 25. Mapa de Declives

Fonte: PMDFCI

▪ Precipitação.

Relativamente à precipitação total, varia desde os 1200 e 1400 mm registados no centro do Concelho, para ir diminuindo até aos 700 e 800 mm, à medida que nos afastamos do centro do Concelho. Os valores nacionais variam entre <400 mm e >2800 mm.

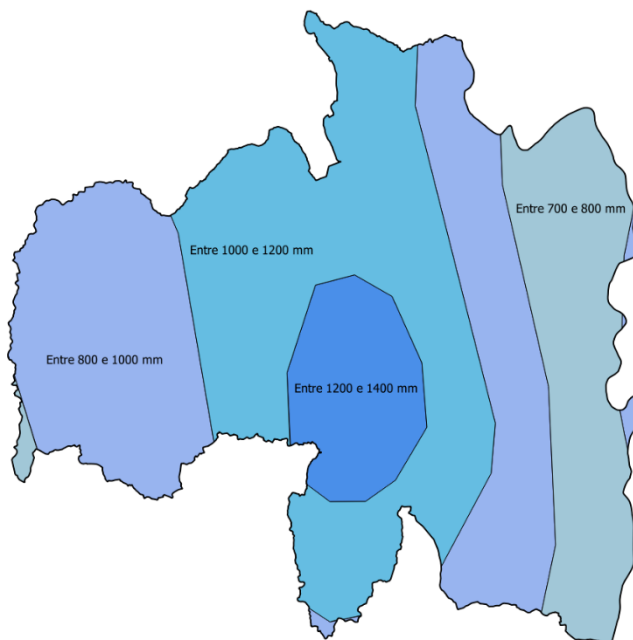


Figura 26. Precipitação (Quantidade total), valores médios anuais (mm), 1931-1960

Fonte: Serviço Meteorológico Nacional, 1974. D. G. dos Recursos Florestais, Instituto Hidrográfico, 1975. Atlas do Ambiente. Direção Geral do Ambiente. Instituto do Ambiente

▪ Topografia do terreno.

Em termos gerais *toda a região em que se insere este Concelho é muito acidentada e com estrutura geológica variada*. No extremo Oriental, onde o Rio Zêzere estabelece a fronteira do Concelho, encontramos vales medianamente pronunciados, com uma altitude inferior a 258 m. Verifica-se que o Concelho apresenta maior altitude na sua parte central, num eixo Norte-Sul onde as cotas variam entre os 258 e os 515m. Já no extremo Ocidental a altitude baixa para valores inferiores aos 258m.

É possível visualizar pela figura seguinte, que representa de uma forma esquemática o modelo digital de terreno, o canal bem definido pelo Rio Zêzere e o relevo acidentado do Concelho.

O conhecimento das diversas classes de declives, no processo de planeamento, está correlacionado diretamente com a identificação de situações que impliquem perigo de erosão. Genericamente, o perigo de erosão aumenta proporcionalmente com o aumento das classes de declives. A maior ou menor erodibilidade do solo depende em grande medida do substrato geológico, do coberto vegetal, das condições climáticas (do maior ou menor escoamento superficial verificado) e da ação antropogénica.

Quadro 71. Classes de declives

Classes de declive (%)	Área	
	ha	%
0-5	4254	21.4
5-10	3798	19
10-30	8230	42.1
Superior a 30	3515	17.5

Fonte: PMDFCI

RISCOS TECNOLÓGICOS

Através da consulta da Carta de Perigos Tecnológicos da Região do Oeste e Vale do Tejo, constante no relatório sectorial de caracterização e diagnóstico afeto aos riscos e proteção civil, não se verifica nenhuma referência a nível concelhio.

- **Número de unidades industriais, abrangidas pelo Jurídico da Prevenção de Acidentes Graves (Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto).**

O Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, transpõe para o direito interno a Diretiva 2012/18/UE e estabelece o regime de prevenção e controlo de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e limitação das suas consequências para a saúde humana e o ambiente.

Este diploma revoga o Decreto-lei n.º 254/2007, de 12 de julho, alterado pelo Decreto-lei n.º 42/2014, sendo que a principal alteração introduzida é a adaptação do anexo I, que prevê as categorias de substâncias perigosas, ao sistema de classificação de substâncias e misturas definido pelo Regulamento (CE) n.º 1272/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008 (CLP).

De acordo com a informação constante no sítio da Agência Portuguesa do Ambiente, não existiam à data de 01/02/2017 quaisquer instalações abrangidas por este regime jurídico.

6.8.3. Análise SWOT

Quadro 72. Análise SWOT ao FCD Riscos Naturais e Tecnológicos

PONTOS FORTES		PONTOS FRACOS
	▪ Existência de PMDFCI ▪ Existência de PMEPC	

OPORTUNIDADES	▪ Não existem instalações abrangidas pelo DL 150/2015. ▪ Gestão florestal sustentável	▪ Risco elevado de erosão ▪ Risco elevado de incêndio ▪ Aumento do risco de incêndio provocado pelo abandono do espaço rural	AMEAÇAS
---------------	--	--	---------

6.8.4. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM e tendências de evolução sem Plano

No caso dos incêndios, e previsível uma evolução positiva rumo às metas de sustentabilidade, pela aplicação no território municipal das medidas previstas na legislação atualmente em vigor, no domínio das florestas, nomeadamente, no que respeita à Estratégia Nacional para as Florestas, e Plano Municipal de Defesa contra Incêndios. No entanto, sem Plano essas medidas permanecem sectoriais.

No que concerne ao risco de erosão dos solos, pode afirmar-se que na ausência do Plano, temos a manutenção da situação atual.

No que concerne ao risco de cheia, pode afirmar-se que na ausência do Plano, temos a manutenção da situação atual.

6.8.5. Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos

Opções Estratégicas:	
I.	Melhorar a qualidade do espaço urbano e ambiental no concelho por forma a potenciar uma relação mais equilibrada entre a paisagem humanizada e a paisagem natural;
II.	Contenção da dispersão urbana através da clara delimitação e agregação do espaço urbano existente;
III.	Reforço e colmatação da rede viária regional e intra-concelhia;
IV.	Aposta numa oferta quantitativa e qualitativa de áreas industriais devidamente infraestruturadas bem como de serviços de apoio à atividade industrial;
V.	Promover novos eixos de sustentabilidade dos espaços rurais e dos espaços urbanos garantindo um maior equilíbrio entre a exploração intensiva dos recursos agropecuários e florestais e uma valorização turística e lúdica dos recursos naturais e culturais presentes;
VI.	Esforço no sentido de estabelecer um sistema eficiente de tratamento integrado dos efluentes e resíduos urbanos, rurais e industriais numa lógica de aproveitamento dos mesmos a nível concelhio e/ou a nível supralocal;
VII.	Aproximação e integração da área abrangida pelo POACB como parte fundamental do modelo de desenvolvimento do concelho, através do aproveitamento turístico do rio Zêzere e das suas margens respeitando a sensibilidade ecológica da área e, em particular, a água que constitui uma das maiores reservas de abastecimento público de Portugal;
VIII.	Efetivo ordenamento e estabelecimento de um modelo organizativo e de gestão apropriado aos recursos florestais, como uma parte das condições necessárias à diminuição da área ardida;
IX.	Reforçar eixos de cooperação e de acordo institucional e desenvolver formas de participação da sociedade civil, através da sensibilização da comunidade para um modelo de desenvolvimento sustentável bem como, a promoção efetiva através de campanhas publicitárias das potencialidades e recursos do concelho;

- X. Reforçar as condições materiais (infraestruturas/equipamentos) e imateriais (organização e competências) favoráveis ao desenvolvimento educativo, social e cultural no concelho, contribuindo para a integração e a prevenção de fenómenos de exclusão social, económica e cultural e para o desenvolvimento de capacidades de expressão criativa e de integração numa sociedade cada vez mais ditada pelas novas tecnologias da informação e comunicação.

Quadro 73. Principais oportunidades e riscos da proposta de revisão do PDM ao nível dos Riscos Naturais e Tecnológicos.

DOMÍNIO: Cheias		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	O correto ordenamento e planeamento urbano evitam a artificialização dos cursos de água e a ocupação de zonas inundáveis. (+)	0
II	0	0
III	0	0
IV	0	0
V	0	0
VI	0	0
VII	0	0
VIII	0	0
IX	0	0
X	0	0
DOMÍNIO: Incêndios		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	0	0
III	Contribui com a maior facilidade de acesso para o combate a incêndios (+)	
IV	Delimitação de uma faixa de proteção "non aedificandi" de 20m no interior das áreas industriais adjacentes ao perímetro urbano. (+)	O aumento de indústria potencia um aumento de risco de incêndio). (--)
V	O reforço da atividade agroflorestal e agropecuária contribui para a prevenção de incêndios florestais. (+)	Risco de incêndio devido à multifuncionalidade do espaço florestal (-).
VI	0	0
VII	0	0
VIII	Aumento da resiliência do território aos incêndios resultante da implementação de um programa de redução de combustíveis, implementação das	

	infraestruturas florestais e construção e manutenção das faixas de gestão de combustíveis(++)	
IX	0	0
X	0	0
DOMÍNIO: Erosão		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	0	0
III	0	0
IV	0	0
V	0	0
VI	0	0
VII	0	0
VIII	A valorização da atividade florestal permitirá minimizar o processo de erosão dos solos promovido em parte pelos incêndios que flagelam o concelho. (++)	
IX	0	0
X	0	0
DOMÍNIO: Riscos Tecnológicos		
Opção Estratégica	Oportunidades	Riscos
I	0	0
II	0	0
III	0	0
IV	A criação ou ampliação de áreas industriais devidamente infraestruturadas minimizará os riscos tecnológicos (++)	No caso da instalação de estabelecimentos em que para a sua laboração estejam previstas substâncias perigosas poderá haver riscos para a saúde humana e para o ambiente (-)
V	0	0
VI	0	0
VII	0	0
VIII	0	0
IX	0	0
X	0	0

6.8.6. Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano

- Assegurar que os usos dos territórios previstos e a implantação de infraestruturas e equipamentos não colidam com a segurança de pessoas, bens e o ambiente;
- Adequar a localização de novas áreas industriais e das existentes à tipologia das áreas envolventes.

INCÊNDIOS

- Promover ações de sensibilização relativas à preservação e proteção do espaço florestal.
- Avaliar e monitorizar os fogos florestais, bem como assegurar a implementação de medidas de vigilância e reflorestação de áreas ardidas.
- Promover ações de florestação nas áreas ardidas, tendo em conta os princípios e objetivos do Plano Regional de Ordenamento Florestal e o Código de Boas praticas na recuperação de áreas ardidas.
- Promover a adoção de técnicas construtivas dos edifícios que contribuam para o aumento da resistência destes ao risco de incêndio.

EROSÃO

- Criação de medidas minimizadoras da erosão dos solos, assim como: o incentivo ao revestimento do solo para que este não fique desprotegido e mais suscetível à erosão e o incentivo a práticas agrícolas mais adequadas.

CHEIAS

- Identificar as zonas de leito de rio ou cheias e salvaguardar a sua manutenção, bem como interditar à construção de novas edificações;
- Assegurar que áreas adjacentes a zonas a intervencionar apresentem setores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva.
- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.

- Aproveitar o potencial de requalificação de zonas de risco em solo rural e impedir a sua ocupação urbana, em particular em zonas adjacentes aos cursos de água ameaçadas pelas cheias.
- Prevenir a construção de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação.
- Monitorização dos sistemas de recolha de águas pluviais, assim como sumidouros, valetas e outros canais de drenagem para que se encontrem sempre limpos e desobstruídos, para que em época de chuvas se previna a ocorrência de cheias.

7. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Na avaliação de efeitos foram identificados os principais efeitos positivos (oportunidades) e negativos (riscos), decorrentes das opções estratégicas do plano, a fim de apoiar a tomada de decisão relativa à proposta de plano e assegurar a sua sustentabilidade.

Quadro 74. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica

FCD	Critérios	Situação Existente	Tendência de Evolução sem Plano	Tendência de Evolução com Plano
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas		↓	↘
	Conservação da Natureza		→	↘
	Gestão e Conservação da Floresta		→	↘
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo		→	↘
	Coesão Territorial		→	↘
	Qualificação Urbana		↓	↘
	Mobilidade		→	↘
Desenvolvimento económico e social	Desenvolvimento Humano		↓	↘
	Competitividade e Desenvolvimento Local		↓	↘
	Dinâmica Turística		↓	↘
Património e Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico		↓	↘
	Paisagem		→	↘
Qualidade Ambiental	Resíduos		↓	↘
	Solo		↓	↘
	Água		→	↘
	Ruído		↓	↘
	Air		↓	↘
Energia e Alterações Climáticas	Energia		↓	↘
	Alterações Climáticas		↓	↘
Riscos Naturais e Tecnológicos	Cheias		↓	↘
	Incêndios		↓	↘
	Erosão		↓	↘
	Riscos Tecnológicos		↓	↘

Situação Existente (distância à situação desejável)	Muito afastada dos objetivos desejáveis	Afastada dos objetivos desejáveis	Próxima dos objetivos desejáveis
Tendências de evolução	☐	☐	☐
	Negativa	Sem alteração significativa	Positiva
	Afastamento dos objetivos e metas		Aproximação aos objetivos e metas

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade territorial do concelho de Ferreira do Zêzere.

8. PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

Atendendo à natureza da Revisão PDM de Ferreira do Zêzere, a monitorização e avaliação, estratégica e operacional torna-se fundamental, quer do ponto de vista do desempenho ambiental associado à execução das mesmas, quer dos seus impactes sobre o ambiente. Esta importância é, aliás, sublinhada no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11.º, quando refere que *“as entidades responsáveis pela elaboração dos plano e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”*.

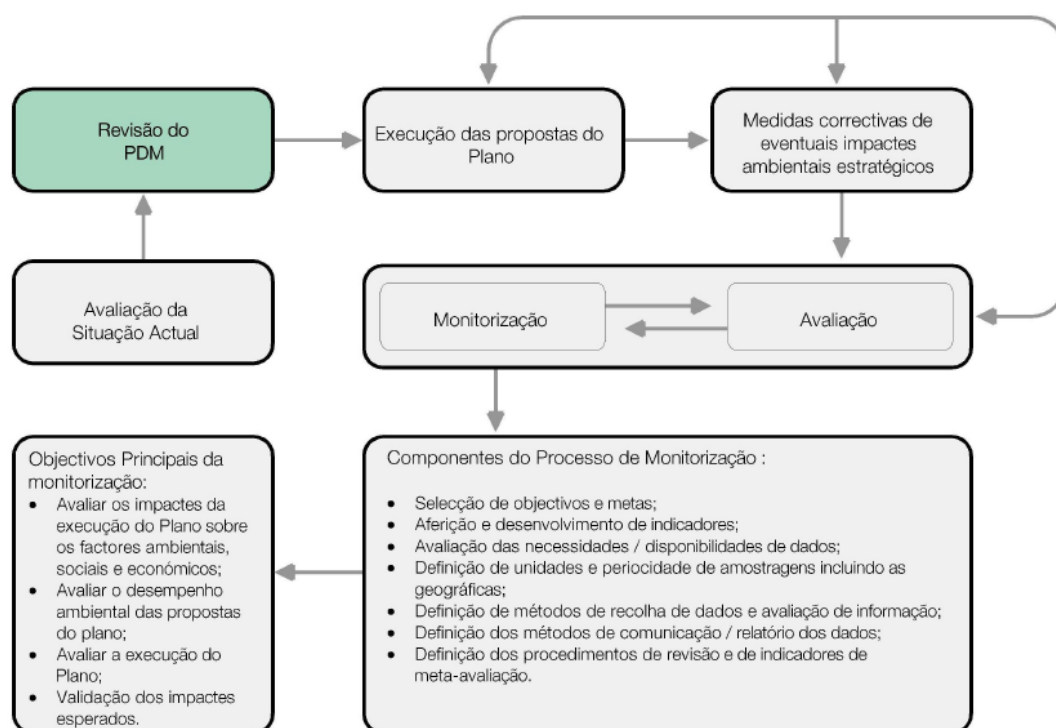


Figura 27. Diagrama de Seguimento.

O objetivo central desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando, deste modo, apoiar os processos de conceção e decisão de políticas e medidas de intervenção à escala urbana e permitindo acompanhar com regularidade o exercício das atividades previstas, assim como o desempenho das entidades responsáveis pela sua execução.

Assim, neste ponto apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e monitorização da execução das propostas do PDM, sob o ponto de vista da sustentabilidade e do respetivo desempenho ambiental, bem como as correspondentes medidas de controlo, ou seja, na definição de medidas corretivas a aplicar, decorrentes da identificação atempada dos eventuais efeitos negativos significativos e imprevistos, e consequentes da execução do Plano e que têm como objetivo final assegurar a redução dos impactes ambientais, melhorando o desempenho ambiental da execução das propostas do PDM.

Pretende-se assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permita conhecer a situação do município de Ferreira do Zêzere no que se refere ao território, bem como detetar e medir tendências de evolução ao longo do prazo de execução do Plano.

8.1. DEFINIÇÃO DE INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização das opções estratégicas do Plano será desenvolvida, pelo município, de acordo com os indicadores e as metas definidas no Quadro anterior, e tendo em conta os seguintes objetivos:

- Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do Plano;
- Avaliar se a aplicação das opções do Plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos;
- Avaliar a eficácia das orientações propostas, com o objetivo de minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;
- Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

O plano de controlo constitui uma base para avaliar o impacto do plano de ação e o respetivo desenvolvimento das ações adotadas. Esta avaliação será feita através da análise de indicadores, com base no desempenho ambiental.

Os indicadores apresentados (Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores, por fator de decisão) permitem assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de dados, no sentido de conhecer a situação na área de influência do Plano e como detetar e medir tendências de evolução ao longo da sua execução.

Durante a fase de seguimento os indicadores podem também ser adaptados, face aos resultados obtidos, ou à facilidade em obter informações/dados que à data não se encontram sistematizados. As metas podem ter que ser reajustadas devido a alterações normativas ou dos objetivos estratégicos.

FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Áreas Classificadas				
Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural em áreas classificadas	Áreas classificadas	ha	CMFZ/ICNF	Anual
Conservação da Natureza				

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Promover política de conservação da natureza	Ações de conservação e gestão de espécies e habitat	Nº	CMFZ	Anual
Gestão e Conservação da Floresta				
Promover a diversificação florestal	Área por tipologia de povoamento florestal	ha	CMFZ	Anual

FCD Ordenamento e Qualificação do Território

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Coesão Territorial				
Garantir um nível de infraestrutura adequado às novas exigências ambientais.	Variação da taxa de cobertura no concelho por infraestrutura (saneamento, abastecimento de água, eletricidade e telecomunicações).	%	CMFZ	Anual
Qualificação urbana				
Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos de utilização coletiva e aumentar a atratividade.	Capitação de espaços verdes urbanos.	(m²/habitante).	CMFZ	Anual
Mobilidade				
Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias.	Vias requalificadas e projetadas	Nº ; Km	CMFZ	Anual

FCD Desenvolvimento económico e social

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Desenvolvimento Humano				
Criar e promover o emprego local.	Taxa de População ativa	%	INE	Anual
	Taxa de Desemprego	%	INE	Anual
Competitividade e Desenvolvimento local				
Aumentar a competitividade empresarial / industrial.	Áreas empresariais/industriais estruturados e infraestruturados.	ha	CMFZ	Anual
Dinâmica turística				
Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística.	Intensidade turística	(número de dormidas em milhares/população residente em centenas).	INE	Anual

FCD Património e Paisagem

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Património				
Preservação e valorização do Património arquitetónico e arqueológico	Imóveis classificados	N.º	CMFZ/DGPC	Anual
	Sítios e estações arqueológicas	N.º	CMFZ/DGPC	Anual
Paisagem				
Preservação e valorização da qualidade paisagística	Uso agrícola efetivo em áreas agrícolas	Área	CMFZ	Anual

FCD Qualidade Ambiental

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Água				
Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos.	Variação da qualidade da água superficial e subterrânea.	Estado das massas de água	CMFZ	Anual
Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento e substituição de redes.	Perdas de água no sistema público de abastecimento.	%	CMFZ	Anual
Resíduos				
Promover uma política adequada de gestão de resíduos.	Taxa de separação de resíduos.	%	Resitejo	Anual
Ruído				
Assegurar níveis de ruído compatíveis com a classificação/ocupação do espaço.	Área concelhias incompatíveis com a respetiva classificação (sensível ou mista).	ha	CMFZ	Anual
Ar				
Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública.	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites.	N.º	CCDR LVT	Anual

FCD Energia e Alterações Climáticas

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Energia				
Utilização de Fontes de Energia Renovável.	Utilização efetiva de energias renováveis no município.	%	DGEG	Anual
Alterações Climáticas				
Reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).	Emissão de GEE	kTCO2/km2	APA	Anual

FCD Riscos Naturais e Tecnológicos

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Cheias				
Gestão das áreas inundáveis	Variação da população em área de risco de cheia	%	CMFZ	Anual
Incêndios				
Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais	Área ardida.	ha	ICNF	Anual
Erosão				
Controlar os processos de erosão do solo	Medidas de salvaguarda das áreas de potencial risco.	N.º	CMFZ	Anual
Riscos Tecnológicos				
Diminuir o perigo decorrente de acidentes industriais	Área ocupada por indústrias em zonas habitacionais.	ha	CMFZ	Anual

8.2. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

O Quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano. Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um Quadro de governança para a revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Desta forma, são identificadas as entidades e os agentes que se considera ter um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura revisão do PDM, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial (Quadro 80).

Quadro 75 – Quadro de Governança para a Ação.

Entidades	Ações
Ministério de Economia	- Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.
Agência Portuguesa do Ambiente	- Manter atualizados os resultados da monitorização ambiental. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Exercer as funções de Autoridade Nacional da Água. - Exercer as funções de Autoridade Nacional de Segurança de Barragens, - Desenvolver e assegurar a aplicação das opções estratégicas, políticas e medidas conducentes a uma economia de baixo carbono, - Exercer as funções de Autoridade Nacional de Resíduos, nomeadamente assegurando e acompanhando a execução da estratégia nacional para os resíduos, mediante o exercício de competências próprias de licenciamento, da emissão de normas técnicas aplicáveis às operações de gestão de resíduos, do desempenho de tarefas de acompanhamento das actividades de gestão de resíduos, bem como de uniformização dos procedimentos de licenciamento. - Exercer as funções de Autoridade Nacional para a Prevenção e Controlo Integrados da Poluição, de Autoridade Nacional de Avaliação de Impacte Ambiental e de Autoridade de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	- Assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas setoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, ordenamento do território e cidades, de incentivos do Estado à comunicação social.

Entidades	Ações
	- Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da respetiva área geográfica de atuação.
DGPC	- Manter atualizada a informação disponibilizada, dando apoio e fiscalizando as intervenções sobre o património arqueológico.
Administração Regional da Saúde do Centro, IP	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Autoridade para as Condições do Trabalho	- Promover a melhoria das condições de trabalho. - Controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho.
RESITEJO	- Garantir e acompanhar todo o processo de recolha e tratamento de Resíduos.
Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere	- Desenvolver processos de participação pública. - Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. - Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. - Garantir e operacionalizar a recolha e tratamento de resíduos. - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. - Promover ações de formação e valorização profissional. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Garantir a implementação do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios. - Garantir a implementação do Plano Municipal de Emergência. - Garantir a recolha e tratamento das águas residuais. - Garantir a monitorização da qualidade da água para consumo. - Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento. - Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética.
DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia	- Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da produção com origem em fontes de energia renováveis e das respetivas metas e objetivos a diferentes prazos e escalas de planeamento.

Entidades	Ações
	- Incentivar a adoção de medidas de eficiência energética a todos os níveis (e.g. municípios, empresas, famílias).
ADENE	- Promover utilização da ER e das boas práticas associadas à ecoeficiência energética e à certificação energética.
Autoridade Florestal Nacional	- Intensificar os esforços de acompanhamento, monitorização e controlo das áreas florestais. - Manter atualizada a informação disponibilizada sobre incêndios florestais, e zonas de caça. - Promover a criação de Zonas de Intervenção Florestal.
IGESPAR	- Manter atualizada a informação disponibilizada, dando apoio e fiscalizando as intervenções sobre o património arqueológico.
Juntas de Freguesia	- Operacionalização de operações de gestão de resíduos. - Fomentar diferentes formas de participação pública.
EDP / Distribuidor	- Garantir o fornecimento de Energia para a execução do Plano.
IEFP	- Manter atualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional a diferentes escalas de planeamento.
População em geral	- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de consulta pública. - Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental - Adotar comportamentos de prevenção aos riscos naturais

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento constitui o resultado da segunda fase do processo de AAE da proposta da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere. A caracterização do objeto de avaliação foi desenvolvida tendo por base a informação disponível, estando metodologicamente adaptada ao grau de maturidade dos trabalhos da proposta.

Neste documento identificaram-se sete FCD considerados relevantes para a avaliação da sustentabilidade da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere:

- **Biodiversidade e Conservação da Natureza**
- **Ordenamento e Qualificação do Território**
- **Desenvolvimento económico e social**
- **Qualidade Ambiental**
- **Património e Paisagem**
- **Energia e Alterações Climáticas**
- **Riscos Naturais e Tecnológicos**

No que diz respeito ao envolvimento público e institucional, este encontra-se devidamente assegurado e tipificado no regime dos IGT, conforme referenciado no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, assim como na Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro.

Os principais eixos de desenvolvimento da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere evoluem de forma complementar e sinérgica com outras iniciativas de génese nacional e local. A proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere desenvolve-se contextualizada num referencial estratégico funcionando como um elemento relevante para a afirmação de uma política de ordenamento do território, desenvolvimento regional e socioeconómico, os quais são essenciais à afirmação da sustentabilidade do concelho.

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade do concelho de Ferreira do Zêzere.

Bibliografia

- Almeida, C., Mendonça, J. J. L., Jesus, M. R. e Gomes, A. J., 2000; Atualização do Inventário dos Sistemas Aquíferos de Portugal Continental - Volume 1. INAG-DSRH-DR sub.
- Alves, J.M.S.; Santo, M.D.E.; Costa, J.C.; Gonçalves, J.H.C.; Lousã, M.F., 1998 – Habitats Naturais e Seminaturais de Portugal Continental, Tipos de Habitats mais significativos e Agrupamentos Vegetais Significativos – Instituto da Conservação da Natureza.
- Batata, Carlos António Moutoso e Paulo Alexandre Mourinho Arsénio 2006. Carta Arqueológica do Concelho de Ferreira do Zêzere.
- Caetano, M., A. Araújo, A. Nunes, V. Nunes e M. Pereira, 2009. Accuracy assessment of the CORINE Land Cover 2006 map of Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.
- Caetano, M., V. Nunes e A. Nunes, 2009. CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.
- Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere .2011. Plano Municipal de Ferreira do Zêzere.
- COM (2006) 231 - Estratégia Temática de Proteção do Solo, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Comissão das Comunidades Europeia.
- Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação, 2013. Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de revisão do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014/2024.
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ferreira do Zêzere; PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios -2020 - 2029.
- Costa, J.C.; Aguiar, C.; Capelo, J.H.; Lousã, M. & Neto, C., 1998; Biogeografia de Portugal Continental – Quercetea, Volume 0, Associação Lusitana de Fitossociologia, Lisboa
- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente).
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (estabelece as bases de Ordenamento do Território).
- Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).
- Direção Geral do Ambiente; Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Amadora: DGA; 2000. ISBN 972-8419-48-1.

- DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO; Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território – Documentos de orientação DGOTDU 01/2008. Lisboa: DGOTDU; Novembro 2008; ISBN 978-972-8569-44-0.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO; Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. Coleção Estudos 9. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2003.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO; Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Documento de apoio 1. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2008.
- DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE; Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Amadora: DGA; 2000. ISBN 972-8419-48-1.
- Lugar do Plano, Estudos de Caracterização da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere, 2017.
- Lugar do Plano, Relatório da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, 2017.
- Mapas de Ruído do Concelho de Ferreira do Zêzere,
- Geoatributo, Ida. Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos.2008
- OECD - DAC, 2006. Good Practice Guide on applying Strategic Environmental Assessment (SEA) in Development Cooperation, OECD, Paris.
- Partidário, Maria do Rosário; Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica. Amadora. Agência Portuguesa do Ambiente; 2007. ISBN 978-972-8577-34-6.
- Partidário, Maria do Rosário; Guia de melhores práticas para AAE. Amadora. Agência Portuguesa do Ambiente; 2013.
- Ribeiro, F., Beldade, R., Dix, M. & Bochechas, J. 2007 Carta Piscícola Nacional Direção-Geral dos Recursos Florestais - Fluviatilis, Lda. Publicação Eletrónica (versão 01/2007).
- SIAM – Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projeto SIAM II. F. D. Santos e P. Miranda (Editores). Gradiva, Lisboa. 2006.
- DGT - Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT, 2020 - disponível no sítio eletrónico da DGT.
- DGT - Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0, 2021;
- CNT - Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais', publicado em Dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT), disponível no sítio eletrónico da DGT.

- APA - Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas, abril 2020.
- APA - Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas, abril 2020.

Legislação e Regulamentação que suporta o Quadro de Referência Estratégico definido:

- ✎ Comissão Europeia de 16 de junho de 2021 – Aprova o **Plano de Recuperação e Resiliência** (PRR), publicado a 22 de abril de 2021 pelo Governo.
- ✎ Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/94, de 18 de agosto – Aprova o **Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere**.
- ✎ Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio – Aprova a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030** (ENCNB).
- ✎ Decreto Regulamentar nº 52/2016, de 20 de setembro retificado pela Declaração de Retificação n.º 23-B/2016, de 18 de novembro – Aprova o **Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)**, designado PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste.
- ✎ Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro – Aprova o **Plano Nacional da Água** (PNA).
- ✎ Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, recentemente alterado pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de Novembro - procede à transposição para o ordenamento jurídico português da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens (diretiva aves) e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (**diretiva habitats**).
- ✎ Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro – aprova o **Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território**.
- ✎ Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto – Define a estrutura tipo do conteúdo dos **planos municipais de defesa da floresta contra incêndios**.
- ✎ Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007 de 20 de agosto -Aprova a **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015** (ENDS) e o respetivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS).
- ✎ Comissão Europeia – Decisão C (2014) 9896, 12 de dezembro de 2014 – Aprova o **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020** (PDR 2020).
- ✎ Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho – Aprova **Plano Nacional Energia e Clima** (PNEC).
- ✎ Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de junho - Aprova o **Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008 -2013** (PNAAS).
- ✎ Despacho conjunto do MADRP e do MAOTDR n.º 8277/2007,09 de maio – Aprova a **Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais** (ENEAPAI).
- ✎ Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro - Aprova a **Estratégia Nacional para as Florestas** (ENF).

- Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho – Aprova o **Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos** (PERSU 2020+).
- Decreto-Lei n.º 222/98, 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, 26 de julho, e pelo D.L. n.º 182/2003, 16 de agosto - Redefine o **Plano Rodoviário Nacional** (PRN) e cria estradas regionais (PRN-2000).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 6 de agosto sujeita à Declaração de Rectificação n.º 71-A/ 2009, de 2 de outubro – Aprova o **Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo** (PROT OVT).
- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril – Aprova o **Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais** (PENSAAR 2020). (PENSAAR2020).

10. ANEXOS

Anexo I – Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos.

Anexo II – Relação entre o Quadro de Referência Estratégico definido e as Opções Estratégicas da proposta da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.

ANEXO III – Ponderação aos pareceres

Anexo I

Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e
Respetivos Objetivos Estratégicos.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Comissão Europeia de 16 de junho de 2021, publicado pelo Governo a 22 de abril de 2021

O PRR constitui um dos instrumentos mais relevantes para a implementação da Estratégia Portugal 2030, aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro, plasmando o quadro orientador para a promoção do desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal no horizonte de 2030.

Agenda temática:

- As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
- Sustentabilidade dos recursos e transição climática;
- Um País competitivo externamente e coeso internamente.

Programa Nacional da Política de Ordenamento Território (PNPOT)

Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, revogado pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro

O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013.

Objetivos Estratégicos:

- Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos;
- Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

RCM nº 109/2007, de 20 de Agosto

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.

Objetivos principais:

A ENDS apresenta os seguintes objetivos:

1. Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento;
2. Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro;
3. Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural;
4. Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida;
5. Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual;
6. Papel Ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global.

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro, substituída pela RCM n.º 55/2018, de 7 de maio

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) é um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável.

Objetivos Gerais e Opções estratégicas

A ENCNB é um documento centrado em três **objetivos gerais**:

- Conservar a natureza incluindo os elementos notáveis da geologia geomorfologia e paleontologia;
- Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;
- Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Para a concretização dos objetivos acima expostos a ENCNB formula **dez opções estratégicas**:

- Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, *habitats* e ecossistemas;
- Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;
- Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integradas no processo da Rede Natura 2000;

- Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e *habitats*, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
- Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
- Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
- Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
- Intensificar a cooperação internacional.

Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050

Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho

O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050) estabelece a visão e as trajetórias para que Portugal atinja a neutralidade carbónica até 2050, ou seja, para tornar nulo o balanço entre as emissões e as remoções de dióxido de carbono e outros gases com efeito de estufa (GEE) da atmosfera.

Objetivos

- Redução de emissões de GEE para Portugal entre 85 % e 90 % até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45 % e 55 % até 2030, e entre 65 % e 75 % até 2040, em relação a 2005.

Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE)

RCM n.º 29/2010, de 15 de Abril

A estratégia para o sector energético constitui um fator importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, para além de ser uma peça vital ao desenvolvimento sustentável do País, assim o governo estabelece uma Estratégia Nacional para a Energia com o horizonte de 2020.

Objetivos

- Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e da promoção da eficiência energética na cadeia da oferta e na procura de energia;
- Estimular e favorecer a concorrência, por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do sector da energia quer as demais do tecido produtivo nacional;
- Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB.

Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC)

RCM nº 56/2015, de 30 de julho (anexo I)

Estabelece a visão e os objetivos da política climática nacional no horizonte 2030, articulando diversos instrumentos e medidas.

Premissas, Visão e Objetivos do Quadro estratégico:

O QEPiC fundamenta-se nas seguintes premissas:

- Convicção política, científica e técnica de que as alterações climáticas são uma realidade e uma prioridade nacional, face aos seus impactos futuros sobre a nossa sociedade, economia e ecossistemas.
- Maturidade nacional em matéria de políticas climáticas sendo que Portugal é reconhecido internacionalmente como um país com experiência e resultados.
- Uma nova geração de instrumentos de política climática para dar resposta à ambição de uma política climática com olhos no futuro, incluindo metas revistas e medidas articuladas no novo Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020/2030), em termos de mitigação de emissões de GEE. Uma segunda fase da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020), onde se procura um maior envolvimento dos vários setores, numa lógica de integração (*mainstreaming*) e de implementação de medidas concretas. O estabelecimento de um novo instrumento para acompanhamento de políticas e medidas e projeções, no Sistema Nacional de Políticas e Medidas (SPeM). A renovação de instrumentos existentes com as necessárias adequações às exigências do novo quadro de política climática como sejam o Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosférico (SNIERPA) e o FPC, direcionado para o apoio ao desenvolvimento e implementação das várias vertentes da política climática.
- Necessidade de articular objetivos, instrumentos e instituições, reconhecendo que a transversalidade das políticas climáticas e a necessidade da integração da dimensão climática nas políticas setoriais exige uma visão integrada e articulada das políticas e dos seus instrumentos.
- Promover a aproximação ao cidadão e à sociedade civil é fundamental para o sucesso das políticas climáticas. Para tal, é necessário dirigir uma mensagem de maior proximidade e de ligação às pessoas. As alterações climáticas continuam a ser pouco compreendidas pela maioria dos cidadãos a quem o problema

Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC)

RCM nº 56/2015, de 30 de julho (anexo I)

parece distante. O clima continua a ser um tema da agenda política, num plano demasiado institucional e pouco próximo dos cidadãos.

- Promover uma economia competitiva, resiliente e de baixo carbono, num contexto de crescimento verde enquanto vantagem competitiva da economia nacional. No seu 7.º Programa de Ação em matéria de Ambiente, «Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta», a EU formula uma visão estimulante do futuro em 2050: uma sociedade de baixo carbono, uma economia verde, circular, e ecossistemas resilientes, como base para o bem-estar dos cidadãos.

O QEPiC tem como visão o desenvolvimento de uma economia competitiva, resiliente e de baixo carbono, estabelecendo um novo paradigma de desenvolvimento para Portugal num contexto de Crescimento Verde.

A concretização da visão estabelecida para o QEPiC assenta nos seguintes nove objetivos:

1. Promover a transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego, contribuindo para o crescimento verde;
2. Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de GEE;
3. Reforçar a resiliência e as capacidades nacionais de adaptação;
4. Assegurar uma participação empenhada nas negociações internacionais e em matéria de cooperação;
5. Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento;
6. Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva;
7. Aumentar a eficácia dos sistemas de informação, reporte e monitorização;
8. Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento;
9. Garantir condições eficazes de governação e assegurar a integração dos objetivos climáticos nos domínios setoriais (*mainstreaming*).

Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAAC 2020)

RCM nº 56/2015, de 30 de julho (anexo III) prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela RCM n.º 53/2020, de 10 julho

É assumida como visão da ENAAC 2020: “Um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas”. A ENAAC 2020 define um modelo de organização onde é claramente promovida a articulação entre os diversos sectores e partes interessadas tendo em vista a prossecução de prioridades de determinadas áreas temáticas e dos objetivos da estratégia.

Objetivos:

- Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas;
- Implementar medidas de adaptação;
- Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais.

Plano Nacional de Energia e Clima

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho

O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) é o principal instrumento de política energética e climática para a década 2021-2030, rumo a um futuro neutro em carbono e surge no âmbito das obrigações estabelecidas pelo Regulamento da Governação da União da Energia e da Ação Climática, o qual prevê que todos os estados-membros elaborem e apresentem à Comissão Europeia os seus planos integrados em matéria de energia e de clima.

Objetivos:

- Descarbonizar a economia nacional
- Dar prioridade à eficiência energética
- Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do país
- Garantir a segurança de abastecimento
- Promover a mobilidade sustentável
- Promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono
- Desenvolver uma indústria inovadora e competitiva
- Garantir uma transição justa, democrática e coesa

Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto

O Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020), tendo em vista o seu segundo objetivo, o de implementar as medidas de adaptação.

O P-3AC elege assim oito linhas de ação concretas de intervenção direta no território e nas infraestruturas, complementadas por uma linha de ação de carácter transversal, as quais visam dar resposta aos principais impactes e vulnerabilidades identificadas para Portugal.

Objetivos:

- Prevenção de incêndios rurais (e.g. valorização económica da biomassa; faixas ou manchas de descontinuidade; reconfiguração de infraestruturas e sistemas de suporte);
- Conservação e melhoria da fertilidade do solo (e.g. controlo da erosão; retenção de água; composição e estrutura do solo);
- Uso eficiente da água (e.g. na agricultura; a nível urbano; na indústria);
- Resiliência dos ecossistemas (e.g. refúgios e corredores ecológicos; conservação do património genético; intervenção nas galerias ripícolas);
- Prevenção das ondas de calor (e.g. infraestruturas verdes; sombreamento e climatização; comunicação);
- Doenças, pragas e espécies invasoras (e.g. valorização do material genético; controlo de doenças e espécies exóticas invasoras; vigilância; informação e comunicação);

- Proteção contra inundações (e.g. áreas de infiltração; recuperação dos perfis naturais; proteção; drenagem urbana sustentável);
- Proteção costeira (e.g. reabilitação dos sistemas costeiros; restabelecimento natural do trânsito sedimentar; recuo planeado; proteção);
- Capacitação, sensibilização e ferramentas para a adaptação (e.g. monitorização e tomada de decisão; capacitação e planeamento; comunicação).

Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas e integra 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sucessores dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que deverão ser implementados por todos os países e que abrangem áreas tão diversas, mas interligadas, como: o acesso equitativo à educação e a serviços de saúde de qualidade; a criação de emprego digno; a sustentabilidade energética e ambiental; a conservação e gestão dos oceanos; a promoção de instituições eficazes e de sociedades estáveis e o combate à desigualdade a todos os níveis.

Objetivos:

- Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
- Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
- Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
- Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
- Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas
- Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
- Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
- Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
- Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
- Reduzir as desigualdades no interior de países e entre países
- Tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
- Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
- Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
- Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

- Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade
- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
- Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Estratégia Nacional para o Ar

Visão: melhorar a qualidade do ar, com vista à proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e à preservação dos ecossistemas.

Objetivos:

- Cumprimento em 2020 dos objetivos de emissões e de qualidade do ar;
- Cumprimento das metas para a melhoria da qualidade do ar preconizadas para 2020;
- Delinear o caminho para que sejam atingidos a longo prazo objetivos de qualidade do ar recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS);
- Alinhar medidas com a Política Climática que incidam simultaneamente nos poluentes atmosféricos e nos gases com efeito de estufa com cobenefício para a qualidade do ar e alterações climáticas.

Plano Nacional da Água (PNA)

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro

O PNA pretende, deste modo, ser um plano abrangente mas pragmático, enquadrador das políticas de gestão de recursos hídricos nacionais, dotado de visão estratégica de gestão dos recursos hídricos e assente numa lógica de proteção do recurso e de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional.

Objetivos

A gestão das águas deverá prosseguir três objetivos fundamentais:

- a proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;
- a promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- e o aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)

RCM n.º 91/2008, de 4 de Junho

O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2007–2013 tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.

Objetivos

No horizonte referido, são objetivos do plano:

- Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos;
- Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais;
- Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;
- Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

Estratégia Turismo 2027 (ET2027)

Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro

Referencial estratégico para o Turismo em Portugal na próxima década.

Linhas de Desenvolvimento Estratégico

- _ Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional;
- _ Assegurar estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
- _ Promover uma integração das políticas setoriais;
- _ Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do Turismo;
-

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) – Bases e Linhas Orientadoras

RCM nº 113/2005, de 30 de Julho

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.

Objetivos específicos

O PNUEA assenta sobre quatro áreas programáticas (compreendendo cada uma delas um conjunto de ações):

- Medição e reconversão de equipamentos de utilização da água;
- Sensibilização, informação e educação;
- Regulamentação e normalização;
- Formação e apoio técnico.

A definição de metas para o PNUEA passa pela definição de um indicador que traduza a eficiência de utilização da água em qualquer dos sectores considerados, tornando direta e transparente a comparação entre metas e resultados obtidos, simplificando uma situação que de outro modo seria complexa. Assim:

- **Meta no consumo urbano** – Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.
- **Meta no consumo agrícola** - Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.
- **Meta no consumo industrial** - Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020)

Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril

O PESAAR preconiza promover junto das populações o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade e adequado às suas necessidades, com custos socialmente aceitáveis.

Objetivos principais:

- Universalidade, continuidade e Qualidade do Serviço (Solidariedade nacional e regional nas soluções adotadas, contribuindo para o pagamento do serviço a um preço justo e adaptado ao poder de compra dos utilizadores; Lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade, privilegiando a adequada cobertura da população em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos)
- Sustentabilidade do setor (Melhoria da produtividade e da eficiência em articulação com o Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego e com o Plano Tecnológico; Coordenação com as políticas de desenvolvimento regional, consolidando a integração das EG no tecido social e empresarial da sua área de atuação; Credibilidade, eficácia, equilíbrio e transparência dos modelos de gestão do sector.)
- Proteção dos valores Ambientais (Cumprimento dos objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário; Implementação dos princípios subjacentes à estratégia nacional e comunitária para o desenvolvimento sustentável; Reforço dos mecanismos de regulação, controlo e penalização.)

Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020 (PERSU 2020+)

Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho de 2019

Este Plano constitui um ajustamento às medidas vertidas no PERSU 2020, aprovado pela portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro, com vista a corrigir a presente trajetória e projetar o esforço na concretização das novas metas estabelecidas.

Orientações

- Resíduos geridos como recursos endógenos, minimizando os seus impactes ambientais e aproveitando o seu valor socioeconómico.
- Eficiência na utilização e gestão dos recursos primários e secundários, dissociando o crescimento económico do consumo de materiais e da produção de resíduos.
- Eliminação progressiva da deposição de resíduos em aterro, com vista à erradicação da deposição direta de RU em aterro até 2030.

- Aproveitamento do potencial do setor dos RU para estimular economias locais e a economia nacional: uma atividade de valor acrescentado para as pessoas, para as autarquias e para as empresas, com capacidade de internacionalização, no quadro de uma economia verde.
- Envolvimento direto do cidadão na estratégia dos RU, apostando -se na informação e em facilitar a redução da produção e a separação, tendo em vista a reciclagem.

Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)

Despacho conjunto do MADRP e do MAOTDR n.º 8277/2007,09 de Maio

A ENEAPAI surge como um instrumento da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e do Plano Nacional da Água. Este Plano tem como objetivo definir a estratégia para implementação de um novo modelo institucional, de gestão e técnico, que seja uma alternativa sustentável para o tratamento de efluentes produzidos por estes sectores (bovinicultura, suinicultura, avicultura, matadouros, lagares, queijarias e adegas).

Linhas de Orientação e Objetivos estratégicos

Segundo a ENEAPAI “É comumente aceite que a decisão sobre a definição de soluções de valorização e de tratamento se deverá basear na escolha da tecnologia económica e ambientalmente mais adequada. Neste enquadramento não é despendendo o facto de que, além de se aplicar o princípio do utilizador-pagador, dever-se-ão também criar as condições desejadas para que em termos globais determinadas regiões criem e possam usufruir de soluções de valorização e de tratamento o mais integrado e adequado possível à sua realidade. A evidência da complexidade e das características associadas à problemática do tratamento dos efluentes destas atividades justifica a precaução na escolha das soluções técnicas e económicas e do modelo de gestão associado”. Assim sendo, as soluções a desenvolver deverão assentar nas seguintes orientações:

- Adotar um modelo institucional para a conceção, construção, gestão e exploração das soluções de valorização e de tratamento de efluentes, através de entidades com reconhecida capacidade técnica, que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas;
- Adotar soluções coletivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada;
- Aplicar uma tarifa de tratamento ao utilizador o mais baixa possível, através da escolha da melhor solução técnica e que seja também a melhor solução em termos económicos, refletindo um modelo de gestão e exploração otimizado;
- Garantir a responsabilidade e o envolvimento dos sectores económicos.

Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos (PEPS)

COM(2006)231, de 22 de setembro

A Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos configurará o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento dos objetivos de proteção e prevenção da degradação dos solos bem como da sua utilização sustentável.

Objetivos

- Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que:

- ✓ o solo é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos;
- ✓ o solo funciona como sumidouro / recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte.
- Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação do solo.

Plano Rodoviário Nacional (PRN - 2000) –

D.L. n.º 222/98, 17 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, 26 de Julho, e pelo D.L. n.º 182/2003, 16 de Agosto

O atual Plano Rodoviário Nacional define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.

A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

Objetivos

O PRN – 2000 tem como principais objetivos:

- Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.
- Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País.
- Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.
- Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)

RCM n.º n.º 6-B/2015, de 2 de abril

Constitui um documento de referência para a execução das diferentes medidas de política previstas na Lei de Bases da Política Florestal, incluindo os instrumentos básicos e específicos do Planeamento Florestal, com especial ênfase nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e Planos de Gestão Florestal (PGF), apresentando uma lógica de abordagem ao setor que fundamenta os elementos essenciais das opções estratégicas propostas.

A ENF garante ainda, na perspetiva sectorial, a necessária articulação e enquadramento operacional com o Programa de Desenvolvimento Rural e demais programas nacionais decorrentes dos Fundos Europeus

Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)

RCM nº n.º 6-B/2015, de 2 de abril

Estruturais e de Investimento, bem como com o Fundo Florestal Permanente, mantendo como horizonte o ano de 2030.

Objetivos estratégicos

- Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- Especialização do território;
- Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos
- Internacionalização e aumento do valor dos produtos
- Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor
- Racionalização e simplificação dos instrumentos de política

Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)

RCM nº 56/2015, de 30 de julho (anexo III)

O PANCD tem por objetivos a aplicação das orientações, das medidas e dos instrumentos da CNUCD nas áreas semiáridas e sub-húmidas secas do território nacional, bem como nas iniciativas de cooperação multilateral e bilateral do país, que se inscrevam no seu âmbito

Objetivos estratégicos

- Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis
- Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas
- Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis
- Promover e mobilizar recursos para aplicar a CNUCD e o PANCD

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH5)

O planeamento das águas visa fundamentar e orientar a proteção e a gestão das águas e a compatibilização das suas utilizações com as suas disponibilidades. No âmbito da DQA/LA, são elaborados os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), instrumentos que visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da região hidrográfica (RH).

Objetivos Estratégicos

- Adequar a Administração Pública na gestão da água
- Atingir o Bom Estado/Potencial das massas de água
- Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras
- Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos
- Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água
- Promover a sustentabilidade económica da gestão da água
- Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água

- Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas sectoriais
- Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol

Plano de Gestão dos Riscos de Inundações 2022/2027 (PGRIRH5)

A Diretiva n.º 2007/60/CE, de 23 de outubro, relativa à Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações (DAGRI), integra uma nova abordagem de avaliação de inundações e de gestão dos riscos associados, visando reduzir as consequências nefastas associadas às inundações para a saúde humana, o ambiente, o património cultural e as atividades económicas, na comunidade.

Objetivos Estratégicos

- Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos;
- Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação;
- Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis;
- Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação;
- Contribuir para a melhoria ou a manutenção do bom estado das massas de água.

Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF-LVT)

Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, retificado pela Declaração de Retificação n. 13/2019, de 12/04-12

Os PROF são instrumentos de política sectorial que incidem exclusivamente sobre os espaços florestais e estabelecem normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização florestal destes espaços, de modo a promover e garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados, na salvaguarda dos objetivos da política florestal nacional.

Objetivos gerais

Objetivos gerais os seguintes:

- Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
- Aumentar a resiliência dos espaços florestais relativa a riscos bióticos;
- Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema;
- Promover a conservação do solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação;
- Promover a conservação do regime hídrico;
- Promover a melhoria da gestão florestal;
- Reconverter povoamentos mal adaptados e/ou com produtividade abaixo do potencial;
- Potenciar o valor acrescentado para os bens e serviços da floresta;
- Aperfeiçoar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras de espaços florestais;
- Promover a conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos;

Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF-LVT)

Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, retificado pela Declaração de Retificação n. 13/2019, de 12/04-12

- Promover a Certificação da Gestão florestal sustentável;
- Promover a melhoria contínua do conhecimento e das práticas;
- Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais;
- Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços silvícolas e de exploração florestal.

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)

RCM n.º 115-A/2008, 21 de julho

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia.

Objetivos

- Estabelecer orientações para a gestão territorial das zonas de proteção especial (ZPE) integradas no processo da Rede Natura 2000.
- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo de Rede Natura 2000, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.
- Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos sítios da Lista Nacional de Sítios nas ZPE.
- Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação.
- Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies constantes dos anexos ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger.
- Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores.
- Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril.

Das orientações para a gestão da ZEC Sicó-Alvaiázere, destacam-se:

- Conservação dos carvalhais e azinhais.
- Manter e promover o pastoreio extensivo adequando o manejo às necessidades de conservação dos valores em presença, nos quais se incluem as diferentes espécies de morcegos que aqui ocorrem.
- Conservação das espécies piscícolas com especial relevo para a lampreia-de-riacho e habitats associados, promovendo a preservação das suas áreas vitais, bem como a recuperação da galeria ripícola em zonas anteriormente ocupadas pela espécie.
- Conservação das linhas de água.
- Compatibilizar a instalação de infraestruturas, nomeadamente, parques eólicos, antenas de telecomunicações e linhas de transporte de energia ou ainda construção e ou alargamento de infraestruturas viárias com a manutenção dos valores envolvidos.

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)

RCM n.º 115-A/2008, 21 de julho

- De forma a garantir a conservação dos valores relevantes deste Sítio importa ainda, assegurar o mosaico de habitats, ordenar a atividade de extração de inertes, sendo ainda de grande importância fomentar medidas no sentido de incrementar a sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação da natureza.

Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode (POACB)

RCM n.º 69/2003, 09 de março

O Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode é um plano especial de ordenamento do território.

Objetivos

- Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira de forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial da água;
- Definir regras e medidas para usos e ocupações do solo que permitam gerir a área objeto do Plano, numa perspetiva dinâmica e interligada;
- Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;
- Planear de forma integrada as áreas dos concelhos que se situam na envolvente da albufeira promovendo a qualidade de vida das populações, a qualificação dos núcleos urbanos e a contenção da edificação dispersa;
- Garantir a articulação com os objetivos tipificados para o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo;
- Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira;
- Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para atividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e promovendo a sua valorização.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT -OVT)

RCM n.º 64A/2009, 23 de Março

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo é o instrumento de gestão territorial que estabelece a definição para o uso, ocupação e transformação do solo, a integração das políticas sectoriais no ordenamento do território e na coordenação das intervenções e as orientações para a elaboração dos PMOT.

Eixos e objetivos estratégicos

EIXO 1 -Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização.

- Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos da região, promovendo polos de competitividade e tecnologia, afirmando lógicas sectoriais ou de atividades relacionadas e

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT -OVT)

RCM n.º 64A/2009, 23 de Março

organizadas em clusters ou redes e dinamizando a renovação económica urbana e revitalização da atividade económica em centros urbanos.

- Apostar na qualificação territorial através do reforço de infraestruturas de internacionalização, acolhendo atividades produtivas, logísticas e de serviços, e da afirmação de um leque de especializações regionais nas áreas do turismo, cultura, desporto e lazer, acolhimento empresarial, agricultura/agroalimentar, ambiente, recursos energéticos endógenos, e pesca e aquicultura.
- Potenciar a utilização eficiente das infraestruturas de transportes existentes ou a criar, promovendo-se a elaboração e implementação de um Plano Regional de Transportes, impulsionando-se a criação de uma estrutura de coordenação dos transportes regionais e aumentando a acessibilidade aos centros urbanos e outros polos/equipamentos relevantes.
- Fomentar a iniciativa empresarial e o empreendedorismo, garantindo a ligação das redes empresariais aos Centros de Investigação e às Universidades, e promovendo uma melhoria dos parques empresariais existentes.
- Apostar na qualificação humana, através do reforço da capacidade de qualificação técnica para a agricultura, floresta e pesca, do apoio ao desenvolvimento das atividades económicas associadas à produção cultural, e da orientação da prestação dos serviços públicos com base na utilização das TIC.

EIXO 2 -Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental.

- Proteger e valorizar os recursos naturais, patrimoniais e culturais através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional.
- Apostar no desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer, nomeadamente o touring cultural e paisagístico, através da identificação de temas e recursos a preservar para a constituição de rotas turísticas, considerando a localização de referência das “portas do mar”, e do apoio a estratégias de comunicação e marketing que estruturam a procura dos produtos culturais regionais.
- Potenciar o aproveitamento das atividades agrícolas, florestais, nomeadamente as associadas à exploração de produtos verdes (agroflorestais e energias renováveis), conciliando-as com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspetiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social.
- Dar continuidade à aposta no aproveitamento da energia eólica da Região, e gerir a procura de energia através de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos.
- Identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional, e promover a gestão adequada das águas residuais e de resíduos de origem agrícola e não agrícola, tomando em consideração a saúde pública e segurança de pessoas e bens, a ocupação atual do território e as projeções da sua utilização futura.

EIXO 3 -Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana.

- Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral/ interior no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada, integrando soluções de carácter plurimunicipal no âmbito dos sectores do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais e reforçando

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT -OVT)

RCM n.º 64A/2009, 23 de Março

complementaridades e sinergias em redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer.

- Apostar na qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais e frentes ribeirinhas, da recuperação dos espaços urbanos desqualificados, e do estabelecimento de redes de equipamentos, assegurando condições de acessibilidade e de mobilidade adequadas, e criar condições para o aparecimento de estruturas de nível concelhio vocacionadas para a reabilitação urbana, e promoção e recuperação do parque habitacional dos Centros Históricos, de modo a melhorar a sua atratividade.
- Apostar em formas de turismo alternativas, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural, requalificando Fátima como centro urbano de Turismo Religioso.
- Apostar na qualificação dos recursos humanos, valorizando a oferta de ensino profissional e politécnico, e alargando a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC aos centros urbanos de menor dimensão.

EIXO 4 -Descobrir as novas ruralidades.

- Incrementar e consolidar, de forma sustentável, a competitividade das fileiras de produção agrícola, florestal e agropecuária, valorizando os produtos de grau elevado de diferenciação e qualidade, e garantindo uma valorização ambiental, paisagística, da biodiversidade e dos recursos naturais, e da valência turística dos espaços rurais.
- Requalificar e consolidar a agricultura de regadio, associada à promoção de mecanismos sustentáveis de gestão das infraestruturas e dos recursos naturais, e redimensionando as estruturas de transformação e comercialização.
- Inovar ao nível da articulação urbano-rural, diversificando a economia e as funcionalidades agrícola e não agrícola associadas ao espaço rural, dirigida por uma utilização sustentável dos recursos naturais e do património rural e apostando numa ruralidade qualificada, através do desenvolvimento de competências técnicas, da melhoria da organização dos sectores produtivos, e do alargamento da gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ferreira do Zêzere (PMDFCI - Ferreira do Zêzere)

Os PMDFCI desenvolvem orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria 1139/2006 de 25 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, e as orientações técnicas e metodológicas estabelecidas pela atual AFN.

Objetivos principais

- Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais.

- Reduzir a incidência dos incêndios.
- Melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão de incêndios.
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas e as comunidades.
- Adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ferreira do Zêzere é um documento formal, da responsabilidade da Câmara Municipal, define as principais orientações relativamente ao modo de coordenação e comando da atuação dos vários organismos, entidades e serviços relativamente ao seu envolvimento e participação em operações de Proteção Civil, tendo como objetivo principal a minimização dos prejuízos e perda de vidas e assegurar, no mais curto espaço de tempo possível, o restabelecimento das condições mínimas de normalidade.

Objetivos principais

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio e Pinhal Interior Sul

O Programa de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul corresponde ao resultado do trabalho de concertação, planeamento e definição estratégica, promovido em conjunto pela Comunidade Urbana do Médio Tejo e pela Associação de Municípios do Pinhal Interior Sul.

Eixos Estratégicos e Objetivos para o Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio e Pinhal Interior Sul

EIXO I- Afirmar uma Rede urbana atrativa

- – Requalificação e Desenvolvimento Complementar de Centros Urbanos.
- – Rede de Equipamentos e Qualidade de Vida.
- – Mobilidade Regional como suporte da complementaridade e do policentrismo da Rede de Polos Urbanos.

EIXO II- Afirmção das Vantagens de Localização Empresarial como alavanca de Competitividade Regional

- – Vantagens de Localização Empresarial na estruturação do território e na dinamização das atividades económicas.
- – Rede Regional de Conhecimento e Formação Avançada.

EIXO III - Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos

- – Desenvolvimento das Atividades de Valorização Económica do Património Natural.
- – Valorização e Alargamento do(s) Produto(s) Turístico(s) centrados no Património.
- – Dinamização integrada das Atividades Culturais (Oferta e Procura, Criação e Fruição).

EIXO IV - Educação Básica de Excelência

- – Redes de Equipamentos e Serviços Urbanos Atrativos.

EIXO V - Sistema de Governança Regional

- - Montagem de um Sistema de Governança Regional.

Anexo II

Relação entre o Quadro de Referência Estratégico definido e as Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.

Relação entre as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do QRE:



Relação Forte (evidencia que os objetivos do QRE se encontram contemplados nas questões estratégicas da proposta de revisão do PDM).



Relação Média (evidencia que os objetivos do QRE se encontram apenas parcialmente contemplados nas questões estratégicas da proposta de revisão do PDM).



Relação Fraca a Nula (evidencia a existência de objetivos do QRE que não são se encontram devidamente contemplados nas questões estratégicas da proposta de revisão do PDM).

Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere:

QE1 – Reforço da Rede de Equipamentos e Infraestruturas;

QE2 – Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais e Prevenir os Riscos;

QE3 - Potenciar a Competitividade e o Desenvolvimento socioeconómico do concelho;

QE4 – Qualificação Territorial e Urbana.

Objetivos do PRR	Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere			
	QE1	QE2	QE3	QE4
As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;				
Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;				
Sustentabilidade dos recursos e transição climática;				
Um País competitivo externamente e coeso internamente.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PNPOT.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PNPT				
Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos				
Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global				
Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais				
Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social				
Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública				
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos da ENDS.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos da ENDS				
Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento				
Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro				
Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural				
Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida				
Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual				
Papel Ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e as opções da ENCNB.

Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos da ENCNB				
Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas				
Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas				
Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social				
Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrados no processo da Rede Natura 2000				
Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico				
Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais				
Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local				
Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade				
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil				
Intensificar a cooperação internacional				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos da Estratégia Nacional para a Energia.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos da ENE				
Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e da promoção da eficiência energética na cadeia da oferta e na procura de energia;				
Estimular e favorecer a concorrência, por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do sector da energia quer as demais do tecido produtivo nacional;				
Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PNEC 2030

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PNEC 2030				
Descarbonizar a economia nacional				
Dar prioridade à eficiência energética				
Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do país				
Garantir a segurança de abastecimento				
Promover a mobilidade sustentável				
Promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono				
Desenvolver uma indústria inovadora e competitiva				
Garantir uma transição justa, democrática e coesa				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do P3-AC

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do P3 AC				
Prevenção de incêndios rurais (e.g. valorização económica da biomassa; faixas ou manchas de descontinuidade; reconfiguração de infraestruturas e sistemas de suporte).				
Conservação e melhoria da fertilidade do solo (e.g. controlo da erosão; retenção de água; composição e estrutura do solo).				
Uso eficiente da água (e.g. na agricultura; a nível urbano; na indústria).				
Resiliência dos ecossistemas (e.g. refúgios e corredores ecológicos; conservação do património genético; intervenção nas galerias ripícolas).				
Prevenção das ondas de calor (e.g. infraestruturas verdes; sombreamento e climatização; comunicação).				
Doenças, pragas e espécies invasoras (e.g. valorização do material genético; controlo de doenças e espécies exóticas invasoras; vigilância; informação e comunicação).				
Proteção contra inundações (e.g. áreas de infiltração; recuperação dos perfis naturais; proteção; drenagem urbana sustentável).				

Proteção costeira (e.g. reabilitação dos sistemas costeiros; restabelecimento natural do trânsito sedimentar; recuo planeado; proteção).				
Capacitação, sensibilização e ferramentas para a adaptação (e.g. monitorização e tomada de decisão; capacitação e planeamento; comunicação).				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e as Linhas de Orientação do PNA.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Linhas de orientação do PNA				
A proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;				
A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis.				
O aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PNAAS.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PNAAS				
Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos.				
Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, de forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais.				
Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco.				
Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e as linhas estratégicas do PENT.

Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PENT				
Mercados emissores - Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno.				
Estratégia de produtos - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos.				
Linhas orientadoras para as regiões - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.				
Linhas de orientação para os polos - Desenvolver 6 novos Polos Turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado.				
Acessibilidades aéreas - Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades/regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor.				
Eventos - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista.				
Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.				
Qualidade urbana, ambiental e paisagística - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal.				
Qualidade de serviço e de recursos humanos – Reforçar a qualidade do Turismo português através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos.				
Promoção e distribuição – Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão proactiva da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal.				
Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial.				

Relação entre as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PNUEA.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PNUEA				
Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.				
Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.				

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PNUEA				
Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PENSAAR.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PENSAAR				
Universalidade, continuidade e Qualidade do Serviço (Solidariedade nacional e regional nas soluções adotadas, contribuindo para o pagamento do serviço a um preço justo e adaptado ao poder de compra dos utilizadores; Lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade, privilegiando a adequada cobertura da população em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos)				
Sustentabilidade do setor (Melhoria da produtividade e da eficiência em articulação com o Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego e com o Plano Tecnológico; Coordenação com as políticas de desenvolvimento regional, consolidando a integração das EG no tecido social e empresarial da sua área de atuação; Credibilidade, eficácia, equilíbrio e transparência dos modelos de gestão do sector.)				
Proteção dos valores Ambientais (Cumprimento dos objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário; Implementação dos princípios subjacentes à estratégia nacional e comunitária para o desenvolvimento sustentável; Reforço dos mecanismos de regulação, controlo e penalização.)				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PERSU2020+.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PERSU2020+				
Resíduos geridos como recursos endógenos, minimizando os seus impactes ambientais e aproveitando o seu valor socioeconómico.				
Eficiência na utilização e gestão dos recursos primários e secundários, dissociando o crescimento económico do consumo de materiais e da produção de resíduos.				
Eliminação progressiva da deposição de resíduos em aterro, com vista à erradicação da deposição direta de RU em aterro até 2030.				
Aproveitamento do potencial do setor dos RU para estimular economias locais e a economia nacional: uma atividade de valor acrescentado para as pessoas, para as autarquias e para as empresas, com capacidade de internacionalização, no quadro de uma economia verde.				

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PERSU2020+				
Envolvimento direto do cidadão na estratégia dos RU, apostando -se na informação e em facilitar a redução da produção e a separação, tendo em vista a reciclagem.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos da ENEAPAI.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos da ENEAPAI				
Adotar um modelo institucional para a conceção, construção, gestão e exploração das soluções de valorização e de tratamento de efluentes, através de entidades com reconhecida capacidade técnica, que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas.				
Adotar soluções coletivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada.				
Aplicar uma tarifa de tratamento ao utilizador o mais baixa possível, através da escolha da melhor solução técnica e que seja também a melhor solução em termos económicos, refletindo um modelo de gestão e exploração otimizado.				
Garantir a responsabilidade e o envolvimento dos sectores económicos.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos da Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos da PEPS				
Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que o solo é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos.				
Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que o solo funciona como sumidouro/recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte.				
Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação do solo.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PRN 2000.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PRN2000				
Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.				
Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País.				
Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.				
Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infra-estruturas em causa.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do ENF.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do ENF				
Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos.				
Especialização do território.				
Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos				
Internacionalização e aumento do valor dos produtos				
Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector.				
Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PANCD.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PANCD				
Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis				

Objetivos do PANCD	Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas				
Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis				
Promover e mobilizar recursos para aplicar a CNUCD e o PANCD				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PGRH.

Objetivos do PGRH	Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Adequar a Administração Pública na gestão da água				
Atingir o Bom Estado/Potencial das massas de água				
Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras				
Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos				
Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água				
Promover a sustentabilidade económica da gestão da água				
Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água				
Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas sectoriais				
Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PGRIRH5.

Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PGRIRH5				
Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos..				
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação.				
Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis.				
Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação.				
Contribuir para a melhoria ou a manutenção do bom estado das massas de água				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PROFLVT.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PROFLVT				
Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais.				
Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais.				
Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região.				
Estabelecer a aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.				
Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade.				
Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições.				
Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PSRN2000.

Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PSRN2000				
Estabelecer orientações para a gestão territorial das zonas de proteção especial (ZPE) criadas pelo Decreto-Lei nº 280/94, de 5 de Novembro, e Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro, e dos sítios da Lista Nacional de Sítios, aprovada pelas Resoluções do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto, e 76/2000, de 5 de Julho, integradas no processo da Rede Natura 2000.				
Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo de Rede Natura 2000, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.				
Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos sítios da Lista Nacional de Sítios nas ZPE.				
Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação.				
Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies constantes dos anexos ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger.				
Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores.				
Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacto ambiental e na análise de incidências ambientais a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril.				
ZEC Sicó-Alvaiázere				
Conservação dos carvalhais e azinhais.				
Manter e promover o pastoreio extensivo adequando o maneio às necessidades de conservação dos valores em presença, nos quais se incluem as diferentes espécies de morcegos que aqui ocorrem.				
Conservação das espécies piscícolas com especial relevo para a lampreia-de-riacho e habitats associados, promovendo a preservação das suas áreas vitais, bem como a recuperação da galeria ripícola em zonas anteriormente ocupadas pela espécie.				
Conservação das linhas de água.				
Compatibilizar a instalação de infraestruturas, nomeadamente, parques eólicos, antenas de telecomunicações e linhas de transporte de energia ou ainda construção e ou alargamento de infraestruturas viárias com a manutenção dos valores envolvidos.				
De forma a garantir a conservação dos valores relevantes deste Sítio importa ainda, assegurar o mosaico de habitats, ordenar a atividade de extração de inertes, sendo ainda de grande importância fomentar medidas no sentido de incrementar a sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação da natureza.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do POACB.

Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do POACB				
Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira de forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial da água.				
Definir regras e medidas para usos e ocupações do solo que permitam gerir a área objeto do Plano, numa perspetiva dinâmica e interligada.				
Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território.				
Planear de forma integrada as áreas dos concelhos que se situam na envolvente da albufeira promovendo a qualidade de vida das populações, a qualificação dos núcleos urbanos e a contenção da edificação dispersa.				
Garantir a articulação com os objetivos tipificados para o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo.				
Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira.				
Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para atividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e promovendo a sua valorização.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PROT-OVT.

Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PROT-OVT				
EIXO 1 -Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização				
Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos da região, promovendo polos de competitividade e tecnologia, afirmando lógicas sectoriais ou de atividades relacionadas e organizadas em clusters ou redes e dinamizando a renovação económica urbana e revitalização da atividade económica em centros urbanos.				
Apostar na qualificação territorial através do reforço de infraestruturas de internacionalização, acolhendo atividades produtivas, logísticas e de serviços, e da afirmação de um leque de especializações regionais nas áreas do turismo, cultura, desporto e lazer, acolhimento empresarial, agricultura/agroalimentar, ambiente, recursos energéticos endógenos, e pesca e aquicultura.				
Potenciar a utilização eficiente das infraestruturas de transportes existentes ou a criar, promovendo-se a elaboração e implementação de um Plano Regional de Transportes, impulsionando-se a criação de uma estrutura de coordenação dos transportes regionais e aumentando a acessibilidade aos centros urbanos e outros polos/equipamentos relevantes.				
Fomentar a iniciativa empresarial e o empreendedorismo, garantindo a ligação das redes empresariais aos Centros de Investigação e às Universidades, e promovendo uma melhoria dos parques empresariais existentes.				
Apostar na qualificação humana, através do reforço da capacidade de qualificação técnica para a agricultura, floresta e pesca, do apoio ao desenvolvimento das atividades económicas associadas à produção cultural, e da orientação da prestação dos serviços públicos com base na utilização das TIC.				
EIXO 2 -Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental.				
Proteger e valorizar os recursos naturais, patrimoniais e culturais através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional.				
Apostar no desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer, nomeadamente o touring cultural e paisagístico, através da identificação de temas e recursos a preservar para a constituição de rotas turísticas, considerando a localização de referência das “portas do mar”, e do apoio a estratégias de comunicação e marketing que estruturam a procura dos produtos culturais regionais.				
Potenciar o aproveitamento das atividades agrícolas, florestais, nomeadamente as associadas à exploração de produtos verdes (agroflorestais e energias renováveis), conciliando-as com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspetiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social.				
Dar continuidade à aposta no aproveitamento da energia eólica da Região, e gerir a procura de energia através de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos.				
Identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional, e promover a gestão adequada das águas residuais e de resíduos de origem agrícola e não agrícola, tomando em consideração a saúde pública e segurança de pessoas e bens, a ocupação atual do território e as projeções da sua utilização futura.				
EIXO 3 -Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana.				

Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PROT-OVT				
Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral/ interior no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada, integrando soluções de carácter plurimunicipal no âmbito dos sectores do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais e reforçando complementaridades e sinergias em redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer.				
Apostar na qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais e frentes ribeirinhas, da recuperação dos espaços urbanos desqualificados, e do estabelecimento de redes de equipamentos, assegurando condições de acessibilidade e de mobilidade adequadas, e criar condições para o aparecimento de estruturas de nível concelhio vocacionadas para a reabilitação urbana, e promoção e recuperação do parque habitacional dos Centros Históricos, de modo a melhorar a sua atratividade.				
Apostar em formas de turismo alternativas, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural, requalificando Fátima como centro urbano de Turismo Religioso.				
Apostar na qualificação dos recursos humanos, valorizando a oferta de ensino profissional e politécnico, e alargando a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC aos centros urbanos de menor dimensão.				
EIXO 4 -Descobrir as novas ruralidades.				
Incrementar e consolidar, de forma sustentável, a competitividade das fileiras de produção agrícola, florestal e agropecuária, valorizando os produtos de grau elevado de diferenciação e qualidade, e garantindo uma valorização ambiental, paisagística, da biodiversidade e dos recursos naturais, e da valência turística dos espaços rurais.				
Requalificar e consolidar a agricultura de regadio, associada à promoção de mecanismos sustentáveis de gestão das infraestruturas e dos recursos naturais, e redimensionando as estruturas de transformação e comercialização.				
Inovar ao nível da articulação urbano-rural, diversificando a economia e as funcionalidades agrícola e não agrícola associadas ao espaço rural, dirigida por uma utilização sustentável dos recursos naturais e do património rural e apostando numa ruralidade qualificada, através do desenvolvimento de competências técnicas, da melhoria da organização dos sectores produtivos, e do alargamento da gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PMDFCI.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PMDFCI				
Aumento da resiliência do território aos incêndios e da zonagem do território.				
Redução da incidência de Incêndios.				
Melhoria da eficácia e da gestão de incêndios.				
Recuperar e reabilitar ecossistemas.				
Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PMEPC.

Questões Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos do PEM				
Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe.				
Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil.				
Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver.				
Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes.				
Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe.				
Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade.				
Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique.				
Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes.				
Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.				

Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos Estratégicos do PTD-MTPIS.

Questões Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere	QE1	QE2	QE3	QE4
Objetivos Estratégicos do PTD-MTPIS				
EIXO I- Afirmar uma Rede urbana Atrativa				
Requalificação e Desenvolvimento Complementar de Centros Urbanos.				
Rede de Equipamentos e Qualidade de Vida.				
Mobilidade Regional como suporte da complementaridade e do policentrismo da Rede de Polos Urbanos.				
EIXO II- Afirmção das Vantagens de Localização Empresarial como alavanca de Competitividade Regional				
Vantagens de Localização Empresarial na estruturação do território e na dinamização das atividades económicas.				
Rede Regional de Conhecimento e Formação Avançada.				
EIXO III - Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos				
Desenvolvimento das Atividades de Valorização Económica do Património Natural.				
Valorização e Alargamento do(s) Produto(s) Turístico(s) centrados no Património.				
Dinamização integrada das Atividades Culturais (Oferta e Procura, Criação e Fruição).				
EIXO IV - Educação Básica de Excelência				
Redes de Equipamentos e Serviços Urbanos Atrativos.				
EIXO V - Sistema de Governança Regional				
Montagem de um Sistema de Governança Regional.				

Anexo III

Ponderação dos pareceres emitidos pelas ERAE ao RA e RNT

Parecer da APA ao RA e RNT (novembro de 2022)

Parecer	Ponderação
Constata-se que o RA se encontra bem identificado, com contextualização adequada relativamente ao plano em causa e à fase do procedimento de AAE em que se encontra. No entanto, julga-se ser uma mais-valia a indicação explícita da Equipa Técnica responsável pela AAE do Plano, pelo que esta deve ser incluída na próxima versão do RA.	Incluída a equipa técnica.
O RA é acompanhado de um documento chamado de “Relatório Não Técnico”, que se julga corresponder ao “Resumo Não Técnico” (RNT) previsto no art.º 6º do Regime Jurídico de AAE (Decreto-Lei n.º 232/2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio), pelo que importa retificar esta designação. Considera-se o documento muito extenso e técnico. Relembra-se que este deve ser sintético, não excedendo as 20 páginas, excluindo cartografia, se necessário. A linguagem deve ser simples, clara e concisa, sem termos técnicos, acessível a todos os públicos.	Atualizado o RNT, no que diz respeito ao título e à natureza do documento.
Embora seja referido nas pág. 13 e 15 o Guia de melhores práticas para AAE (APA, 2013), este não aparece nas referências bibliográficas, aspeto a completar.	Atualizadas as referências.
Dado o intervalo de tempo que se passou entre a anterior versão do RA (maio de 2018) e esta versão agora disponibilizada, verifica-se que existem aspetos a atualizar, nomeadamente no Quadro de Referência Estratégico (QRE). Relativamente aos documentos de orientação utilizados para esta AAE, para além dos guias mencionados, sugere-se ter ainda em consideração os seguintes documentos e informação técnica, que deverá ser refletida na bibliografia do RA: • Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT, DGT, 2020 - disponível no sítio eletrónico da DGT;	Atualizado de acordo com as indicações.

• Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0, DGT, 2021; • ‘Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais’, publicado em Dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT), disponível no sítio eletrónico da DGT; • ‘Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas’, da APA, datada de abril 2020. • ‘Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas’, da APA, datada de abril 2020.	
No capítulo 1 – Introdução – deverá ser referido que o Decreto-Lei n.º 232/2007, que define o Regime Jurídico de AAE, já foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2001, de 4 de maio.	Atualizado de acordo.
Na figura 1, que apresenta as principais fases da AAE, deve retificar-se que o objetivo da fase 4, de seguimento, é avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação e execução do plano e não a monitorização do próprio plano. São dois processos distintos, com objetivos diferentes.	Atualizado de acordo com as indicações.
Na página 21 é referido que a “A declaração Ambiental deve ser enviada pela entidade responsável pela sua elaboração à Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Para além disso, a Declaração Ambiental deve ser disponibilizada ao público para a consulta através da página da internet do município”. No entanto, importa retificar que a Declaração Ambiental deve ser não só enviada à APA, mas também às restantes entidades consultadas no procedimento de AAE, de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.	Atualizado de acordo com as indicações.

No capítulo 5 (Definição dos Fatores Críticos para a Decisão), pág. 35, é referido que “No âmbito da elaboração do RFCD, e nos pareceres emitidos em consulta pública, foram definidos oito FCD, com os respetivos critérios de sustentabilidade, tendo por base a metodologia acima enunciada”. No entanto, mais à frente (pág. 42) são apresentados 7 FCD, a saber: • Biodiversidade e Conservação da Natureza • Ordenamento e Qualificação do Território • Desenvolvimento económico e social • Património e Paisagem • Qualidade Ambiental • Energia e Alterações Climáticas • Riscos Naturais e Tecnológicos	Corrigido
Em relação ao QRE, concorda-se globalmente com os documentos identificados e elencados no Quadro 2. Porém, como já anteriormente referido, entre 2018 e 2021, algumas referências ficaram desatualizadas, sendo necessário proceder a esta atualização e respetivos objetivos estratégicos. Assim, sugere-se que sejam revistos e considerados adicionalmente, os seguintes aspetos no QRE: - Os instrumentos elencados no Quadro 2 e no Anexo não têm total correspondência. Por exemplo, a ENAR e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que resultaram do anterior parecer da APA, não constam da análise efetuada no Anexo, aspeto a completar. - Algumas das referências legais apresentadas encontram-se desatualizadas. Por exemplo: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, que revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro. . A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio. . A Estratégia Turismo 2027 (ET2027), aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro, é o referencial estratégico para o Turismo em Portugal na próxima década.	Foram atualizados os instrumentos já em vigor.

- A referência ao PEAASAR 2020 deve ser alterada para “PENSAAR 2020”. Este plano encontra-se em revisão. - Deve ser tido em consideração o Plano de Gestão dos Riscos de Inundações – RH5 (PGRI), pelo que importa acrescentá-lo. - Em Portugal, as orientações fundamentais da política de resíduos são dadas pelos seguintes instrumentos: . Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR); . Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU); . Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU), que vem substituir os anteriores planos sectoriais (Resíduos Hospitalares e Resíduos Industriais); . Estratégia para os Biorresíduos.	
A referência ao PERSU 2020 deve ser atualizada para PERSU 2020+, Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho de 2019. Este Plano constitui um ajustamento às medidas vertidas no PERSU 2020, aprovado pela portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro, com vista a corrigir a presente trajetória e projetar o esforço na concretização das novas metas estabelecidas. Informa-se, no entanto, que este plano se encontra em revisão. - Verifica-se que em matéria de alterações climáticas, o QRE apenas aborda o PNAC e a ENAAC. No entanto, importa referir que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, que aprovou o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), que também deve ser considerado nesta Avaliação Ambiental, decidiu revogar o PNAC 2020/2030, aprovado pela RCM n.º 56/2015, de 30 de julho, bem como o PNAEE e o PNAER, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021, pelo que estes planos poderão ser retirados do QRE. Deve, também, ser tida em consideração que a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020), aprovada pela RCM n.º 56/2015, de 30 de julho, foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela já referida RCM n.º 53/2020, de 10 julho. O QRE não faz referência ao Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), aprovado pela RCM n.º 107/2019, de 1 de julho, que explora a viabilidade de trajetórias que conduzem à neutralidade carbónica, identifica os principais vetores de descarbonização e estima o potencial de redução dos vários setores da economia nacional, como sejam a energia e indústria, a mobilidade e os transportes, a agricultura,	Atualizado de acordo com as indicações.

florestas e outros usos de solo, e os resíduos e águas residuais. Desta forma, o Quadro 2 e os Anexos devem ser atualizados com as disposições do RNC 2050. Ainda em termos de adaptação, a AAE não considerou o Programa de Ação para as Alterações Climáticas 2020-2030 (P-3AC), aprovado pela RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto. Este programa complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da ENAAC 2020, tendo em vista o seu segundo objetivo, o de implementar medidas de adaptação, através de diversas medidas integradas em nove linhas de ação. Posto isto, o QRE deve ser atualizado também com as disposições do P-3AC.	
16. No que respeita ao FCD “Qualidade Ambiental”, a terminologia “Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)” deve ser alterada para “Resíduos Urbanos (RU)”.	Atualizado
18. Relativamente ao FCD “Riscos Naturais e Tecnológicos”, embora não existam atualmente no Concelho estabelecimentos abrangidos pelo Regime Jurídico da Prevenção de Acidentes Graves, importa retificar a referência ao Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho. Este diploma encontra-se revogado pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e limitação das suas consequências para a saúde humana e o ambiente. Neste âmbito sugere-se ter em conta um ou mais dos seguintes indicadores: • Estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, em número; • Distância entre estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, e as zonas residenciais, locais de utilização pública e vias de comunicação, em metros; • Pessoas expostas aos cenários de acidente em estabelecimentos envolvendo substâncias perigosas, em número.	Atualizado

ICNF

Ponto	Texto	Ponderação
Desatualizações na referência ao PROF LVT e ENCNEB 2030	O PROF LVT deve vir referenciado como programa e não como plano, assim como deve ser referido a Declaração de Retificação n.º 13/2019, de 12/04-12 que retifica a Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, que aprova o PROF LVT. A ENCNEB deve ser substituída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, que aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030.	Retificado na versão final do RA e RNT.
Outras desatualizações referentes ao QRE	Deve ser revista e atualizada a listagem da “Legislação e Regulamentação que suporta o Quadro de Referência Estratégico definido” corrigindo a referência a diplomas já revogados, referindo-se a título de exemplo, <i>Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro – Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNEB), Portaria n.º 1139/2006 de 25 de outubro – Define a estrutura tipo do conteúdo dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios e o Decreto Regulamentar n.º 37/2007, de 3 de abril – Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF_AA).</i> Ressalva-se a necessidade de atualizar no RA e RNT todas as referências aos diplomas já revogados,	Refletido na versão final do RA e RNT.

Ponderação do parecer da ANPC (04.10.2018) ao Relatório Ambiental do PDM de Ferreira do Zêzere

Texto	Ponderação
Verificar se a nomenclatura é sempre Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC).	Corrigido de acordo.
Na AAE, pág. 139 é referido o seguinte: “Número de simulacros efetuados aos planos de Emergência. De acordo com informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, realizam-se 7 exercícios e simulacros anuais de planos de emergência.” Este número não está correto, pois seria impossível esta situação ocorrer. De acordo	informação corrigida de acordo.

com a aprovação do PMEPC de F. do Zêzere (aprovado no dia 25 de outubro de 2017) e nos termos da Resolução nº 30/2015, de 7 de maio, os Planos aprovados deverão ser exercitados no prazo máximo de 2 anos, contados a partir da sua entrada em vigor. Esta informação deverá ser revista com a fonte, mas também deverá ser consultado o SMPC de Ferreira do Zêzere. - Também o número de meios referidos no Relatório Ambiental sobre o total de bombeiros e viaturas não se encontra correto, devendo ser consultado o respetivo Corpo de Bombeiros.	
Refere ainda que “Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) elaborado em dezembro de 2013, para o período de 2013 a 2017”, no entanto, de acordo com informações obtidas por este serviço, através do Gabinete Técnico Florestal de F. do Zêzere, o PMDFCI, foi revisto e é válido até 2020.	Corrigido

ponderação do parecer da DGPC (08.10.2018) ao Relatório Ambiental do PDM de Ferreira do Zêzere.

parecer	ponderação
5.1 b) p.22	<u>Objetivos de sustentabilidade</u> As boas práticas na AAE recomendam que se tenha 2 objetivos de sustentabilidade por cada FCD (Partidário, 2012), de modo a manter a objetividade na análise. Este é também o entendimento da CCDR LVT no seu parecer a este relatório. Uma vez que este FCD já apresenta 3 objetivos de sustentabilidade vai incluir-se apenas a sugestão de acrescentar : “em articulação com a valorização e salvaguarda do património arqueológico e arquitetónico.”
	<u>Indicadores</u> Alteração nos indicadores existentes aceite.

	As boas práticas na AAE recomendam (Partidário, 2012) que se mantenha objetividade na análise. Este é também o entendimento da CCDR LVT no seu parecer a este relatório que refere a necessidade de diminuir o número de indicadores deste relatório. Por esta razão não se incluem os novos indicadores sugeridos.
	<u>Fontes de informação</u> Recomendação aceite e integrada
5.1 c) p.22-23	Alterações aceites e integradas
5.1 d) p.23	Propostas aceites e integradas
5.1 e) p.23	Aceite e alterado conforme
5.1 f) p.23-24	Propostas de alteração e inclusão aceites
5.1 g) p.24	Alteração efetuada conforme indicado (IGESPAR por DGPC). As boas práticas na AAE recomendam (Partidário, 2012) que se mantenha objetividade na análise. Este é também o entendimento da CCDR LVT no seu parecer a este relatório que refere a necessidade de diminuir o número de indicadores deste relatório. Por esta razão não se incluem os novos indicadores sugeridos.

D2	Retificado de acordo com o parecer
D3	Sugestão aceite
D4	Substituições efetuadas
D5	Sugestão aceite
D6	Sugestão aceite. FCD alterados de modo a se adequar ao Guia de Boas Práticas Identificado

D7	Sugestão aceite. Critérios de avaliação e indicadores alterados de modo a se adequar ao Guia de Boas Práticas Identificado
D8	Sugestão aceite
D9	Programa de Gestão e Monitorização alterado em concordância com o sugerido
D10	A reestruturação dos indicadores teve em conta todos os comentários dos pontos 10.1 a 10.5
D11	Alterado de acordo com indicação
D12	Correção realizada
D13	O Resumo não técnico acompanhará o Relatório Final
D14	O material referido será enviado de acordo com o referido neste ponto

lugar do plano

gestão do território e cultura, lda



Avenida Araújo e Silva, 52
3810-048 Aveiro



+351 234 426 985
+351 962 054 106



lugardoplano@lugardoplano.pt



www.lugardoplano.pt